



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO – CAMPUS OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA

**O PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO:
ANÁLISE DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E PERCEPÇÕES DE JOVENS DO
ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS CARUARU**

Olinda

2025

LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA

**O PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO:
ANÁLISE DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E PERCEPÇÕES DE JOVENS DO
ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO *CAMPUS* CARUARU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Olinda, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Andreza Maria de Lima

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica

Macroprojeto de Pesquisa: Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na Educação Profissional e Tecnológica

Olinda

2025

P475p Pessoa, Lydjane Lopes de Souza.

O Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Pernambuco: análise de documentos institucionais e percepções de jovens do Ensino Médio Integrado do Campus Caruaru. / Lydjane Lopes de Souza Pessoa. – Olinda, PE: A autora, 2025.

166 f.: il., color. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andreza Maria de Lima.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local ProfEPT/IFPE - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2025.

Inclui Referências, Apêndices e Anexos.

1. Assistência estudantil. 2. Políticas de assistência estudantil. 3. Políticas públicas educacionais. 4. Permanência e êxito. 5. Ensino Médio Integrado. 6. Educação Profissional e Tecnológica. I. Lima, Andreza Maria de (Orientadora). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE. III. Título.

371.285

CDD (22 Ed.)

LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA

**O PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO:
ANÁLISE DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E PERCEPÇÕES DE JOVENS DO
ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS CARUARU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Olinda, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 24 de outubro de 2025

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Andreza Maria de Lima
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Orientadora

Prof. Dr. José Nildo Alves Caú
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Examinador interno

Profa. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora externa

LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA

**HISTÓRIA EM QUADRINHOS:
APOIO ESTUDANTIL! SE LIGA!**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus Olinda*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 24 de outubro de 2025

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Andreza Maria de Lima
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Orientadora

Prof. Dr. José Nildo Alves Caú
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Examinador interno

Profa. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora externa

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me permitido concluir essa jornada, por ter me dado força e determinação e sempre me guiar na busca dos meus sonhos.

Ao meu pai e minha avó “Josefy” que fizeram o possível para que eu estudasse e soubesse a importância e o valor dos estudos.

Aos meus filhos, Arthur e Elis, que foram pacientes durante todo o processo e sempre repetiam: “quando esse mestrado acabar, a gente vai ficar bem juntinho!”. Amo vocês! Vocês são a minha vida, o meu maior incentivo!

Ao meu companheiro de vida, André Filipe, por estar sempre ao meu lado me incentivando, me apoiando, me fazendo rir. Obrigada por tudo. Você é o meu maior exemplo.

À minha “panelinha” do mestrado, aos amigos queridos que fiz nessa jornada: Joyce, Lelê, Jardel, Sheilinha e Karine. Eu costumo dizer que Deus sempre coloca pessoas incríveis na minha vida e vocês foram o melhor presente que esse mestrado me deu. Obrigada pelos momentos compartilhados, pelas risadas, pelos cafés, pelas angústias divididas, pelo apoio, por terem compartilhado essa jornada comigo. Vocês tornaram tudo mais leve.

À minha orientadora, Profa. Dra. Andreza Lima, por toda dedicação e comprometimento durante todo o processo dessa pesquisa. Obrigada pelo zelo, pela compreensão, pelo incentivo e pela confiança depositada em mim.

À Profa. Dra. Edlamar Santos pelos ensinamentos, pela dedicação, por toda contribuição no início dessa jornada. Obrigada pela leveza, pelas palavras de incentivo, por todo comprometimento.

Aos professores do ProfEPT pelos saberes compartilhados com compromisso e leveza. Vocês são diferenciados! Que sorte a nossa de termos tido professores tão humanos.

Aos professores membros da banca de avaliação pela disponibilidade e pelas ricas contribuições com este trabalho.

À UFPE, em especial ao Centro Acadêmico do Agreste (CAA), por todo apoio dado. Agradeço à direção do CAA por ter autorizado o meu afastamento para que eu conseguisse realizar esse mestrado e à minhas colegas de setor pelo apoio no desenvolvimento das atividades.

Por fim, agradeço aos (às) estudantes do IFPE/*campus* Caruaru que participaram dessa pesquisa. Obrigada por terem aceitado participar dessa pesquisa e pelas ricas contribuições.

Coração de estudante

Quero falar de uma coisa.

Adivinha onde ela anda.

Deve estar dentro do peito.

Ou caminha pelo ar.

Pode estar aqui do lado.

Bem mais perto que pensamos.

A folha da juventude

É o nome certo desse amor.

Já podaram seus momentos.

Desviaram seu destino.

Seu sorriso de menino

Quantas vezes se escondeu.

Mas renova-se a esperança.

Nova aurora a cada dia.

E há que se cuidar do broto

Pra que a vida nos dê flor.

Flor e fruto

Coração de estudante.

Há que se cuidar da vida.

Há que se cuidar do mundo.

Tomar conta da amizade.

Alegria e muito sonho

Espalhados no caminho.

Verdes, planta e sentimento,

Folhas, coração, juventude e fé.

(Milton Nascimento)

RESUMO

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) envolve diversos programas, sendo um deles o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, cujo objetivo é ampliar as condições de permanência e êxito dos estudantes na instituição. Nesta pesquisa, analisamos o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE em documentos institucionais e nas percepções de jovens estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI) do *campus* Caruaru. Construímos três categorias teóricas: “Política Pública, Política Educacional e Política Social: uma discussão conceitual”, a partir de autores como Pereira (2009), Höfling (2001) e Behring (2009); “A Assistência Estudantil no Brasil: das origens à construção da Política”, com base em autores como Kowalski (2012); Dutra e Santos (2017) e Rocha e Castro (2024); e “Ensino Médio Integrado: da dualidade histórica à defesa da formação politécnica”, construída a partir de autores como Moura (2017), Frigotto (2012) e Ciavatta e Ramos (2012); tendo esta última uma subcategoria: “Juventudes e o Ensino Médio Integrado”, com base em autores como Grosbaum e Falsarella (2016), Dayrell e Jesus (2016) e Bernardim e Silva (2017). O estudo, de natureza qualitativa, foi desenvolvido em duas etapas. Na primeira, realizamos a análise de documentos da PAE e do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, coletados no site institucional do IFPE. Na segunda, conduzimos pesquisa de campo com 16 estudantes do EMI bolsistas do Programa, utilizando entrevistas semiestruturadas. Em ambas as etapas, analisamos os dados utilizando a Técnica de Análise de Conteúdo Categorical de Bardin (2016). De modo geral, os resultados evidenciaram que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica constitui-se como fundamental para a permanência e êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade social. A análise documental apontou avanços e retrocessos no Programa, enquanto a pesquisa com os/as jovens relevou que ele contribui não apenas para a manutenção acadêmica, mas também para despesas familiares e para o acesso à instituição. Além disso, os/as jovens apontaram entraves e limitações do Programa, como restrição orçamentária e dificuldades na compreensão do edital de acesso. A partir dos resultados da pesquisa, elaboramos uma História em Quadrinhos (HQ) como Produto Educacional, com o objetivo de compartilhar informações sobre o Programa. Avaliamos a HQ junto a 9 participantes por meio de questionário em escala e analisamos os dados utilizando a Técnica de Análise de Conteúdo Categorical de Bardin (2016). Os estudantes consideraram a HQ de fácil compreensão, com linguagem acessível ao público jovem do EMI, além de apresentar arte que atrai a atenção para o conteúdo. Este estudo, além de contribuir para a construção do conhecimento sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da

PAE do IFPE e de desenvolver um Produto Educacional voltado à disseminação de informações sobre o Programa, poderá colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais e institucionais que assegurem o direito à educação aos jovens, em especial aos filhos da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil; Programa de Apoio À Manutenção Acadêmica; Ensino Médio Integrado; Juventude; Institutos Federais.

ABSTRACT

The Student Assistance Policy (PAE) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco (IFPE) encompasses several programs, one of which is the Academic Maintenance Support Program aimed at broadening the conditions for students' permanence and success at the institution. In this research, we analyze the Academic Maintenance Support Program within the PAE of IFPE through documentary analysis and the perceptions of young students from Integrated High School (EMI) at the Caruaru campus. We constructed three theoretical categories: "Public Policy, Educational Policy, and Social Policy: a conceptual discussion", based on authors such as Pereira (2009), Höfling (2001) and Behring (2009); "Student Assistance in Brazil: from its origins to the construction of the Policy", based on authors such as Kowalski (2012), Dutra and Santos (2017), and Rocha and Castro (2024); and "Integrated High School: from historical duality to the defense of polytechnic education", constructed based on authors such as Moura (2017), Frigotto (2012) and Ciavatta and Ramos (2012); this last category having a subcategory: "Youth and Integrated High School", based on authors such as Grosbaum and Falsarella (2016), Dayrell and Jesus (2016), and Bernardim and Silva (2017). The study, qualitative in nature, was developed in two stages. In the first, we conducted a document analysis of the PAE (Student Assistance Program) and the Academic Maintenance Support Program, collected from the institutional website of IFPE. In the second stage, we conducted field research with 16 EMI students who were scholarship holders of the Program, using semi-structured interviews. In both stages, we analyzed the data using Bardin's (2016) Categorical Content Analysis Technique. Overall, the results showed that the Academic Maintenance Support Program is fundamental for the permanence and success of students in situations of social vulnerability. The documentary analysis indicated advances and setbacks in the Program, while the research with young students revealed that it contributes not only to academic maintenance but also to family expenses and access to the institution. Furthermore, the students pointed out obstacles and limitations of the Program, such as budget restrictions and difficulties in understanding the selection process announcement. Based on the research results, we created a Comic Book as an Educational Product, with the objective of sharing information about the Program. We evaluated the comic book with 9 participants through a questionnaire and analyzed the data using Bardin's (2016) Categorical Content Analysis Technique. The students considered the comic book easy to understand, with accessible language to the young EMI audience, and visual art that draws attention to the content. This study, in addition to contributing to the construction of knowledge about the Academic

Maintenance Support Program of the PAE at IFPE and developing an Educational Product aimed at disseminating information about the Program, may also collaborate in the development of public educational and institutional policies that ensure the right to education for young people, especially working-class sons and daughters.

Keywords: Student Assistance Policy; Academic Maintenance Support Program; Integrated High School; Youth; Federal Institutes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	O conteúdo apresentado na HQ sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica.....	105
Gráfico 2 -	A HQ esclarece sobre o processo de inscrição.....	106
Gráfico 3 -	A contribuição da HQ para o acesso ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica.....	107
Gráfico 4 -	A escrita e a linguagem utilizadas na HQ.....	108
Gráfico 5 -	A arte (desenho, cores, composição) utilizada na HQ.....	109
Quadro 1 -	Produções científicas localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Repositório ProfEPT.....	51
Quadro 2 -	Síntese da pesquisa.....	65
Quadro 3 -	Documentos referentes à Política de Assistência Estudantil do IFPE.....	68
Quadro 4 -	Caracterização dos(as) participantes.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATD	Análise Textual Discursiva
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAA	Centro Acadêmico do Agreste
CAEE	Coordenação de Apoio ao Ensino e ao Estudante
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONSUP	Conselho Superior
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FUNAES	Fundo Nacional de Assistência ao Estudante de Nível Superior
HQ	História em Quadrinhos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Incluir	Programa Incluir de Acessibilidade na Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PAAE	Programa de Assistência e Apoio ao Estudante
PAB	Programa de Acolhimento nas Bibliotecas
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PAEVS	Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social

PAS	Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes
Pases	Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior
Pate	Programa de Apoio ao Transporte do Estudante
PEM	Programa Estudantil de Moradia
PBP	Programa Bolsa Permanência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
POLAE	Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Promisaes	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
Propepe	Programa de Permanência Parental na Educação
PSES	Programa Socioassistencial Estudantil
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
2.1	POLÍTICA PÚBLICA, POLÍTICA EDUCACIONAL E POLÍTICA SOCIAL: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL.....	24
2.2	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: DAS ORIGENS À CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA.....	28
2.3	ENSINO MÉDIO INTEGRADO: DA DUALIDADE HISTÓRICA À DEFESA DA FORMAÇÃO POLÍTECNICA.....	37
2.3.1	Juventudes e o Ensino Médio Integrado.....	45
3	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA (2019-2023).....	50
4	METODOLOGIA.....	64
4.1	1ª ETAPA: PESQUISA DOCUMENTAL.....	66
4.1.1	A Política de Assistência Estudantil do IFPE.....	66
4.1.2	Os documentos, os critérios de seleção e o processo de coleta.....	68
4.2	2ª ETAPA DO ESTUDO: PESQUISA DE CAMPO.....	70
4.2.1	Campo empírico e critérios de participação.....	70
4.2.2	Técnica de coleta de informações.....	71
4.2.3	Trabalho de campo.....	72
4.2.4	Caracterização dos(as) participantes.....	74
4.3	TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	76
4.4	PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	77
5	O PROGRAMA DE APOIO E MANUTENÇÃO ACADÊMICA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPE: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL	79
5.1	PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA: FINALIDADE,	

OBJETIVO E BENEFICIÁRIOS.....	79
5.2 PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA: CRITÉRIOS PARA A ANÁLISE SOCIAL E CONDICIONALIDADES PARA A PARTICIPAÇÃO E PARA A PERMANÊNCIA NO PROGRAMA.....	82
6 O PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPE: PERCEPÇÕES DOS(AS) ESTUDANTES DO EMI DO CAMPUS CARUARU.....	86
6.1 PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A TRAJETÓRIA ESTUDANTIL.....	86
6.2 PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA: ENTRAVES E LIMITAÇÕES.....	92
7 PRODUTO EDUCACIONAL.....	99
7.1 PRODUTO EDUCACIONAL “HISTÓRIA EM QUADRINHOS”: JUSTIFICATIVA.....	99
7.2 HQ “APOIO ESTUDANTIL! SE LIGA!”: O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO	101
7.3 A AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	103
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	125
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	129
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	130
APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)	133
APÊNDICE E – QUADRO PARA CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	136
APÊNDICE F – PRODUTO EDUCACIONAL.....	142
APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	156

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	158
ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA DA DIREÇÃO DO <i>CAMPUS</i> CARUARU.....	164
ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA DO REITOR DO IFPE.....	165

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito social garantido constitucionalmente a todos os brasileiros “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), no artigo 206, preceitua que o ensino será ministrado baseado no princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Dessa forma, nesse artigo, a Constituição Federal (Brasil, 1988) reforça a necessidade de se garantir as condições para que as pessoas consigam acessar e permanecer nas instituições escolares para que o seu direito à educação seja efetivado.

No entanto, três décadas após a promulgação da Constituição Federal (Brasil, 1988), ainda temos uma parcela considerável da população que é analfabeta e que não conseguiu ter acesso à educação. Em 2022, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que, atualmente, o Brasil tem 9,6 milhões de pessoas analfabetas, o que equivale a 5,6% da população brasileira (IBGE, 2023). Os dados também apontaram que apenas 53,1% da população com 25 anos ou mais conseguiram concluir o Ensino Básico Obrigatório (IBGE, 2023). Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, em seu artigo 4º, inciso I, o Estado deve garantir “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio” (Brasil, 1996).

Apesar da obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 até os 17 anos, idade em que o jovem deveria estar concluindo o Ensino Médio, a pesquisa do IBGE mostra que a taxa da frequência escolar líquida em 2022 foi de apenas 75,2% entre os jovens de 15 a 17 anos. No Nordeste, os dados apontam para a segunda menor taxa de frequência escolar líquida (69,3%), perdendo apenas para a região norte (68,1%) (IBGE, 2023). Dessa forma, percebe-se que o direito social à educação não está se concretizando a todos.

Também foi observado na PNAD (IBGE, 2023) que o abandono escolar se acentua a partir dos 15 anos de idade. Segundo os dados, 9,5 milhões de jovens, entre 15 a 29 anos, abandonaram a escola sem concluir o Ensino Médio. O principal motivo para o abandono escolar, apontado por 40,2% dos jovens participantes da pesquisa, foi a necessidade de trabalhar (IBGE, 2023).

Ainda sobre o abandono escolar, a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e

Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), realizada em 2018 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), teve como questionamento a intenção ou o pensamento de abandono do curso pelos estudantes. Os resultados apontaram que 52,8% dos estudantes já tinham pensado em abandonar o curso. Quando questionados sobre o motivo, 32,8% responderam que a intenção de desistir do curso estava relacionada a dificuldades financeiras (Fonaprace, 2019). Nesse sentido, verificamos que o contexto social em que os jovens estão inseridos reflete na situação do abandono escolar, pois muitos deixam de frequentar a escola para trabalhar pela necessidade de se manter e, muitas vezes, auxiliar na manutenção material de suas famílias.

Nessa perspectiva, considerando a realidade socioeconômica e educacional brasileira, que faz com que muitos jovens das classes populares necessitem trabalhar antes de completar os 18 anos, uma alternativa posta para esses jovens é uma formação que integre o Ensino Médio à Educação Profissional (Moura, 2014). Nesse contexto, que considera a contingência de milhares de jovens que necessitam buscar um emprego que gerem sua subsistência, Frigotto (2012, p. 77) também afirmou a necessidade de “um ensino médio que, ao mesmo tempo em que preserva sua qualidade de educação básica como direito social e subjetivo, possa situá-los mais especificamente em uma área técnica ou tecnológica”.

Integrar assume um “sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos” (Ciavatta, 2012, p.84). No contexto da formação integrada ou do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico, Ciavatta (2012, p. 84) afirma que o objetivo é o de que “a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos”.

Em 2003, no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006), os debates sobre a formação integrada ganharam força. De acordo com Moura (2007), foi um período de grandes mobilizações dos setores educacionais, que tinham como foco discutir a relação do Ensino Médio com a Educação Profissional. Nessa conjuntura, é aprovado o Decreto nº 5.154/2004 (Brasil, 2004), que no parágrafo 1º do artigo 4º estabelece a possibilidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ser desenvolvida de forma integrada ao Ensino Médio.

Em 2008, tivemos a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008). Os Institutos Federais são instituições de

“educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (Brasil, 2008). A atuação destas instituições deve ocorrer junto a territórios e populações com vulnerabilidade social no intuito de promover cidadania e inclusão social (Pacheco, 2020). Nesse contexto, a oferta do Ensino Médio Integrado (EMI) à Educação Profissional apresenta-se como uma alternativa para os jovens das classes populares de uma educação de qualidade com foco na formação humana (Brasil, 2008).

Nascimento, Cruz e Santos (2020), ao pontuar a realidade dos Institutos Federais, afirmam que as condições de acesso e permanência nessas instituições de ensino são deficientes e, dessa forma, comprometem a finalidade de democratização do acesso à educação, o que pode explicar a taxa de evasão nestas instituições. As autoras complementam que a realidade escolar brasileira “revela a cronicidade do problema do acesso e permanência educacional, determinado historicamente pela condição de classe da/o estudante” (Nascimento; Cruz; Santos, 2020, p. 4).

Nesse cenário, faz-se necessário criar condições para garantir o acesso, a permanência e o êxito dos jovens nessas instituições. É a partir destas demandas que a Assistência Estudantil se concretiza como uma alternativa de apoio aos estudantes que pertencem às classes populares e que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em 2010, o Decreto nº 7.234 (Brasil, 2010) institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentando a Política de Assistência Estudantil (PAE), cujos objetivos são: democratizar as condições de permanência escolar dos jovens; reduzir as taxas de retenção e evasão; diminuir os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão escolar e contribuir para a inclusão social através da educação. O referido Programa tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes nas instituições de Ensino Superior, abrangendo também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Decreto nº 7.234 (Brasil, 2010), fica determinado que o PNAES deve ser implementado de maneira articulada com as atividades de ensino, extensão e pesquisa. Também são elencadas as áreas que deverão ser contempladas nas ações da Assistência Estudantil, a saber: moradia estudantil, alimentação, inclusão digital, transporte, esporte, atenção à saúde, cultura, apoio pedagógico, creche e acesso, participação e aprendizagem de estudantes público-alvo da Educação Especial¹. Fica a cargo de cada instituição definir os critérios e a metodologia

¹ Estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

de seleção dos estudantes que serão beneficiados pelas ações da Assistência Estudantil.

A escolha de realizar essa pesquisa dentro da temática da Assistência Estudantil se relaciona com o meu campo de atuação, pois sou formada em Serviço Social e, desde 2015, atuo como Assistente Social no Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Estou lotada na Gerência de Assuntos Estudantis do CAA, que faz parte da Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES). Essa Pró-Reitoria tem como finalidade coordenar as ações e programas de inclusão social para a permanência dos estudantes, evitando a retenção e evasão escolar, além de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos discentes.

Na Universidade, atuo na implementação das ações e programas da PAE no CAA, a partir do atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no intuito de contribuir para a permanência e êxito acadêmico dos(as) discentes. Em meu exercício profissional, percebi, principalmente a partir do Edital de 2020, um aumento significativo na demanda de estudantes inscritos nos editais de seleção para acesso aos programas da Assistência Estudantil, ao mesmo tempo em que vivenciávamos um momento de contingenciamento dos recursos financeiros por parte do governo federal. Na verdade, conforme Silva e Marques (2022), já no ano de 2016, primeiro ano do governo de Michel Temer (2016-2019), ao mesmo tempo em que houve redução no orçamento da Assistência Estudantil, houve também um aumento da demanda de estudantes nas ações e programas da PAE.

Em 2023, ingressei no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - *campus* Olinda. No mestrado, a partir das articulações do meu exercício profissional e das discussões sobre o EMI nos Institutos Federais, surgiu o interesse em pesquisar sobre a PAE no contexto do EMI do IFPE.

No IFPE, a PAE foi elaborada em 2012, através da Resolução nº 021/2012 (IFPE, 2012) do Conselho Superior (CONSUP)², com base nos objetivos estabelecidos pelo PNAES. Em 2022, dez anos depois, foi aprovada a reformulação da PAE do IFPE através da Resolução nº 133/2022 do CONSUP (IFPE, 2022). Nessa reformulação, a Política foi dividida em dois eixos: Eixo de Ação 1 e Eixo de Ação 2. O primeiro eixo contempla os programas e ações voltadas

² O CONSUP é órgão máximo do IFPE, possui caráter consultivo e deliberativo. O colegiado é formado por representantes dos segmentos docente, discente, técnico-administrativos, egressos e aposentados, além de membros da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes. Presidido pelo (a) reitor(a) em exercício, o Conselho é responsável por aprovar as diretrizes de atuação do IFPE e deliberar sobre sua política educacional, programas e projetos institucionais, além de questões administrativas.

às questões de moradia, transporte, alimentação, apoio pedagógico, creche, acesso, participação e aprendizagem de estudantes público-alvo da Educação Especial (estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação). O segundo eixo abarca os programas e ações com foco na prevenção e promoção da saúde, apoio às aprendizagens e às áreas estratégicas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, bem como o incentivo à arte, cultura, esporte e lazer (IFPE, 2022).

O IFPE possui 16 *campi*³, distribuídos do litoral ao sertão do estado de Pernambuco, além de uma ampla rede de Educação a Distância, composta por 11 polos. Dentre esses, está o *campus* Caruaru, localizado no agreste pernambucano. Esse *campus* faz parte da 2ª fase do Plano de Expansão da instituição, resultado da interiorização da RFEPCT, e foi inaugurado em agosto de 2010. O *campus* oferta cursos Técnicos Subsequentes (Edificações, Mecatrônica e Segurança do Trabalho), Técnicos Integrados (Edificações, Mecatrônica e Segurança do Trabalho), além do curso Superior de Bacharelado em Engenharia Mecânica e dois cursos de Pós-Graduação em nível de Especialização (Engenharia de Segurança do Trabalho e Interdisciplinaridade em Educação e Ciências Humanas).

Conforme dados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha, a taxa de evasão nos cursos do EMI do IFPE - *campus* Caruaru, no ano de 2022, foi de 8,67% no curso de Técnico Integrado de Segurança do Trabalho, 11,67% no curso de Técnico Integrado em Edificações e de 9,55% no curso Técnico Integrado em Mecatrônica. Já no ano anterior, em 2021, a evasão foi maior nos cursos de Técnico Integrado em Mecatrônica (14,51%) e de Técnico Integrado em Segurança do Trabalho (12,62%), enquanto no de Técnico Integrado em Edificações foi um pouco menor (9,50%). Os dados mostram que a evasão nos cursos do EMI do *campus* Caruaru tem se mantido próximo ou superior aos 10%, apontando para a necessidade de se investir em políticas que viabilizem a permanência e o êxito escolar, evitando a retenção e a evasão dos estudantes.

Os Programas do Eixo de Ação 1 da PAE do IFPE destinam serviços e auxílios financeiros, prioritariamente aos discentes em situação de vulnerabilidade social e aos estudantes público-alvo da Educação Especial, objetivando garantir a permanência e o êxito escolar. Dentre os Programas do Eixo de Ação 1, destacamos o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, cujo objetivo é ampliar as condições de permanência e êxito dos estudantes na instituição, pois, os dados apresentados no Relatório de Gestão do IFPE/2023,

³ Os *campi* do IFPE são: Abreu e Lima, Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares, Paulista, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão.

referente ao ano de 2022 (IFPE, 2023), indicam que este é o Programa que possui o maior número de estudantes atendidos pela PAE.

Conforme o Relatório (IFPE, 2023), foram atendidos 240 estudantes pelo Programa Bolsa Permanência e 113 pelo Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica. Reiteramos que, com a reformulação da PAE do IFPE que ocorreu em 2022, o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica substituiu o Programa Bolsa Permanência⁴. Dessa forma, somando-se os números, foram atendidos 353 estudantes pelo Programa. O relatório também mostra que o Programa de Auxílio Financeiro beneficiou 53 estudantes e o Programa de Aquisição de Material de apoio atendeu a 52 discentes (IFPE, 2023).

O setor responsável pela execução da PAE no IFPE - *campus* Caruaru é a Coordenação de Apoio ao Ensino e ao Estudante (CAEE). Em 2024/2025, conforme informação dada pela assistente social da CAEE, os programas em desenvolvimento eram: o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica e o Programa de Apoio Financeiro Eventual. Essa informação, articulada aos dados apresentados no Relatório de Gestão do IFPE referente ao ano de 2022 (IFPE, 2023), de que este é o Programa com maior número de beneficiários dentre os Programas da PAE do IFPE, suscitou o interesse em analisar o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE em documentos institucionais e nas percepções de jovens estudantes do EMI do *campus* Caruaru acerca do Programa. Defendemos a importância de os(as) jovens serem ouvidos, uma vez que são os sujeitos beneficiados pelo Programa.

Nessa perspectiva, este estudo busca responder a seguinte questão: Como o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica se configura na PAE do IFPE e como é percebido por jovens estudantes do EMI no *campus* Caruaru? Desse modo, nossa pesquisa tem como objetivo geral **analisar o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE em documentos institucionais e nas percepções de jovens estudantes do EMI do *campus* Caruaru**. Como objetivos específicos, delimitamos:

- a) Compreender o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE a partir da análise de documentos institucionais;
- b) Identificar as percepções de jovens estudantes do EMI do *campus* Caruaru sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE;
- c) Desenvolver como Produto Educacional uma História em Quadrinhos sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE.

⁴ Ressaltamos que a reformulação da PAE do IFPE ocorreu no final do mês de junho de 2022. Nessa reformulação, o Programa Bolsa Permanência foi substituído pelo Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica. Dessa forma, nos dados apresentados pelo Relatório de gestão/2023 (referente ao ano de 2022), aparecem os estudantes beneficiados pelos dois programas, pois a mudança de nomenclatura ocorreu na metade do ano.

Este último objetivo corresponde ao desenvolvimento de um Produto Educacional que constitui uma exigência dos Programas Profissionais. Segundo Rizatti (2020), Produto Educacional é o resultado concreto, tangível, de um processo advindo de uma atividade de pesquisa.

Realizamos o Estado do Conhecimento na Pós-Graduação brasileira sobre a Assistência Estudantil no EMI dos Institutos Federais no período de 2019 a 2023. Observamos que existem poucos estudos sobre esta temática. A maioria das pesquisas realizadas sobre a assistência estudantil são relacionadas à educação superior. Nosso estudo é a primeira pesquisa *stricto sensu* que analisou as percepções dos estudantes sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE, conforme coleta de dados no banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Concordamos com Oliveira (2020) de que a assistência estudantil é um tema relevante para a democratização do ensino, é uma temática muito discutida no ensino superior, mas também necessita de uma atenção maior no âmbito do EMI.

Nessa perspectiva, essa pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar os estudos em relação a temática da Assistência Estudantil no âmbito do EMI, devido à escassez de pesquisas sobre o tema. Ressaltamos a relevância desse estudo para a construção do conhecimento sobre a contribuição das ações e programas da Assistência Estudantil na permanência e êxito dos(as) estudantes do EMI, bem como para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais e institucionais que visem a garantia do direito à educação aos jovens, em especial aos filhos da classe trabalhadora.

Esta Dissertação está organizada em oito capítulos, sendo o primeiro este capítulo introdutório.

No segundo capítulo, apresentamos o referencial teórico que está dividido em três categorias temáticas: “Política Pública, Política Educacional e Política Social: uma discussão conceitual”; “A Assistência Estudantil no Brasil: das origens à construção da Política”; “Ensino Médio Integrado: da dualidade histórica à defesa da formação politécnica”; tendo essa última uma subcategoria: “Juventudes e o Ensino Médio Integrado”.

No terceiro capítulo, apresentamos o Estado do Conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil no Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais, no período de 2019 a 2023.

No quarto capítulo, é apresentada a Metodologia desenvolvida na pesquisa. É indicado o campo empírico do estudo, os critérios de participação, a técnica de coleta de informações, a caracterização dos participantes, a técnica de análise de dados e os procedimentos éticos da

pesquisa.

No quinto capítulo, apresentamos os resultados e discussão da 1ª etapa da pesquisa em que realizamos uma pesquisa documental, buscando compreender o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica na PAE do IFPE a partir de documentos institucionais.

No sexto capítulo, apresentamos os resultados e discussão da 2ª etapa da pesquisa em que objetivamos identificar as percepções dos estudantes do EMI sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE.

No sétimo capítulo, apresentamos o desenvolvimento e avaliação do Produto Educacional.

Por fim, no oitavo capítulo, apresentamos as considerações finais da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresentamos as três categorias teóricas do trabalho: “Política Pública, Política Educacional e Política Social: uma discussão conceitual”, a partir de autores como Pereira (2009); Höfling (2001); Behring (2009); “A Assistência Estudantil no Brasil: das origens à construção da Política”, com base em autores como Kowalski (2012); Dutra e Santos (2017); Rocha e Castro (2024); e “Ensino Médio Integrado: da dualidade histórica à defesa da formação politécnica”, construída a partir de autores como Moura (2017), Ramos (2021), Ciavatta e Ramos (2012); tendo essa última uma subcategoria: “Juventudes e o Ensino Médio Integrado”, com base em autores como Grosbaum e Falsarella (2016), Dayrell e Jesus (2016) e Bernardim e Silva (2017).

2.1 POLÍTICA PÚBLICA, POLÍTICA EDUCACIONAL E POLÍTICA SOCIAL: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

Não há consenso na definição de Política Pública, bem como na compreensão de sua formação, funcionamento e na relação entre Estado e sociedade envolvida nessa dinâmica (Pereira, 2009a). São diversas as interpretações que se referem a esta temática. Dentre estas, Pereira (2009a, p. 94) destaca duas: a que coloca o Estado como único produtor de política pública, de forma que o termo *público* se confunde com o termo *estatal*; e a que defende a relação dialética e contraditória entre Estado e sociedade “como o fermento da constituição e processamento dessa política”. Nesse caso, a autora destaca que a política pública não é exclusiva do Estado, pois para ela existir, necessita da participação ativa e decisiva da sociedade.

Nesse sentido, o Estado pode ser compreendido como uma forma histórica de organização política e social que expressa a correlação de forças presentes em determinada sociedade. De acordo com Pereira (2009b), o Estado deve ser entendido como um fenômeno histórico e relacional, dotado de instituições coercitivas, território e normas reguladoras. Ele é uma arena contraditória, na qual interesses de diferentes classes se confrontam, combinando coerção e consenso, dominação e proteção. Dessa forma, o Estado não se reduz a um aparelho isolado ou exclusivamente a serviço da classe dominante, mas se constitui como uma instituição permeada por disputas e pressões sociais, cuja legitimidade depende da interação contínua com a sociedade. Nesse contexto, as políticas públicas aparecem como expressão prática dessa relação entre Estado e sociedade.

Nessa perspectiva, Política Pública e Política Estatal não possuem o mesmo significado, a primeira não tem ligação exclusiva com o Estado, pois

sua maior identificação é com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é, *res* (coisa), *publica* (de todos), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo (Pereira, 2009a, p.94).

Nesse sentido, a formulação de uma Política Pública para determinado setor surge de um problema que passa a ser discutido pela sociedade e que requer a atuação do Estado (Guimarães, 2008). Logo, a Política Pública deve atender às necessidades sociais e representar o interesse coletivo. Conforme Pereira (2009a), as funções primordiais da Política Pública são duas: efetivar os direitos conquistados pelo povo conforme disposto nas leis e alocar e prover os bens públicos. Estes bens possuem as seguintes características:

- São *indivisíveis*, isto é, devem ser usufruídos por inteiro por todos os membros de uma comunidade nacional. É o que se chama de usufruto *não rival* porque todos, por uma questão de direito, devem ter acesso a ele de forma igual e gratuita. Desse modo, entende-se que é função dos poderes públicos não só prever esses bens, mas também garanti-los de forma universal. Exemplo: educação pública;
- São *públicos*, isto é, devem visar o interesse geral e, por isso, não podem se pautar pelo mérito e nem ser regidos pela lógica do mercado;
- São fáceis de acessar, isto é, devem estar disponíveis, já que cada cidadão tem direito a eles (Pereira, 2009a, p. 99).

Nesse sentido, é ressaltado o caráter universal da Política Pública e a sua tarefa na concretização de direitos sociais conquistados pela sociedade, bem como a necessidade do Poder Público de garantir o acesso destes direitos a todos os cidadãos sem nenhuma distinção. No Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), são direitos sociais: a educação, a alimentação, a saúde, a moradia, o trabalho, o lazer, o transporte, a segurança, a proteção à maternidade e à infância, a previdência social e a assistência aos desamparados.

Conforme a tradição crítico-marxista, as Políticas Públicas são mecanismos que buscam “garantir a reprodução material, uma vez que a dominação implica, ao mesmo tempo, repressão e reprodução de classe, através de garantia de direitos básicos que se traduzem em políticas públicas” (Macêdo, 2009, p.80). No entanto, a realidade é que muitos vivem à margem da sociedade, sem cidadania e sem acesso às políticas públicas desenvolvidas pelo governo.

Macêdo (2009) pontua que não existe neutralidade nas políticas de governo, pois elas são fruto do processo político dentro do contexto de uma sociedade capitalista de classes.

Dentre as Políticas Públicas, temos as Políticas Educacionais que, conforme Saviani (2008), constituem as decisões tomadas pelo Poder Público em relação à educação. Vale salientar que existe diferença entre Política Educacional (no singular) e Políticas Educacionais (no plural). A primeira se refere a um conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que orientam a ação pública no setor da educação, enquanto a segunda são as medidas específicas implementadas, como programas, reformas e ações concretas no sistema educacional.

Historicamente, as Políticas Educacionais brasileiras apresentam um caráter de descontinuidade no decorrer dos governos e sempre estiveram alinhadas à interesses políticos e das classes dominantes. A descontinuidade se apresenta nas incontáveis reformas que ocorreram a cada mudança de governo. Sobre esse cenário, Saviani (2008, p. 11) utiliza a metáfora de “zigzague” para descrever o movimento de variadas e sucessivas alterações nas reformas implementadas.

No cenário contemporâneo, sob o modo de produção capitalista,

o neoliberalismo, trata a educação escolar, particularmente na escola pública, como lugar privilegiado de concretização de estratégias globais de mudanças educacionais para países considerados periféricos em relação ao desenvolvimento econômico (também denominados países em desenvolvimento, ou países emergentes), cujas finalidades educativas de formação escolar centram-se em interesses capitalistas de formação imediata para o trabalho, em ligação direta com o mercado (Libâneo; Freitas, 2018, p. 24).

Dessa forma, a educação forma trabalhadores para atender as necessidades imediatas da economia. Esse cenário reflete na formulação das Políticas Educacionais, que a partir da década de 1990, sofrem influência direta de organizações internacionais (Libâneo, 2018). É nessa década que o “fenômeno da internacionalização das políticas voltadas à educação nos países da América Latina” ganham força, pois “agências internacionais passam a fornecer orientações no que se refere às políticas para a educação dos países emergentes” (Camargo; Rosa, 2018, p.284).

No Brasil, no decorrer da década de 1990, o neoliberalismo alcança seu ápice durante os governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/ 1999-2002), que realiza a reforma do Estado. Dentre as ações desta reforma estava: o enxugamento de contas públicas, a redução de gastos sociais e a privatização de empresas públicas. Tais ações contribuíram para o aumento do desemprego, da competitividade e das desigualdades sociais. Um dos setores

mais afetado pelos ajustes estruturais e pela redução de recursos foi o das Políticas Educacionais (Macêdo, 2009). Essa escassez de recursos financeiros é apontada como um dos maiores limites enfrentados pelas Políticas Educacionais brasileiras (Saviani, 2008).

Nessa perspectiva, as políticas públicas voltadas à educação no Brasil apresentam um perfil de descontinuidade devido às constantes reformas vivenciadas, sofrem influência de organizações estrangeiras para o atendimento das demandas do mercado e enfrentam dificuldades relacionadas à falta de recursos financeiros. Esse cenário de atribuir à educação “o papel de servir somente ao sistema econômico neoliberal e de reduzir a formação às finalidades do trabalho no capitalismo globalizado” (Libâneo; Freitas, 2018, p. 33), acentua as desigualdades sociais e amplia a exclusão social de jovens pobres.

Para Macêdo (2009, 81), a Política Educacional se constitui em um dispositivo de sustentação e de reprodução do capital na medida em que “ao se garantir o direito a educação transcende-se o caráter regulatório e ideológico implícito nesta política de estado e abre-se uma brecha para potencializar a luta da classe popular pelos demais direitos, individuais, sociais e políticos”.

Na perspectiva de direito social, a Política Pública de Educação, após a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, pauta-se na premissa “da igualdade de oportunidades, na extensão da escolaridade obrigatória, assim como na redução das desigualdades escolares, pensada na convicção de que esta redução acaba por reduzir também as desigualdades sociais” (Carmo; Silva, 2016, p. 48).

Dentro do campo das Políticas Públicas, dentre as quais destacamos as Educacionais, estão as Políticas Sociais, que compreendem “programas e ações do Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação de elementos do mercado” (Castro, 2012, p. 1040). Para Höfling (2001), as Políticas Sociais são ações de proteção social desenvolvidas pelo Estado que, através da redistribuição dos benefícios sociais, visam a redução das desigualdades estruturais acarretadas pelo desenvolvimento socioeconômico.

As Políticas Sociais surgem das contradições da sociedade capitalista que gera a apropriação privada das riquezas produzidas de forma coletiva. Para Behring e Boschetti (2016, p. 51), as Políticas Sociais e a formação de padrões de proteção social são “formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho”. Oliveira (2009, p.109) pontua que, para os liberais, as Políticas Sociais se propõem “a corrigir os efeitos malignos produzidos pelo crescimento capitalista. Tais

políticas teriam finalidade redistributiva e o objetivo de reduzir as desigualdades geradas pela esfera da produção”. No entanto, as referidas políticas, enquanto estratégia de governo, não promovem uma real melhoria nas condições de vidas da classe trabalhadora, pois o Estado só atende as reivindicações que são “aceitáveis para o capital e para o grupo dominante” (Oliveira, 2009, p.109).

Nesse sentido, as Políticas Sociais estão inseridas em um cenário de disputa em que há conflitos de interesses entre as classes e se caracterizam por ações pontuais e focalizadas. Elas são “[...] concessões/conquistas mais ou menos elásticas, a depender da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais e seus segmentos envolvidos na questão” (Behring, 2009, p. 325).

De maneira geral, sob a égide do capitalismo e da hegemonia neoliberal, o cenário é de restrição e diminuição de direitos utilizando-se do argumento da crise fiscal do Estado,

[...] transformando as Políticas Sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionada para os efeitos mais perversos da crise (Behring; Boschetti, 2016, p. 156).

As Políticas Sociais compreendem diversas áreas, dentre elas a área da Educação. Em um país de extremas desigualdades sociais como o Brasil, falar em “igualdade de oportunidades” e em “redução de desigualdades escolares” é ressaltar a importância das Políticas Sociais aplicadas à educação, principalmente aos que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Dentre essas Políticas, destacamos a PAE, que discutiremos na seção a seguir.

2.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: DAS ORIGENS À CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA

A Política de Assistência Estudantil é “(...) uma Política Social aplicada nas políticas educacionais como uma ferramenta que busca criar um padrão de igualdade entre os estudantes” (Baqueiro; Tenório, 2015, p. 64). Nesse sentido, a Política de Assistência Estudantil compreende um conjunto de políticas que visam a permanência dos estudantes nos espaços escolares, é uma Política Pública, pertencente ao campo das Políticas Sociais aplicadas à educação, que busca minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas dos estudantes

visando assegurar a permanência e o êxito destes nas instituições de ensino, reduzindo os índices de retenção e evasão escolar.

Kowalski (2012) pontua que a primeira prática voltada para assistência ao estudante no Brasil ocorreu em 1928, durante o governo de Washington Luís, que foi a construção da Casa do Estudante Brasileiro localizada em Paris. Ou seja, a Assistência Estudantil no Brasil surgiu para atender aos filhos das elites brasileiras, uma vez que era essa classe social que tinha acesso ao Ensino Superior neste período histórico.

Outra ação voltada para a Assistência Estudantil foi a criação da Casa do Estudante do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em meados da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. A casa possuía três andares e tinha um restaurante popular que atendia a estudantes “carentes” (Kowalski, 2012). Ainda no Governo Vargas, a Assistência Estudantil passou a integrar a Constituição Federal de 1934 como parte do projeto proposto para a Educação, que previa, em seu artigo 157, “a doação de fundos aos estudantes necessitados, através do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (Kowalski, 2012, p. 87).

Dessa forma, entendemos que a Assistência Estudantil no Brasil teve sua origem no bojo da educação superior com práticas pontuais, de caráter emergencial e assistencialista. Em geral, desenvolvia-se através de ações voltadas para moradia, alimentação e ajuda aos estudantes.

Em agosto de 1937, a Casa do Estudante do Brasil realizou o 1º Conselho Nacional de Estudantes, onde foi deliberado a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) - entidade máxima dos estudantes, que se tornou um dos principais sujeitos políticos na luta pela Assistência Estudantil no Brasil (Dutra; Santos, 2017).

A criação da UNE no bojo das organizações dessa residência universitária já aponta para sua ligação com a Assistência Estudantil. A preocupação dos universitários com questões referentes à assistência ao estudante já pode ser vista em 1938, na convocação para o II Congresso Nacional dos Estudantes, quando traz entre suas teses o tópico “Situação Econômica” do estudante, que incluía os seguintes pontos: problema das taxas e matrículas; subvenção do Estado; problemas de habitação – cidades universitárias; casas de estudantes e casas de internos; problemas de alimentação; birô de empregos; estágios remunerados; racionalização do trabalho intelectual; assistência médica, dentária e judiciária (Poerner, 2004 *apud* DUTRA; SANTOS, 2017, p.151).

Nessa perspectiva, a UNE desenvolveu um papel importante na luta pela defesa dos direitos dos estudantes, inclusive da pauta da Assistência Estudantil. No entanto, durante o

período da ditadura militar, a UNE foi perseguida e intimidada, perdendo sua legitimidade e passou a atuar na ilegalidade perdendo força política. Nesse sentido, até o final da década de 1970, a Assistência Estudantil no Brasil se caracterizou por ações pontuais, que atendiam majoritariamente a elite do país que era o público que tinha acesso às universidades (Dutra; Santos, 2017).

Em meados da década de 1980, no contexto do processo de redemocratização e abertura política após o regime de ditadura militar no Brasil, os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) se reuniram para discutir assuntos relacionados a políticas de promoção e apoio aos estudantes. Foram realizados vários encontros em nível nacional e regional onde foram construídos documentos que expressavam as preocupações do grupo em relação à permanência dos estudantes nas universidades e ressaltava a importância de formular “políticas de ação, por parte do Ministério da Educação (MEC), que atendessem as posições definidas pelos Pró-Reitores” (Fonaprace, 2012, p.14).

Nesse contexto, em 1987, foi criado o FONAPRACE, que ficaria incumbido de “discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante” (Fonaprace, 2012, p.15). No mesmo período, ocorreram mobilizações do movimento estudantil, de profissionais da educação e do FONAPRACE em defesa da construção de uma política nacional de assistência estudantil que garantisse aos estudantes o acesso, a permanência e a conclusão nas IFES (Miranda, 2022).

No decorrer da década de 1990 e início do ano de 2000, o FONAPRACE realizou estudos com os estudantes das instituições de Ensino Superior com o intuito de identificar o perfil e as demandas desses discentes por políticas de inclusão social. Essas pesquisas mostraram a necessidade da formulação de uma política de assistência estudantil que garantisse a permanência dos estudantes nas IFES (Taufick, 2014). Nesse sentido, em 2001, com a participação do FONAPRACE, foi constituído o Plano Nacional de Assistência Estudantil, e em 2007, junto com o MEC, teve início o processo de elaboração do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela portaria normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007 (Rocha; Castro, 2024).

A instituição do PNAES, através da Portaria nº 39/2007 (Brasil, 2007), ocorre durante o segundo mandato do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010). Em seguida, é regulamentado através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (Brasil, 2010). Conforme o referido Decreto, o Programa passa a direcionar as ações de Assistência Estudantil desenvolvidas não apenas no bojo das Universidades Federais, mas também dos Institutos

Federais.

O Decreto nº 7.234/2010 (Brasil, 2010), no art. 1º, pontua que o PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal. Em seguida, no art. 4º, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram incluídos no campo de abrangência das ações da assistência estudantil (Brasil, 2010). É importante ressaltar que a inclusão dos Institutos Federais no campo de abrangência das ações do PNAES, foi de extrema relevância para garantir não só o acesso dos estudantes à educação pública de qualidade, como também à sua permanência na instituição e o seu êxito escolar, uma vez que o público-alvo dos Institutos Federais é composto, majoritariamente, por estudantes oriundos de escolas públicas e/ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que apresentam inúmeras dificuldades durante o seu percurso acadêmico e na conclusão de sua formação escolar. Segundo os dados da Plataforma Nilo Peçanha (2023), mais de 70% dos estudantes dos Institutos Federais têm renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo, o que caracteriza o perfil socioeconômico majoritariamente de baixa renda (Brasil, 2023).

Cumprе destacar, ainda, que a regulamentação do PNAES ocorreu em um contexto de expansão e de democratização do acesso ao ensino superior no país (Pizza; Siqueli, 2024).

O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) de 2007 e a Lei nº 12.711/2012, conhecida como “Lei de Cotas”, contribuíram para a necessidade de fortalecimento da Política de Assistência Estudantil, na medida em que trouxeram novas configurações nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com o ingresso de estudantes oriundos da rede pública de ensino básico e de estratos sociais de baixa renda, com maior participação de negros e minorias étnicas em seu corpo discente (Pizza; Siqueli, 2024, p. 4).

A Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, determina a reserva de “no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.” E, destas vagas, deverão ser reservadas 50% “aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo **per capita**” (Brasil, 2012).

Dessa forma, a democratização do acesso às IFES mediante a reserva de vagas para estudantes oriundos das escolas públicas e das cotas com critério de renda contribuíram para a consolidação da Política de Assistência Estudantil. Rocha e Castro (2024) ressaltam que o PNAES foi um marco no que tange os direitos sociais brasileiros e em especial na constituição do direito à Educação.

Destacamos que, um ano após a instituição do Decreto nº 7234/2010 (Brasil, 2010), tramitou na Câmara dos Deputados um projeto de lei protocolado pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (União-TO), o Projeto de Lei nº 1.434/2011 (Brasil, 2011), que tinha como objetivo criar o Fundo Nacional de Assistência ao Estudante de Nível Superior (FUNAES) para apoiar os estudantes considerados de baixa renda em sua permanência escolar (Pizza; Siqueli, 2024). Dentre os objetivos do FUNAES, destacam-se

o apoio à moradia estudantil, a concessão de bolsas de manutenção, a assistência à saúde, e o auxílio à aquisição de material didático e inclusão digital. Além disso, o projeto incluía um dispositivo específico para garantir que uma moradia estudantil respeitasse as tradições culturais dos estudantes autodeclarados indígenas (Pizza; Siqueli, 2024, p. 5).

A então Deputada justificou que a sua proposta visava além da ampliação do acesso ao ensino superior, a garantia da permanência escolar de estudantes advindos das camadas mais empobrecidas da sociedade. Nesse sentido, a falta de recursos não deveria ser um motivo para o abandono escolar e a criação do FUNAES auxiliaria os estudantes com despesas de moradia, alimentação e assistência à saúde (Pizza; Siqueli, 2024).

Anos depois, em 2018, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende solicitou a desapensação do Projeto de Lei nº 1.434/2011 (Brasil, 2011) de outros projetos anexos a ele, para que seu projeto pudesse ser apreciado de forma isolada, com o objetivo de focar na institucionalização do PNAES, pois este “já estava em operação, mas ainda carecia de regulamentação legal” (Pizza; Siqueli, 2024, p. 6). No decorrer dos anos surgiram pedidos de desapensação e de apensações de outros projetos e, em 2023, havia vinte e quatro projetos de lei apensados ao Projeto de Lei nº 1.434/2011 (Brasil, 2011). Dessa forma, “todos os projetos de lei foram elencados e um texto substitutivo foi elaborado para apreciação do Plenário” (Pizza; Siqueli, 2024, p. 6), sob relatoria da Deputada Alice Portugal (PCdoB – BA).

Em 31 de agosto de 2023, o Projeto de Lei nº 1.434/2011 (Brasil, 2011) foi aprovado na Câmara dos Deputados. Em seguida, a proposta foi para apreciação no Senado Federal e tramitou como Projeto de Lei nº 5395/2023 (Brasil, 2023), que tinha como objetivo instituir a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pizza; Siqueli, 2024). Dessa forma, esse Projeto de Lei tramitou por cerca de 12 anos na Câmara dos Deputados e, após a sua aprovação, seguiu para revisão no Senado Federal em novembro de 2023.

O Projeto de Lei nº 5.395/2023 (Brasil, 2023) tinha como objetivo “cristalizar em lei

os programas existentes, como o Pnaes, PBP, Incluir e Promisaes⁵, já que se trata de iniciativas criadas e regidas por normas infralegais” (Britto, 2023, p. 7), e, com isto, garantir a segurança legal destes programas evitando que sejam extintos por ato discricionário do Governo Federal.

A discussão do Projeto de Lei nº 5.395/2023 (Brasil, 2023) no Senado foi marcada por um consenso entre os senadores em relação à necessidade de fortalecer a assistência estudantil no país, fazendo com que o projeto fosse aprovado e encaminhado à sanção. Em seguida, o presidente Lula aprovou o referido projeto com vetos, através da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024 (Brasil, 2024), instituindo a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Pizza; Siqueli, 2024). Dessa forma, a referida lei, que teve origem no Projeto de Lei nº 5.395/2023 (Brasil, 2023), consolida a PNAES em uma política de estado. É possível observar que a sigla utilizada para se referir a Política Nacional de Assistência Estudantil (Lei nº 14.914/2024) é a mesma utilizada para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto nº 7.234/2010).

De acordo com Pizza e Siqueli (2024), a Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024) foi publicada no Diário Oficial da União em 4 de julho de 2024 informando os itens que foram vetados, seguido da justificativa de cada veto:

Tabela 1 - Relação de itens vetados do PL nº 5.395, de 2023, Senado e PL nº 1.434, de 2011, na Câmara

Item vetado	Descrição	Justificativa
Art. 3º, § 3º do Projeto de Lei	As instituições federais de ensino superior receberão recursos da PNAES proporcionais, no mínimo, ao número de estudantes que se enquadram como beneficiários da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, admitidos em cada instituição.	O veto ocorreu porque a literalidade do dispositivo poderia levar à conclusão de que se estabelece uma sistemática de cálculo de montante obrigatório de alocação de recursos orçamentários, desconsiderando as peculiaridades locais de cada instituição.
Art. 6º, Inciso VII do "caput" do Projeto de Lei	Ter alto desempenho acadêmico e esportivo.	O veto foi justificado pela preocupação de que esses critérios poderiam desviar o foco da política, que visa minimizar as desigualdades sociais e garantir a permanência de estudantes em vulnerabilidade.

⁵ As siglas que a autora se refere no texto dizem respeito aos seguintes programas: Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), Programa Bolsa Permanência (PBP), Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir), Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes). Em relação ao Pnaes, a autora utiliza apenas a primeira letra maiúscula para diferenciar o Programa da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), uma vez que eles possuem a mesma sigla.

Art. 9º, § 2º do Projeto de Lei	O valor da bolsa permanência será estabelecido em regulamento: I - em valor não inferior ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, para estudantes de graduação; II – em valor não inferior ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica júnior, para estudantes de educação profissional técnica de nível médio; III - em valor não inferior ao dobro do valor estabelecido de acordo com os incisos I ou II deste parágrafo, conforme o caso, para estudantes indígenas e quilombolas.	O veto foi fundamentado na contrariedade ao interesse público, pois a fixação de valores em lei poderia impactar negativamente a operacionalização da política, que seria mais flexível se regulada por normas infralegais.
Art. 14, § 2º do Projeto de Lei	O acesso à alimentação oferecida no âmbito do Pases será assegurado a toda a comunidade universitária e visitante, mediante pagamento subsidiado, garantida a gratuidade para os estudantes beneficiários do PAE, previsto no art. 5º desta Lei.	O veto foi motivado pela criação de uma regra geral e irrestrita para um programa de alimentação que já possui aplicação específica conforme as necessidades das instituições, autonomia universitária e orçamento disponível. A exigência de estimativa do impacto orçamentário e a compensação pela despesa aumentada não foram atendidas.

Fonte: Pizza e Siqueli (2024).

Pizza e Siqueli (2024) pontuam que os vetos do governo tinham a preocupação de evitar alocações rígidas de recursos, o que poderia impactar de forma negativa na operacionalização da Política. Os autores complementam que, de maneira geral, os vetos tinham o intuito de garantir que a PAE fosse “implementada de forma eficiente e alinhada com as diretrizes fiscais e orçamentárias estabelecidas, evitando a criação de obrigações inflexíveis que poderiam prejudicar a efetividade da lei” (Pizza; Siqueli, 2024, p. 11).

A PNAES, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024), tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal que estejam matriculados em cursos presenciais. A Lei acrescenta que se houver disponibilidade orçamentária, a PNAES poderá atender também estudantes matriculados em cursos presenciais de mestrado e doutorado das instituições federais de ensino (Brasil, 2024). São objetivos da PNAES:

I - democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação

pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência de estudantes nos cursos da educação pública federal e na conclusão desses cursos;

III - reduzir as taxas de retenção e de evasão na educação pública federal;

IV - contribuir para a promoção da melhoria de desempenho acadêmico, de inclusão social pela educação e de diplomação dos estudantes;

V - apoiar estudantes estrangeiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países;

VI - estimular a participação e o alto desempenho de estudantes em competições, em olimpíadas, em concursos ou em exames de natureza esportiva e acadêmica;

VII - estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil (Brasil, 2024).

De acordo com a PNAES, as ações e os programas de assistência estudantil serão executados pelo MEC e pelas instituições federais de ensino considerando as especificidades e as necessidades dos estudantes das referidas instituições, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Brasil, 2024).

A nova Lei estabelece as ações e os programas que compreendem a PNAES, especificando o objetivo e o público-alvo de cada um, dentre eles: a) Programa de Assistência Estudantil (PAE); b) Programa de Bolsa Permanência (PBP); c) Programa Estudantil de Moradia (PEM); d) Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate); e) Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases); f) Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir); g) Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS); h) Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe); i) Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB); j) Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes); e l) Benefício Permanência na Educação Superior (Brasil, 2024).

Dentre esses Programas, destacamos o Programa de Assistência Estudantil por ser o que orienta as ações de Assistência Estudantil desenvolvidas nas áreas de transporte, alimentação, moradia estudantil, atenção à saúde, inclusão digital, esporte, cultura, apoio pedagógico, atendimento pré-escolar a dependentes e acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudante (Brasil, 2024). Dessa forma, esse Programa é o que norteia as principais ações no âmbito da Assistência Estudantil nas instituições federais de ensino.

O Programa de Assistência Estudantil é destinado a estudantes de cursos presenciais das instituições federais de ensino superior e da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, que atendam a pelos menos um dos critérios estabelecidos para a participação no Programa. Esses critérios contemplam jovens que estudaram a educação básica em escolas públicas ou em escola particular na condição de bolsista integral, estudantes cotistas, indígenas ou quilombolas, estudantes com deficiência, estudantes estrangeiros em situação de

vulnerabilidade social ou refugiados e estudantes que integrem famílias com renda per capita mensal de até um salário mínimo. As ações de assistência estudantil do Programa serão desenvolvidas mediante o repasse de benefício direto ao estudante para arcar com despesas de transporte, de moradia, de alimentação, de apoio pedagógico, entre outras (Brasil, 2024).

Observamos que, com a instituição da PNAES (Lei 14.914/2024), houve um retrocesso em relação ao critério de renda definido para participação nos programas da assistência estudantil, pois, no âmbito do Decreto nº 7.234/2010 (Brasil, 2010), o estabelecido era que o jovem fosse integrante de família com renda per capita mensal de até um salário mínimo e meio; com a instituição da Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024), esse valor passa a ser de até um salário mínimo. Essa alteração no valor da per capita familiar estabelecido para acesso aos programas reforça o caráter focalista da Política, que já não atende a toda demanda de estudantes que precisam da assistência estudantil.

Pizza e Siqueli (2024) pontuam que um avanço da PNAES foi a ampliação da abrangência das ações da assistência estudantil, que incorporaram programas direcionados a questão da saúde mental e de apoio à estudantes estrangeiros.

Conforme Trindade (2019), o reconhecimento da permanência escolar como um direito permite com que a classe trabalhadora pleiteie formas para que os jovens consigam concluir os seus estudos. Entretanto, “[...] isso implica em reconhecer que no Brasil grande parte da população vivencia diversas formas de segregação e condições de miséria que limitam o seu percurso escolar” (Trindade, 2019, p. 135). Nesse contexto, sobre o critério de renda estabelecido pelo PNAES, o autor pontua que

[...] a renda per capita familiar é o principal critério socioeconômico previsto nessa regulamentação e o principal meio de seleção dos editais nas instituições. A proposta do programa, dentro de uma perspectiva de política focalista, não é atender a totalidade dos estudantes e nem considerar as particularidades das necessidades estudantis no cotidiano para a permanência. Parte-se de um parâmetro de pobreza baseando-se na renda. Nesse sentido, devemos concordar que os padrões de desigualdade não podem ser aferidos somente pela renda (Trindade, 2019, p. 139).

Nessa perspectiva, é importante que a PAE não se resuma a programas de repasse de recurso financeiro, reduzindo a política a um viés de bolsificação. É necessário um olhar voltado a atender outras demandas postas pelos estudantes, sejam de ordem psicológica, social e cultural que são vivenciadas pelos jovens dentro da escola, como questões de discriminação, preconceito e exclusão (Santos, 2020).

Entendemos que a questão da renda familiar é um dos fatores que interfere na permanência dos jovens na escola, mas não é o único motivo para o abandono escolar. Estudos como o de Silva (2022) e Santos (2020) têm apontado diversos fatores, extra e intraescolares, que contribuem para que os estudantes desistam ou permaneçam nos cursos. No entanto, a PAE aparece como sendo uma das dimensões para ações de intervenção que contribuem para a permanência escolar dos jovens, principalmente os das camadas mais empobrecidas.

Uma opção para os jovens das classes populares, que precisam ingressar no mundo do trabalho precocemente, é o EMI, que discutiremos na seção a seguir.

2.3 ENSINO MÉDIO INTEGRADO: DA DUALIDADE HISTÓRICA À DEFESA DA FORMAÇÃO POLÍTECNICA

A história da educação no Brasil é permeada por um caráter dualista, em que o ensino ofertado para os filhos da elite era diferente do oferecido para os filhos da classe trabalhadora. Segundo Borges (2017), existia a oferta de um ensino para formação de intelectuais e outro para a formação de trabalhadores. Dessa forma, a educação contribuía para a reprodução das classes sociais uma vez que a escola das ciências, das letras e das artes era destinada aos filhos das elites e aos demais o acesso a esta escola era negado (Moura, 2007).

De acordo com Amboni (2019, p. 245), na sociedade moderna, a escola criada pela burguesia cumpria o papel de “domínio cultural e de disciplinamento do corpo para o trabalho”. O Estado exercia o controle social através da escola por intermédio dos currículos e de determinadas regras estabelecidas nas escolas. Assim, o Estado, através da escola, conduzia a formação dos educandos para o trabalho. Nesse sentido, conforme Amboni (2019, p. 250), “a escola atenderia ao processo de trabalho, uma vez que o domínio da linguagem e de conhecimentos específicos mínimos seriam necessários para capacitar a classe trabalhadora à técnica do trabalho”. O autor reforça que a escola burguesa no sistema capitalista é dualista, pois está dividida entre uma escola que disciplina e adentra os filhos dos operários e outra escola que forma os filhos das classes dominantes.

Uma alternativa colocada para superar esse modelo de educação dual é a formação omnilateral. Della Fonte (2018) pontua que o termo omnilateral foi utilizado por Marx pela primeira vez, em referência a formação humana, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844. Conforme a autora, nesses *Manuscritos*, Marx discutiu como seria a escola consonante a formação omnilateral:

Do sistema fabril, [...] brotou o germe da **educação do futuro** que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo - se em método de elevar a produção social e de único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos (Marx, 1985, p.554 *apud* Della Fonte, 2018, p. 15, grifo da autora).

A “educação do futuro”, de acordo com os interesses da classe trabalhadora, precisa ser norteadada pela emancipação humana e necessita de uma formação sem hierarquia de capacidades humanas, uma formação que articule todas as dimensões humanas - intelectual, ética, política, artística - a partir do trabalho (Della Fonte, 2018). No entanto, o desenvolvimento omnilateral dos sujeitos só se efetivará de forma plena quando as relações sociais de classes, sob a égide do capitalismo, forem superadas (Frigotto, 2012).

No final da década de 1980 do século XX, sob influência do toyotismo, as reformas educacionais surgem num viés neoliberal com o intuito de atender as demandas do capital. No mundo e no Brasil, os sistemas educacionais sofrem influência do Banco Mundial, “deixando de lado os valores e os ideais humanísticos e direcionando a educação para o sistema mercantil” (Ferreira; Pereira, 2018, p.10). Nesse viés, a educação é um espaço de disputa, sendo regida e subordinada aos interesses do capital. Conforme Ciavatta (2014, p. 197), o sistema educacional brasileiro é “secularmente dominado pelo capital”. A autora complementa que

As condições de vida são adversas, as relações de trabalho são dominadas pelo poder hegemônico do capital, a educação não está universalizada em acesso e em qualidade para toda a população; a ideologização crescente da educação subsumida ao consumo e ao mercado de trabalho torna ambíguo o conceito de qualidade da educação, e é incipiente a participação da população na reivindicação de um sistema educacional público, gratuito e de qualidade para todos (Ciavatta, 2014, p.197).

No contexto brasileiro, a década de 1980 foi permeada por diversas reflexões e discussões no campo da educação. Os debates objetivavam discutir formas de superar o tecnicismo imposto pela reforma e política educacional no governo militar, além de refletir sobre uma educação voltada aos interesses da classe trabalhadora (Novello; Chilante, 2010). O país vivenciava o período de redemocratização após o fim da ditadura militar e, nessa perspectiva, “a sociedade civil organizada lutava por uma educação democrática e de qualidade para a classe trabalhadora, calcada nos princípios de uma escola unitária, ou seja, uma escola que pudesse articular cultura geral e cultura técnica” (Novello; Chilante, 2010, p.7).

Foi neste contexto de lutas que se iniciaram os debates acerca da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O texto original foi escrito pelo professor Dermeval

Saviani a partir das contribuições do movimento dos educadores. Ao ser transformado em Projeto de Lei, o texto passou por algumas modificações e foi apresentado à Câmara Federal pelo Deputado Octávio Elísio. O Projeto, em seu artigo 35, postulava que:

A educação escolar de 2º grau⁶ será ministrada apenas na língua nacional e tem por objetivo propiciar aos adolescentes a formação politécnica necessária à compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo (Novello; Chilante, 2010, p.8).

No entanto, o referido Projeto de Lei não foi aprovado no âmbito do Congresso Nacional. Ressaltamos a relevância desta proposta ao ter como objetivo a formação politécnica no Ensino Médio, integrando os conhecimentos teóricos e a prática. “O ideário da politecnia buscava e busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 35). Esse ideário defendia a integração entre ciência, cultura, tecnologia e humanismo almejando o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Ramos (2021, p. 68) complementa que:

A educação politécnica não se opõe à educação técnica, mas, a supera dialeticamente, na medida em que esta é indissociável da Educação Básica. Trata-se do oposto à educação unilateral, de caráter estritamente técnico. Esta é historicamente destinada aos filhos da classe trabalhadora em razão das suas origens, naturalizando e reforçando a lógica da exploração, da dominação, da condição subalternizada que deve assumir para manter sua existência, sendo interdito ao direito de prosseguimento aos estudos superiores. Então, uma educação unilateral define, a partir de uma origem de classe, os limites da formação humana para esses sujeitos. Limites que coincidem com a subordinação ao trabalho manual e com a interdição dos trabalhadores de ter acesso à cultura, às letras, às artes, à filosofia, à ciência em geral.

De acordo com Saviani (2007, p. 162), a educação politécnica representa a “união entre formação intelectual e trabalho produtivo”. Silva, Razuck e Tunes (2008, p. 455) afirmam que a politecnia mostra a forma como o trabalho se desenvolve e como ele está estruturado na sociedade moderna, e reforçam que “[...] a noção de politecnia encaminha-se para a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral”. Nesse contexto, a formação integrada, conforme Ciavatta (2005), surge como uma proposta para superar a dualidade educacional, a separação de conhecimentos baseada na divisão social do trabalho, almejando que a educação geral seja parte indissociável da educação

⁶ A nomenclatura “2º grau” era utilizada para se referir ao que hoje chamamos de Ensino Médio.

profissional, tendo o trabalho como princípio educativo. Nessa perspectiva, Ciavatta e Ramos (2011, p. 31-32) afirmam:

[...] o primeiro sentido que atribuímos à integração expressa uma concepção de formação humana que preconiza a integração de todas as dimensões da vida – o trabalho, a ciência e a cultura – no processo formativo. Tal concepção pode orientar tanto a educação geral quanto a profissional, independente da forma como são ofertadas. O horizonte da formação, nessa perspectiva, é a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores e teria como propósito fundamental proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas. [...] O trabalho como princípio educativo, isto é, como o fundamento da concepção epistemológica e pedagógica que visa proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos.

Nessa perspectiva, a proposta de Octávio Elísio “buscava assegurar uma formação básica que superasse a dualidade entre cultura geral e cultura técnica, assumindo o conceito de politecnia” (Ciavatta, 2005, p.4). Porém, o Projeto de LDB em questão não obteve o apoio dos parlamentares para aprovação nos termos propostos.

Após oito anos de debates, no primeiro governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1999), foi sancionada a LDB nº 9.394/96 (Brasil, 1996) e, em seguida, o Decreto nº 2.208/97 (Brasil, 1997). Enquanto a primeira proposição, de Octávio Elísio, sugeria a integração entre a formação geral e a formação profissional, considerando seus aspectos humanos, científicos e tecnológicos, o Decreto nº 2.208/97 (Brasil, 1997) impediu a proposta de formação integrada e impôs opções aligeiradas e fragmentadas de educação profissional sob a justificativa de atender as demandas do mercado (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012). Dessa forma, consideramos que o Decreto nº 2.208/97 (Brasil, 1997) foi um retrocesso e, ao separar a formação básica da formação profissional, reafirmou o caráter dualista da educação.

Em 2003, no início do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), foram retomados os debates acerca da formação integrada e sobre a revogação do Decreto nº 2.208/97 (Brasil, 1997). Moura (2007) aponta que houve uma grande mobilização dos setores educacionais, principalmente os vinculados à educação profissional, que tinha como foco discutir a relação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional.

Nesse sentido, em busca de resgatar os princípios defendidos pelo Projeto de LDB de 1996, no que tange a formação integral do sujeito, o Decreto nº 2.208/97 (Brasil, 1997) é

revogado e é aprovado o Decreto nº 5.154/2004 (Brasil, 2004). Com isso, ressurgiu a possibilidade de integrar o Ensino Médio à Educação Profissional.

Ramos (2021) pontua que o Decreto nº 5.154/2004 (Brasil, 2004) foi um instrumento utilizado para criar um consenso entre os setores da sociedade que trabalhavam com a oferta de Educação Profissional. Afirma que, apesar de ter contradições e limites, considerando o ponto de vista jurídico-normativo, o decreto permitia “integrar Educação Básica e profissional, técnica e tecnológica e, assim, disputar a hegemonia da concepção politécnica junto com educadores, com a sociedade, com os estudantes” (Ramos, 2021, p.69).

No âmbito das discussões teóricas acerca da Educação Básica, em especial do Ensino Médio, a comunidade educacional pontuava ser imprescindível vincular a educação à prática social e ter o trabalho como princípio educativo. Dessa forma,

[...] se o saber tem uma autonomia relativa face ao processo de trabalho do qual se origina, o papel do ensino médio deveria ser o de recuperar a relação entre conhecimento e a prática do trabalho. Isto significaria explicitar como a ciência se converte em potência material no processo de produção. Assim, seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não se deveria, então, propor que o ensino médio formasse técnicos especializados, mas sim politécnicos (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 35).

Nesse contexto, a formação deveria proporcionar aos alunos o conhecimento de todo o processo de trabalho, não apenas o “adestramento” para que eles aprendessem a executar determinada atividade, mas que também compreendessem os fundamentos das técnicas utilizadas nas atividades desenvolvidas por eles.

O ensino integrado é uma proposta pedagógica que tem o compromisso com a utopia de uma formação completa, “que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada” e que entende que é direito de todos ter acesso a um processo formativo “que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais” (Araújo; Frigotto, 2015, p.62). O ensino integrado, portanto, visa uma formação humana que articule todas as dimensões da vida: trabalho, cultura e ciência. É uma proposta que objetiva formar o indivíduo em suas múltiplas capacidades, fazendo com que ele compreenda a sua realidade e tenha autonomia para agir sobre ela no intuito de transformá-la (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

A proposta de integrar o Ensino Médio à Educação Profissional se potencializa no Brasil no início do século XXI através da regulamentação do EMI, sendo o resultado das

incansáveis reivindicações dos profissionais da educação e de grupos da sociedade que demonstravam insatisfação com a dualidade histórica presente no sistema educacional brasileiro. O EMI faz parte da modalidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e tem como característica oferecer ao estudante “uma formação geral de nível médio de caráter propedêutico em consonância com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) em uma grade curricular que agrega ambos os currículos” (Souza; Benites, 2021, p.106).

O EMI tem como objetivo uma educação que está além da simples finalidade propedêutica de preparar para o ensino superior ou da formação voltada apenas para atender às demandas do mercado de trabalho. Nessa perspectiva, o EMI traz a ideia de uma formação que tenha “o sentido de inteiro, de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos” (Ciavatta; Ramos, 2012, p.307). Trata-se de uma formação que integre as dimensões estruturantes da vida (ciência, trabalho e cultura), que propicie novas perspectivas de vida para os jovens e que opere na superação das desigualdades entre as classes sociais (Ciavatta; Ramos, 2012).

A integração do ensino médio com o ensino técnico é uma necessidade conjuntural – social e histórica – para que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores. A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 45).

Dessa forma, a integração do Ensino Médio à Educação Profissional se torna uma necessidade na realidade brasileira, mostra-se como uma opção aos filhos da classe trabalhadora que precisam ingressar no mundo do trabalho ainda no nível médio, já que não podem se “dar ao luxo” de trabalhar apenas após a conclusão de um curso superior. Ressaltamos aqui que existe uma diferença entre o conceito de “mercado de trabalho” e de “mundo do trabalho”. O primeiro diz respeito a relação de compra e venda da força de trabalho, ao trabalho assalariado, a situação de emprego e desemprego, as condições de precarização e desregulamentação do trabalho; já o segundo se refere ao trabalho em geral, às condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, à história da classe operária, bem como à cultura e a participação dos trabalhadores em grupos políticos e religiosos (Ciavatta, 2019). Ciavatta e Ramos (2012, p. 308) complementam que:

Se a formação profissional no ensino médio é uma imposição da realidade da população trabalhadora, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético-político. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária, para todos. Portanto, o sentido de formação integrada ou o ensino médio integrado à educação profissional, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a travessia para a educação politécnica e omnilateral realizada pela escola unitária, não se confundindo totalmente com ela porque a realidade assim não o permite.

A escola unitária foi uma proposição educativa de Antônio Gramsci cujo objetivo era a formação integral do ser humano, através do pleno desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e manuais. A formação integral proposta pela escola unitária concede aos educandos

[...] os elementos culturais mais desenvolvidos, forjados pela ciência, tecnologia, filosofia e arte, cuja síntese encontra-se nos clássicos de cada área. Ao se apropriarem desse patrimônio cultural produzido pela humanidade, poderá ocorrer a elevação do nível de consciência dos educandos, induzindo outro tipo de ação individual e coletiva, porque terão mais consciência de si e do mundo, condição basilar para formularem estratégias e promoverem ações com vistas a superar as contradições que lhes desafiam a existência (Martins, 2021, p. 12).

Nesse sentido, a concepção de Escola Unitária, formulada por Antônio Gramsci, constitui um marco teórico fundamental para a compreensão das propostas de formação humana integral que inspiram o EMI. Para Gramsci (2001), a Escola Unitária deve promover uma educação omnilateral, capaz de superar a fragmentação entre o trabalho manual e o intelectual e de formar sujeitos críticos e autônomos, conscientes de seu papel histórico na transformação da sociedade. Essa perspectiva teórica encontra eco na proposta do EMI, que busca articular, de forma indissociável, trabalho, ciência, tecnologia e cultura, rompendo com a histórica dualidade entre o ensino propedêutico e o técnico, característica da educação brasileira.

Nesse contexto, o EMI é uma alternativa para os jovens da classe trabalhadora de terem uma formação completa e de qualidade, que vise o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Uma educação emancipadora, que forneça aos jovens condições de transformar a sua realidade social.

No entanto, na contramão do EMI e do seu projeto de formação omnilateral politécnica, em 2016/2017, tivemos a reforma do Ensino Médio instituída através da Medida

Provisória nº 746/2016 (Brasil, 2016), posteriormente aprovada pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), de forma aligeirada, sem diálogo e sem a participação democrática dos sujeitos sociais - logo após o golpe de 2016, quando Michel Temer assumiu a presidência do país (Sobrinho; Araújo; Silva, 2021).

Essa reforma, sob o discurso da flexibilização e do protagonismo juvenil, impõe uma lógica instrumental e fragmentária, alinhada a um projeto político-econômico de aprofundamento neoliberal (Silva; Scheibe, 2017). Para Ferreti (2018), a reforma inviabiliza a integração curricular⁷ e aprofunda a segregação educacional, direcionando os filhos da classe trabalhadora para percursos formativos aligeirados e focados nas demandas imediatas do mercado. Nesse contexto, Ferreti (2018, p. 33) denuncia que, com a reforma, “[...] cai por terra [...] a proposta vigente até o momento, e mais igualitária, de oferta do mesmo currículo para todos os jovens em idade de frequentar o Ensino Médio, com o que se corre o risco de aumentar as desigualdades sociais já existentes”. Ou seja, a reforma esbarra de frente com a proposta de formação integral do EMI que se alicerça no trabalho como princípio educativo, a formação omnilateral, visando superar a histórica dualidade estrutural que separa a formação propedêutica da profissionalizante.

Em 31 de julho de 2024, foi sancionada a Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024)⁸, que instituiu a Política Nacional de Ensino Médio, alterando a LDB e revogando parcialmente a reforma de 2017 - Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017). Conforme Silva e Caú (2025), a Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024) apresentou avanços significativos, porém manteve os elementos estruturais da reforma de 2017, não conseguindo romper com os interesses mercadológicos que nortearam a referida reforma.

É nesse contexto de disputas, marcado por interesses políticos e econômicos, que se insere o debate sobre o EMI na atualidade. Entendemos que é necessário fortalecer o EMI e sua proposta de educação integral, pública e emancipadora alinhado às demandas e aos anseios das juventudes brasileiras.

⁷ Esta reforma determinou a divisão dos currículos onde uma parte da carga horária foi destinada a formação básica comum e outra parte passou a compor itinerários formativos, em que a Educação Profissional passa a compor o 5º itinerário.

⁸ Essa nova legislação ampliou a carga horária da Formação Geral Básica, de 1.800 para 2.400 horas, incluindo todos os componentes da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC-EM) — como português, matemática, artes, ciências humanas e da natureza — ao longo dos três anos do Ensino Médio. Institui também itinerários formativos com carga mínima de 600 horas e obriga as escolas a ofertarem pelo menos dois itinerários distintos. Na educação técnica e profissional integrada, o mínimo da Formação Geral Básica é reduzido para 2.100 horas, das quais até 300 podem ser usadas para aprofundamento de conteúdos relacionados à formação técnica (Brasil, 2024).

2.3.1 Juventudes e o Ensino Médio Integrado

Na realidade brasileira, de extremas desigualdades sociais, a escola é vista como um instrumento de ascensão social, como uma alternativa de ‘mudança de vida’ para os filhos da classe trabalhadora. Contudo, Caú (2017, p.85) pontua a necessidade de refletir que “a escola por si só não consegue dar conta de alimentar as esperanças de milhares de jovens, com um presente demarcado de necessidades e vulnerabilidades, e eles não podem esperar por um futuro para almejar o sucesso, pois necessitam sobreviver”.

É neste contexto que o EMI surge como uma proposta formativa, que integra educação básica e educação profissional, para suprir a demanda dos jovens da classe trabalhadora que necessitam ingressar no mundo do trabalho ainda durante a Educação Básica. Conforme Oliveira (2023, p.14),

[...] uma parte da juventude brasileira tem interesse em obter uma formação profissional ainda no ensino médio. São jovens obrigados a procurarem um emprego precocemente. Sabem que suas condições de vida dificilmente permitirão uma chegada ao ensino superior, muito menos a uma universidade pública.

O público que frequenta o EMI é, majoritariamente, jovens oriundos de escolas públicas e de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dessa forma, é importante compreender quem são esses jovens, quais os seus anseios e em que contexto social está inserida essa juventude.

Quando falamos em juventude, várias são as definições e imagens criadas a respeito desta etapa da vida. Em geral, fala-se na juventude como sendo a fase de transição entre a infância e a vida adulta. Conforme Castro (2012, p. 439), muitos autores “tratam a juventude como categoria autoevidente ou autoexplicativa, como se a concepção da juventude fosse consensual, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas”.

Dessa forma, abordam a juventude como uma categoria singular “como se todos os jovens tivessem as mesmas características e formassem um único bloco” (Grosbaum; Falsarella, 2016, p. 294). No entanto, a concepção de juventude não é homogênea e tratar desta temática é “andar sobre uma tênue linha divisória. Considerar a juventude como uma só categoria impede a visão das diferenças. Enfatizar demais as diferenças gera rotulações e discriminações” (Grosbaum; Falsarella, 2016, p. 295).

Conforme Pais (1990b, p. 140), a sociologia da juventude tem oscilado entre duas tendências:

- a) Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada «fase da vida», prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida - aspectos que fariam parte de uma «cultura juvenil», específica, portanto, de uma geração definida em termos etários;
- b) Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Neste outro sentido, seria, de facto, um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de *juventude* universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum (grifos do autor).

Nesse sentido, é imprescindível explorar além das semelhanças entre jovens ou grupos sociais de jovens, as diferenças sociais que existem entre eles. Pois, apesar de fazer parte do mesmo grupo etário, os indivíduos pertencem a diferentes grupos ideológicos e classes sociais distintas (Pais, 1990b).

Compartilhamos da perspectiva de que não existe uma única forma de ser jovem. A juventude é ampla e diversa, não é homogênea, sendo “[...] possível encontrar uma diversidade de situações sociais que tornam heterogênea a experiência de ser jovem” (Pais, 1990a, p. 640). Os jovens vivenciam as práticas sociais e culturais de maneira diferente, e essa vivência varia de acordo com o contexto social (Pais, 1990a). Nessa mesma linha, Garbin (2020) pontua que a categoria “juventude” é socialmente construída e nessa construção são considerados aspectos sociais, econômicos e culturais.

Nessa perspectiva, não há uma única maneira de definir a juventude, pois

[...] é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos (Dayrell, 2003, p. 42).

A juventude é uma categoria dinâmica que se transforma conforme as mudanças no contexto social ao longo da história. Não existe apenas uma juventude, o que há são “jovens enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem” (Dayrell; Carrano, 2014,

p. 112). Nesse contexto, Dayrell e Carrano (2014) enfatizam o uso do termo “juventudes” para ressaltar as diversas formas de ser jovem. Grosbaum e Falsarella (2016) concordam com esse pensamento afirmando que não há um modelo padrão de ser jovem, o que existe é uma diversidade de grupos juvenis com culturas e características próprias.

Dayrell (2003) pontua que, compreendida essa diversidade, faz-se necessário articular a noção de juventude com a de jovem como sujeito social. Para o autor, o jovem “é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais” (Dayrell, 2003, p. 43). Para além disso, o jovem é um ser singular que possui desejos, visões de mundo, sentimentos e comportamentos que lhes são individuais. O autor complementa sua análise afirmando que:

Quando cada um desses jovens nasceu, a sociedade já tinha uma existência prévia, histórica, cuja estrutura não dependeu desse sujeito, portanto, não foi produzida por ele. Assim, o gênero, a raça, o fato de terem como pais trabalhadores desqualificados, grande parte deles com pouca escolaridade, dentre outros aspectos, são dimensões que vão interferir na produção de cada um deles como sujeito social, independentemente da ação de cada um (Dayrell, 2003, p. 43).

Dessa forma, o contexto social em que o jovem está inserido pode refletir na sua situação escolar. Na atual conjuntura socioeconômica brasileira, a maioria dos jovens precisa ingressar no mundo do trabalho antes de concluir a educação básica obrigatória. Essa necessidade de sobrevivência, na maioria das vezes, é o motivo do abandono escolar e, conseqüentemente, da privação de seus sonhos e de seus projetos de vida. Nesse sentido, a condição do jovem na atualidade “é construída em um contexto de profundas transformações econômico-sociais, em especial no mundo do trabalho, que atingem os jovens das camadas populares, delimitando seu universo de experiências e seu campo de possibilidades” (Grosbaum; Falsarella, 2016, p. 296). A estes jovens, a escolha de não trabalhar e de se dedicar apenas aos estudos não é uma possibilidade. Vale ressaltar, ainda, que a experiência de trabalho desses jovens se dá, em sua maioria, no âmbito da precariedade e da informalidade.

Diante dessa realidade, considerando que o principal motivo do abandono escolar do jovem é a necessidade de trabalhar para se manter e/ou ajudar na manutenção de sua família, concordamos sobre a necessidade de políticas públicas que tenham “como foco a conclusão da Educação Básica e a preparação dos jovens para a inserção no mercado de trabalho” (Bernardim; Silva, 2017, p. 695).

O Brasil é um país que tem sua história marcada pelas desigualdades sociais, que refletem diretamente na situação educacional dos jovens oriundos das camadas mais populares. A realidade desses jovens, na maioria das vezes, é o ingresso precoce no mundo do trabalho para se manter e auxiliar no sustento de suas famílias. Como consequência, temos o aumento do abandono escolar pela inviabilidade de conciliar o estudo com o trabalho. Dessa forma, o contexto social em que os jovens estão inseridos reflete na situação do abandono escolar.

Grosbaum e Falsarella (2016, p. 292) pontuam que “a oferta educacional a jovens pobres, moradores de territórios vulneráveis econômica e socialmente, localizados principalmente nas periferias das grandes cidades” é um grande desafio a ser enfrentado, pois a maioria dos jovens matriculados no Ensino Médio no Brasil estão em escolas públicas que não apresentam bons resultados no quesito da aprendizagem dos alunos. Os autores complementam que não existe no país uma política pública voltada para a juventude que tenha como foco a educação e que contemple, de forma articulada, setores como cultura, esportes, assistência social e saúde.

No âmbito das políticas públicas, pontuamos que, apesar da expansão do Ensino Médio na década de 1990 e da obrigatoriedade desta etapa por lei desde 2013, a evasão e a repetência escolar ainda são um desafio a ser enfrentado nos dias de hoje. Conforme Bernardim e Silva (2017), ampliar o acesso não garante a permanência dos estudantes na escola e nem a conclusão das etapas escolares - como mostram os índices de analfabetismo da população adulta e a baixa taxa do índice de conclusão do Ensino Médio - e que este cenário tem relação com a situação econômica familiar dos jovens. Dayrell e Jesus (2016) concordam com esse pensamento ao afirmar que “a questão da renda ainda permanece um forte fator de desigualdade social, que se explicita na exclusão escolar dos jovens” (Dayrell; Jesus, 2016, p. 410). Ademais,

os dados mostram que o público que ainda não concluiu ou não está cursando o Ensino Médio congrega um grande contingente de jovens, parte em idade regular e recém-concluinte do Ensino Fundamental e parte acima dessa idade (o que significaria para a escola distorção idade-série). Ambos fazem parte, majoritariamente, das classes populares, que precisaram tomar a decisão precoce de trabalhar ou de estudar. Nesse sentido, a possibilidade de atrair e acolher esses jovens trabalhadores passa necessariamente pela ampliação dos investimentos na educação profissional de caráter politécnico, na forma integrada ao Ensino Médio e oferta noturna, pelas redes públicas estaduais e federal (Bernardim; Silva, 2017, p. 699).

Concordamos com a fala dos autores em defesa da ampliação dos investimentos na área educacional voltada ao atendimento da população jovem e, dessa forma, ressaltamos a importância de se defender o EMI, visto que é uma alternativa para que os jovens das classes populares tenham uma educação de qualidade e com foco na formação humana. Reforçamos a importância de políticas públicas que favoreçam não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito dos estudantes na escola.

Para Bernardim e Silva (2017), as políticas públicas voltadas à população jovem devem ser abrangentes no atendimento a todos, independente de condição financeira. No entanto, os autores complementam que isto não significa ignorar que, dentro do capitalismo, “as políticas públicas destinadas aos jovens devam ser orientadas para o atendimento daqueles que mais sofrem com o processo de marginalização inerente ao próprio sistema, a saber: os trabalhadores e, dentre eles, os mais pobres” (Bernardim; Silva, 2017, p. 692). Nessa perspectiva, pontuamos que é imprescindível que as instituições escolares tenham uma política de assistência aos estudantes que vise o atendimento de suas necessidades básicas objetivando garantir a todos o direito constitucional à educação.

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA (2019-2023)⁹

Neste capítulo, apresentamos o estado do conhecimento da produção acadêmica da Pós-Graduação brasileira sobre a PAE no EMI dos Institutos Federais no período de 2019 a 2023. Estudos desse tipo, denominados de *Estado do Conhecimento*, permitem mapear e analisar o que está sendo produzido sobre determinada temática. Dessa forma, possibilitam “uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação [...]. É, portanto, um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida” (Morosini; Fernandes, 2014, p. 158). O estado do conhecimento significa “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo” (Morosini; Fernandes, 2014, p. 155).

Para o levantamento dos trabalhos, realizado em junho de 2024, utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Observatório do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) considerando o período de 2019 a 2023. As associações de palavras utilizadas foram: “assistência estudantil” e “Ensino Médio Integrado”; “assistência estudantil” e “permanência e êxito”; e “assistência estudantil” e “EPT”. A seleção dos trabalhos foi realizada a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves.

Após o levantamento dos trabalhos, utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo Categorical Temática, de Bardin (2016), para realizar a análise dos trabalhos selecionados. A Análise de Conteúdo é constituída por três fases: 1) a pré-análise: responsável pela organização do material que será analisado; 2) a exploração do material: é realizada a codificação dos dados; e 3) o tratamento dos resultados, inferência e interpretação: os dados brutos são tratados de maneira que obtenham sentido e validade (Bardin, 2016).

Inicialmente, na fase da pré-análise, fizemos a leitura dos trabalhos na íntegra e mapeamos, em cada um, o objetivo geral, o referencial teórico, a metodologia, os resultados obtidos e o Produto Educacional, no caso dos estudos desenvolvidos em Programas Profissionais. Na segunda fase, na exploração do material, organizamos os trabalhos em categorias considerando os aspectos comuns que eles revelaram. Na terceira e última fase, o tratamento dos resultados, realizamos a interpretação dos resultados encontrados nas

⁹ O trabalho foi publicado no E-book do X Congresso Nacional de Educação (CONEDU), vol 03, em 27 de janeiro de 2025 (Pessoa; Lima, 2025).

pesquisas.

No levantamento realizado, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no Observatório do ProfEPT, encontramos nove dissertações com o enfoque na temática definida neste estudo. Dentre estas, oito foram desenvolvidas no âmbito do mestrado profissional do ProfEPT e uma no mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí (UFPI), conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Produções científicas localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Repositório ProfEPT.

	TÍTULO	AUTOR	ANO	PROGRAMA
1	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SEU PAPEL NA PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	JAKELINNE LOPES DE SOUSA MIRANDA	2022	ProfEPT
2	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO INSTRUMENTO DE PERMANÊNCIA NA EPT: UM GUIA PARA IMERSÃO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI (POLAE)	SHIRLEY RAQUEL FRAZAO LOPES	2021	ProfEPT
3	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE, CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO: DA POLÍTICA À SUA IMPLEMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES	EMMANUELLE MOREIRA SANTOS SILVA	2021	ProfEPT
4	O PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS/CAMPUS TEFÉ: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES	FRANCISCO RIPARDO MAIA	2023	ProfEPT
5	A REPERCUSSÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E APOIO AOS ESTUDANTES NA EVASÃO ESCOLAR DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - CAMPUS PORTO SEGURO.	LUANA SANTANA GOIS	2020	ProfEPT
6	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFES: AÇÕES INCLUSIVAS PARA O ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS(AS) ESTUDANTES DO PROEJA.	ALESSANDRO ZARDINI DE OLIVEIRA	2022	ProfEPT

7	O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES): UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS VIDEIRA	VANESSA BETTONI	2021	ProfEPT
8	OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, CAMPUS TERESINA CENTRAL: RELATOS DE VIVÊNCIA	VIRGINIA DO NASCIMENTO BARBOSA DA ROCHA	2021	ProfEPT
9	POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PNAES PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO DO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL DO IFPI – CAMPUS PARNAÍBA	KAROLINA NOGUEIRA MENDONÇA DINIZ	2019	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - UFPI (Profissional)

Fonte: elaborado pela própria autora.

A partir da análise dos trabalhos emergiram duas categorias temáticas: 1) A Política de Assistência Estudantil no EMI dos Institutos Federais: percepções dos estudantes e 2) A Política de Assistência Estudantil no EMI dos Institutos Federais: avaliação de ações e programas.

A primeira categoria, que trata das percepções dos estudantes sobre a Política de Assistência Estudantil, reúne seis trabalhos: Miranda (2022), Silva (2021), Maia (2023), Lopes (2021), Oliveira (2022) e Bettoni (2021).

A pesquisa de Miranda (2022) teve como objetivo analisar as percepções dos jovens do EMI, beneficiários da Política de Assistência Estudantil, sobre a contribuição da Política para a sua permanência e êxito escolar no contexto do Instituto Federal do Piauí (IFPI)/*Campus Floriano*. Miranda (2022) organizou o referencial teórico em três categorias: 1) “Educação Profissional e Tecnológica (EPT): contexto local e de ensino”, a partir de autores como Moura (2007), Ramos, Frigotto e Ciavatta (2012) e Araújo e Silva (2017); 2) “Assistência Estudantil: contexto histórico e funcional”, a partir de autores como Kowalski (2012) e Rêgo e Rodrigues (2009); e 3) “Notas sobre o objeto Permanência e Êxito Escolar”, utilizando como referencial teórico os autores: Carmo (2016, 2018), Oliveira (2015) e Reis (2016), que tratam da questão da permanência. Sobre a temática do êxito escolar, pontuou que não obteve sucesso em encontrar referências bibliográficas que abordassem o assunto com profundidade.

Quanto à metodologia, a pesquisa de Miranda (2022) foi de abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Quanto aos instrumentos de coleta de dados, foi utilizado o questionário com perguntas abertas e fechadas, aplicado a 17 estudantes do 4º ano do EMI através da

ferramenta *Google Forms*. Também foi realizada pesquisa documental nas legislações e normativas que norteiam a Educação e a Assistência Estudantil. Para a análise, utilizou a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

Quanto aos resultados, Miranda (2022) identificou que a maioria dos estudantes entende a PAE como uma política de responsabilidade do Estado e não como benesse ou assistencialismo. E quanto ao contributo da política na permanência e êxito escolar, mais de 80% dos estudantes participantes da pesquisa afirmaram que a PAE contribuiu plenamente para a sua permanência e melhoria no rendimento escolar. Dessa forma, Miranda (2022) conclui que a PAE cumpre com o seu objetivo de contribuir na permanência e êxito do estudante em seu percurso escolar.

O Produto Educacional desenvolvido no estudo de Miranda (2022) foi a produção de um documentário que tinha como objetivos dar voz aos estudantes sobre os contributos da PAE na permanência e êxito escolar e sensibilizar a comunidade estudantil para a defesa dessa política, que se apresenta como um mecanismo de inclusão social e democratização da educação.

Silva (2021) teve como objetivo geral analisar a percepção dos estudantes sobre o papel da PAE do Instituto Federal de Sergipe (IFS) /*Campus* São Cristóvão no tocante à permanência e ao êxito. No referencial teórico, Silva (2021) discorre sobre a “Assistência Estudantil no Brasil e a Política de Assistência Estudantil do IFS”, a partir de autores como Saviani (2007, 2013), Pinto e Belo (2012), Pacheco (2011, 2015), Souza, Arêas e Lima (2018), Nascimento e Santos (2014), Daros (2016), Nascimento (2011, 2012), Vasconcelos (2010, 2012), Bourdieu (2007), Kowalski (2012), Macedo (2018), Neckel (2017), Araújo (2016), Dutra e Santos (2017), Araújo e Frigotto (2015) e Ramos (2010).

A pesquisa de Silva (2021) se caracteriza como um estudo de caso com abordagem qualiquantitativa, com caráter exploratório e descritivo. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram o questionário e a entrevista semiestruturada. Os participantes da pesquisa foram estudantes EMI que estavam cursando o terceiro ano dos cursos de Agropecuária, Agroindústria e Manutenção e Suporte em Informática. Para a análise, foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin.

No tocante aos resultados, Silva (2021) aponta que apenas 53% dos participantes da pesquisa afirmaram conhecer a PAE, enquanto 47% pontuaram que não conhecem a Política. Verificou-se que uma parcela considerável dos estudantes que utilizavam os serviços e ações da PAE não tinha conhecimento acerca da Política. Dessa forma, os dados apontaram para a necessidade de melhorar a forma de comunicação e divulgação dos programas, ações e serviços

da PAE junto aos estudantes. Apesar de quase metade dos estudantes afirmarem desconhecer a Política, quando questionados sobre se a PAE contribui para a sua permanência na Instituição, 87% dos estudantes responderam que sim, reafirmando a relevância das ações e serviços da Política.

Por fim, Silva (2021) concluiu que se faz necessário a construção de espaços de escuta aos estudantes como uma forma de obter um retorno sobre as ações e serviços que estão sendo desenvolvidos para eles. Ressalta que a presença dos estudantes nos espaços de diálogo com a equipe multiprofissional que atua na PAE é fundamental para a construção de uma política democrática, justa e igualitária.

Como Produto Educacional, Silva (2021) elaborou um Guia com roteiros propostos para organização de oficinas temáticas sobre a Assistência Estudantil. O objetivo das oficinas é de estimular o debate acerca da Assistência Estudantil na trajetória educacional do estudante, considerando as suas contribuições e limites, ampliando o conhecimento sobre a PAE, que não se restringe apenas à concessão de auxílio financeiro e bolsas.

Maia (2023) desenvolveu seu estudo no Instituto Federal do Amazonas (IFAM) no *campus* Tefé, que teve como objetivo geral compreender a percepção dos discentes quanto ao Programa Socioassistencial Estudantil (PSES) e sua contribuição na formação humana integral, sobretudo na permanência e êxito no período da pandemia (COVID-19).

No referencial teórico, o autor disserta sobre a “Política de Assistência Estudantil do IFAM (PAE/IFAM) e seus desdobramentos”, em que relata como se deu o processo de implantação e normatização da PAE do IFAM, pontuando o histórico da Assistência Estudantil no Brasil e descrevendo o processo de instituição da PAE/IFAM. Em seguida, apresenta o PSES do IFAM/*Campus* Tefé e finaliza descrevendo o processo para concessão de benefícios (forma de acesso) ao Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM. Para isso, o autor utilizou como referencial os autores: Kowalski (2012), Dutra e Santos (2017), Braga (2018 e 2019), Braga e Prá (2021), Fonte (2003), Vasconcelos (2010), Faro (2008), Ferreira e Rosa (2020), Oliveira (2015 e 2021), Imperatori (2017), Santos (2017), Nascimento e Andrade (2021), Carvalho (2020) e Souza e Soares (2021).

A pesquisa de Maia (2023) foi um estudo de caso, teve caráter descritivo e exploratório com abordagem qualitativa. Utilizou como instrumentos para coleta de dados: pesquisa bibliográfica e documental, entrevista, questionário e diário de campo. Para a análise dos dados, foi utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD), de acordo com Moraes e Galiuzzi (2011; 2016).

Os resultados apontaram que os estudantes participantes da pesquisa entendem, de

forma unânime, a PAE como um direito. E, quanto à concepção do PSES do IFAM, compreendem que é uma política pública voltada a atender os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e com o intuito de contribuir para a permanência e êxito escolar. Os estudantes também pontuaram que o PSES possui falhas, um dos exemplos citados foi a falta de apoio no momento da inscrição para requerer os benefícios do PSES, a dificuldade em entender parte dos editais e que isto acaba dificultando o acesso aos serviços e benefícios do PSES do IFAM. E, finalizando, os estudantes ressaltaram que o PSES contribui para a permanência e êxito escolar, mas que os recursos e benefícios são limitados e insuficientes.

Na conclusão de seu estudo, Maia (2023) pontuou a importância da Assistência Estudantil e sua contribuição para a permanência e êxito escolar dos estudantes, ressaltando as dificuldades enfrentadas e vivenciadas por eles no período pandêmico (momento em que a pesquisa estava sendo desenvolvida). No entanto, reafirma a fala dos estudantes em apontar a falta de recursos e a insuficiência dos benefícios diante da desigualdade social e econômica dos discentes.

O Produto Educacional derivado da pesquisa de Maia (2023) foi o “Guia de Apoio ao discente: Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM”. O referido guia teve como objetivo apresentar, aos estudantes do IFAM, as informações e orientações acerca do passo a passo para o acesso e adesão ao PSES do IFAM.

Lopes (2021) buscou analisar como o acesso aos programas, serviços e ações da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí (POLAE) contribuía para a qualidade da permanência dos estudantes na instituição.

No referencial teórico, a autora pontua o “Processo histórico da Assistência Estudantil no Brasil”, utilizando como referência: Iamamoto (2009, 2015), Faleiros (2006), Souza (2006), Almeida e Alencar (2011), Behring e Boschetti (2011), Kowalski (2012), Imperatori (2017) e Magalhães (2013). Em seguida, a pesquisadora trata da “Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica”, utilizando como referência os autores: Ramos (2014), Souza (2017), Netto (2001), Ciavatta (2005, 2014), Araújo e Rodrigues (2010), Frigotto (2007), Moura (2013) e Pacheco (2020).

Ainda no capítulo do referencial teórico, a autora apresenta a “Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Piauí (IFPI)”, contextualizando o IFPI e percorrendo sobre o processo de construção e implementação da PAE no contexto do IFPI, através dos autores: Rêgo e Rodrigues (2009), Oliveira (2016) e Diniz (2020). E, por fim, Lopes (2021) disserta sobre a “Assistência Estudantil no IFPI: instrumento para a qualidade da permanência dos estudantes”, em que apresenta o resultado da pesquisa bibliográfica sobre a categoria

“permanência” na educação e sua relação com a PAE enquanto instrumento que viabiliza a qualidade da permanência do estudante no âmbito escolar. Utilizou para esta análise os autores: Resende (2019), Santos (2009), Carmo e Carmo (2014), Carmo e Lima (2019), Carmo e Arêas (2019), Oliveira e Carmo (2019), Magalhães (2013), Souza (2017), Bourdieu (2007), Nascimento (2012 e 2013), Dutra e Santos (2017), Oliveira e Passos (2016) e Iamamoto (2015).

A pesquisa de Lopes (2021) foi de natureza aplicada, com objetivo exploratório e de abordagem qualiquantitativa. Foi realizada pesquisa bibliográfica sobre as temáticas da Educação, EPT, Políticas Públicas, Permanência Escolar e Assistência Estudantil. Foi feita também pesquisa documental nas legislações que norteiam a Educação e a Assistência Estudantil, além de pesquisa de campo, com aplicação de questionário, para coleta de dados. Os participantes da pesquisa foram os estudantes do segundo período do Ensino Médio Integrado, do subsequente/concomitante e da graduação do IFPI/*Campus* Parnaíba. Para análise dos dados, foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

Lopes (2021) evidenciou que é predominante entre os estudantes a concepção da POLAE como um conjunto de programas, ações e serviços que tem como finalidade incentivar a permanência e o sucesso escolar dos estudantes do IFPI. No entanto, é significativa a quantidade de estudantes que compreendem a POLAE como uma política voltada apenas para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dessa forma, não entendem que a PAE do IFPI é direcionada a todos os estudantes matriculados nos cursos regulares da instituição. O autor pontua que essa visão da POLAE de ser acessível apenas para estudantes em situação de pobreza é correspondente ao histórico da assistência estudantil no país, marcada por ações pontuais, focalizadas e direcionadas à população pobre.

No entanto, como conclui Lopes (2021), devido a limitada disponibilidade de recursos, as ações da Assistência Estudantil, principalmente as de auxílios pecuniários, não atendem a toda demanda de estudantes que necessitam da POLAE, pois os estudantes precisam passar por um processo seletivo, onde poucos são atendidos em detrimento da enorme demanda. Mas, apesar disto, o autor aponta que a POLAE, através de seus programas, ações e serviços, é um instrumento de permanência e de formação do ser humano ao possibilitar ao estudante o atendimento de demandas no âmbito social, econômico, cultural e desportivo.

Como Produto Educacional, Lopes (2021) produziu um Guia, disponibilizado em formato de *site*, com o intuito de divulgar a PAE do IFPI. O pesquisador pontuou que identificou a ausência de um instrumento de divulgação da POLAE que atendesse aos interesses da comunidade acadêmica.

O estudo de Oliveira (2022) buscou analisar como a Assistência Estudantil contribui para o acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vinculado ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), com vistas a potencializar suas ações de inclusão. A pesquisa foi realizada com os (as) estudantes do IFES - *campus* Vitória.

O autor dividiu o referencial teórico em Três categorias: 1) Fundo Público, Políticas Públicas e Trabalho frente à crise do capital, tendo como referência os autores: Netto (2012), Castel (2001), Salvador (2010), Brettas (2012), Behring (2012) e Antunes (2000 e 2009); 2) Contexto histórico da Assistência Estudantil no Brasil e sua institucionalização no Instituto Federal do Espírito Santo, com base nos autores: Dutra e Santos (2017), Kowalski (2012), Silveira (2012), Imperatori (2017) e Vasconcelos (2010); e 3) Reflexões acerca da Educação Profissional no Brasil, tendo como norte: Moura (2007), Ramos (2014), Kuenzer (2009), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) e Macedo (2017).

A pesquisa de Oliveira (2022) foi de abordagem qualitativa e se caracteriza como um estudo de caso. Os instrumentos e técnicas utilizadas para a produção dos dados foram a análise documental e bibliográfica, entrevista e questionário. Os participantes da pesquisa foram os estudantes e coordenadores do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e integrantes da Comissão de Gestão da Política de Assistência Estudantil. Os dados foram analisados através da técnica de Análise de Conteúdo.

Em relação aos resultados, o estudo apontou que os estudantes participantes têm pouco conhecimento sobre a PAE e não conhecem todos os programas ofertados pela Assistência Estudantil, o que mostra a necessidade de uma maior divulgação da Política no *campus*. Também ficou evidente que algumas ações não são reconhecidas pelos servidores e estudantes como sendo pertencentes à PAE, o que reforça a visão de que a Política só desenvolve ações voltadas ao repasse de recursos financeiros. Entre os principais fatores que dificultam o acesso dos estudantes à Assistência Estudantil, estão a limitação orçamentária e a dificuldade de acesso à informação e à internet.

Oliveira (2022) concluiu que, apesar dos obstáculos enfrentados na execução da PAE no *campus* Vitória, ficou constatado que a Política contribui para o acesso, a permanência e o êxito escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O Produto Educacional derivado do estudo de Oliveira (2022) foi um podcast, o “AE-Cast: O Podcast da Política de Assistência Estudantil”, que teve como objetivo contribuir para

ampliação da comunicação da PAE, facilitando o acesso dos estudantes às ações da Política.

A pesquisa de Bettoni (2021) teve como objetivo geral investigar a percepção do estudante da educação profissional técnica de nível médio do Instituto Federal Catarinense (IFC) - *Campus* Videira, contemplado pelo PNAES, quanto à contribuição do programa no ano de 2019 para a sua permanência e êxito.

Para o referencial teórico do estudo, foram construídas três categorias. A primeira foi “Educação, Trabalho e Fragmentação da Escola”, com base nos autores: Saviani (2007), Marx (2013), Frigotto (2012), Ramos (2008), Kuenzer (2006), Ciavatta (2014), Moura (2013) e Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012). A segunda categoria “A Educação Profissional no Brasil: da Colonização à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, a partir dos autores: Silva e Amorin (2017), Garcia (2000), Moura (2010), Cunha (2000), Nóbrega e Souza (2015), Caires e Oliveira (2016), Romanelli (1986), Kuenzer (2009), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), Saviani (2007), Oliveira (2001) e Pacheco (2011 e 2015). Por fim, na última categoria, “O Direito à Educação e à Assistência Estudantil”, tendo como referência teórica os autores: Teixeira (2002), Pereira (2009), Castro e Oliveira (2014), Souza (2006), Saviani (2013), Imperatori (2017), Araújo e Bezerra (2007) e Ferreira (2018).

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa de Bettoni (2021) trata-se de um estudo de caso de abordagem quali quantitativa. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória e descritiva. Foi realizada pesquisa documental e bibliográfica, e para a coleta de dados foi utilizado o questionário. A autora utilizou a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin para realizar a análise dos dados.

Conforme a percepção dos estudantes participantes da pesquisa, a PAE contribuiu de maneira significativa para a sua permanência e êxito escolar na instituição. A maioria dos discentes afirmaram que não desistiriam do curso, caso perdessem o auxílio da Assistência Estudantil, mas teriam dificuldade em continuar os estudos. Dessa forma, Bettoni (2021) concluiu que os estudantes percebem a importância das ações e programas da PAE para a sua permanência e êxito acadêmico.

O Produto Educacional derivado do estudo de Bettoni (2021) foi um Guia informativo com o objetivo de contribuir na divulgação de informações e prestar orientações a respeito do Programa de Auxílio Estudantil direcionado aos estudantes do IFC.

A segunda categoria “A Política de Assistência Estudantil no EMI dos Institutos Federais: avaliação de ações e programas” engloba três trabalhos: Góis (2020), Diniz (2019) e Rocha (2021).

A pesquisa de Góis (2020) buscou averiguar os impactos das ações do Programa de

Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) no combate à evasão e o consequente estímulo à permanência dos estudantes matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal da Bahia (IFBA)/*Campus* Porto Seguro, no período de 2015 a 2018.

O referencial teórico da pesquisa foi dividido em três capítulos: “Evasão Escolar: algumas abordagens conceituais e estruturais”, com base nos autores: Cury (2005 e 2008), Frigotto (2007), Arroyo (2008), Faria e Moura (2015), Dubet (2003), Araújo e Santos (2012), Bueno (1993), Dore e Lüscher (2011), Bourdieu e Champagne (2007), Martins (2009) e Fini, Dore e Lüscher (2013); “Os múltiplos contextos da evasão na trajetória da Educação Profissional no Brasil” tendo como referência teórica: Cunha (2000), Moura (2007), Moraes (2003), Cury (2008), Gallindo (2013), Ponce (2006), Mota e Souza (2016), Manfredi (2002), Fonseca (1961), Oliveira (2003), Frigotto e Ciavatta (2003) e Góis, Ribeiro e Mota (2019); e “A evasão nos Institutos Federais e os programas de assistência voltados à permanência dos estudantes”, com base teórica em: Dore, Sales e Castro (2014), Dore e Lüscher (2011), Fonseca (1961), Pacheco (2011), Anjos (2014), Imperatori (2017), Talfick (2014) e Almeida (2013).

Quanto aos procedimentos metodológicos, Góis (2020) realizou um estudo de caso, com abordagem qualiquantitativa e observação participativa. Foi realizada pesquisa documental em arquivos oficiais e documentos disponibilizados pela Coordenação de Registros Escolares e pelo setor de Serviço Social do IFBA/*Campus* Porto Seguro. Também foi feita pesquisa bibliográfica, para nortear teoricamente o estudo. Como instrumento para coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada. As entrevistas foram realizadas com profissionais do setor pedagógico multidisciplinar, que são responsáveis pela execução das ações da Assistência Estudantil: dois pedagogos, duas assistentes de alunos e uma assistente social.

Os resultados da pesquisa documental apontaram que a PAE do IFBA/*Campus* Porto Seguro contribui no intuito de amenizar os índices de abandono escolar, pois a taxa de evasão dos alunos não atendidos pela política era superior à dos que eram beneficiários da Assistência Estudantil. Dessa forma, Góis (2020) afirma que a permanência escolar está relacionada com a Assistência Estudantil, uma vez que as ações desta política se mostram como uma ferramenta de combate à evasão escolar. Não obstante, pontua que a permanência escolar não está atrelada exclusivamente a questões de ordem financeira, pois há outros motivos para que o estudante abandone o curso.

A autora concluiu que, apesar dos resultados da pesquisa reafirmarem a importância da PAE para a permanência escolar, os recursos destinados à execução do Pnaes têm sido insuficientes para suprir a demanda dos estudantes que necessitam dos auxílios. Com isso, as

ações e programas da Assistência Estudantil têm assumido cada vez mais um caráter seletivo e focalizado.

O Produto Educacional derivado do estudo de Góis (2020) foi um *software* de acompanhamento pedagógico cujo objetivo era o de identificar os estudantes que estavam com dificuldades acadêmicas e agir de forma preventiva, através das ações desenvolvidas pelo setor pedagógico, evitando a evasão escolar.

O estudo de Diniz (2019) teve como objetivo geral avaliar a eficácia do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) - Benefício Permanente no tocante à melhoria do desempenho acadêmico e redução da evasão e reprovação escolar decorrentes da insuficiência de condições financeiras e agravantes sociais dos estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio na forma integrada do IFPI – *campus* Parnaíba.

A autora dividiu seu referencial teórico em duas categorias: a primeira discorreu sobre “As políticas de acesso e permanência do Governo Federal e o Plano Nacional de Assistência Estudantil”, tendo como norte os autores: Shirasu (2014), Matos (2018), Dore e Lücher (2011), Araújo (2013), Cavalcante (2017) e Meira (2015); e a segunda apresentou a “Análise do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e a Política de Assistência Estudantil do IFPI como instrumentos de Permanência para estudantes com fragilidade socioeconômica”, utilizando como referência os autores: Kowalski (2012), Ramalho (2013), Fernandes (2012), Oliveira (2016) e Rêgo e Rodrigues (2009).

A pesquisa foi de abordagem quantitativa. Os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Na pesquisa documental foram utilizados relatórios e editais, legislações, folhas de pagamentos de estudantes beneficiários da assistência estudantil, entre outros. A autora afirmou que a pesquisa de campo foi realizada em um período de quinze dias, onde foi observado *in loco* a estrutura e funcionamento do *Campus* Parnaíba, além dos principais problemas enfrentados pelos estudantes. A análise dos dados foi norteadada a partir do referencial teórico e com o auxílio do *software* de planilha eletrônica Excel 2010.

O estudo constatou que o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) - Benefício Permanente garante a permanência e o êxito escolar, pois os estudantes beneficiários apresentam desempenho acadêmico satisfatório. Sobre a evasão, a pesquisa apontou que ela ocorre devido a questões subjetivas, e, dessa forma, não seria um objeto de intervenção do PAEVS, pois, segundo a autora, este programa é voltado para os estudantes que poderiam evadir por questões de ordem socioeconômicas.

Diniz (2019) ressalta as fragilidades e limites da PAE, que não consegue suprir toda a demanda dos estudantes da instituição. Dessa forma, afirma que o PAEVS se constitui numa

tentativa institucional de garantir a permanência dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por fim, a pesquisadora relata que os dados obtidos não foram suficientes para responder todas as questões que surgiram ao longo da pesquisa e sugere que sejam realizados outros estudos, preferencialmente com a abordagem qualitativa, focando na percepção dos estudantes.

A pesquisa de Diniz (2019), apesar de ter sido desenvolvida em um Programa de Pós-graduação Profissional, não faz menção a elaboração de nenhum Produto Educacional.

Por fim, o estudo de Rocha (2021) objetivou analisar as ações desenvolvidas pela PAE, com foco no Benefício Permanente, para os estudantes do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico de Contabilidade, entre 2016 e 2018 do IFPI - *campus* Teresina Central.

O referencial teórico da pesquisa foi dividido em dois capítulos: “A Política Pública de Educação e a sua relação com a Política de Assistência Estudantil” com base nos autores: Azevedo (2001), Giron (2018), Souza (2019), Kowalski (2012) e Crosara, Silva e Oliveira (2020); e “A Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí” tendo como referência os autores: Rêgo e Rodrigues (2009), Dutra e Santos (2017) e Souza (2011).

A pesquisa de Rocha (2021) foi de abordagem qualitativa, quanto aos objetivos foi uma pesquisa descritiva e explicativa. A autora informou que realizou pesquisa bibliográfica contemplando os principais autores que tratam da temática proposta no estudo e pesquisa documental nos documentos que tratam da PAE do IFPI, nos questionários socioeconômicos preenchidos pelos alunos bolsistas e nos relatórios produzidos pelos profissionais do Serviço Social sobre o desenvolvimento das ações da Assistência Estudantil. Rocha (2021) indicou que utilizou a entrevista de história de vida como principal instrumento de coleta de dados. Os participantes da pesquisa foram cinco alunos egressos do curso Técnico Integrado ao Médio em Contabilidade, que receberam o Benefício Permanente no período de 2016 a 2018, no *Campus* Teresina Central.

O estudo concluiu que o Benefício Permanente se mostrou como um importante mecanismo de acesso, permanência e sucesso acadêmico para os alunos bolsistas, pois ele proporciona aos estudantes condições de manutenção no curso através da aquisição de materiais acadêmicos e custeio de despesas com transporte, entre outras. No entanto, Rocha (2021) afirma que um grande desafio posto é a limitação orçamentária que faz com que muitos estudantes que necessitam do benefício não sejam contemplados. Por fim, a autora pontua que, apesar do benefício não promover uma mudança substancial na realidade imediata dos estudantes beneficiados, ele auxilia no acesso a uma educação de qualidade que poderá levá-los a

mudanças nas situações de vulnerabilidade social num futuro breve.

O Produto Educacional desenvolvido pelo estudo de Rocha (2021) foi uma História em Quadrinhos (HQ) sobre a Assistência Estudantil do IFPI com enfoque voltado para as ações e programas desenvolvidos no *Campus* Teresina Central. A HQ, intitulada “A Assistência Estudantil na perspectiva de Direitos”, teve como objetivo a divulgação de todas as ações e programas ofertados pela PAE do IFPI com o intuito de promover e facilitar o acesso dos estudantes aos benefícios.

Analizamos que, de um modo geral, as pesquisas trouxeram como referencial teórico autores ligados à EPT e a Assistência Estudantil. No âmbito da EPT, destacamos os autores: Moura (2007), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), Saviani (2007), Frigotto (2012), Ramos (2008), Kuenzer (2006), Ciavatta (2014), Moura (2013). Já no que tange à Assistência Estudantil, ressaltamos autores como: Kowalski (2012), Macedo (2018), Vasconcelos (2010 e 2012) e Imperatori (2017).

Em relação aos aspectos metodológicos, foram predominantes as abordagens quali-quantitativa e qualitativa, que estiveram presentes em oito pesquisas, quatro de cada abordagem, e teve um trabalho que optou pela abordagem quantitativa. A técnica de coleta de dados mais utilizada foi o questionário, seguido de entrevista. Os participantes das pesquisas foram, predominantemente, os estudantes do Ensino Médio Integrado. A técnica mais utilizada para realizar as análises dos dados foi a Análise de Conteúdo.

Os resultados das pesquisas, em sua maioria, confirmaram que a PAE contribui de forma positiva para a permanência e êxito escolar dos estudantes. Dessa forma, o objetivo proposto no PNAES, de democratizar a permanência dos jovens, vem se consolidando através das políticas de assistência estudantil nas instituições.

Um ponto que foi observado nos estudos foi a visão reducionista que os estudantes possuem sobre a PAE, compreendida como uma Política direcionada apenas aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que se resume a ações de repasse de recursos financeiros. No entanto, a Política é composta por vários serviços e ações, alguns possuem critérios de renda e outros são universais.

Contudo, os estudos apontaram que a PAE não consegue atender a toda a demanda de estudantes que necessitam dos auxílios e dos programas, pois ela possui limites e fragilidades devido a questões de ordem orçamentária.

Observamos que a maioria das pesquisas desenvolvidas em Programas Profissionais desenvolveu Guias como Produto Educacional com o intuito de divulgar as ações e programas da Assistência Estudantil, bem como prestar informações acerca da Política. Dessa forma, dos

oito estudos realizados no âmbito de Mestrados Profissionais: quatro elaboraram Guias, um produziu um Documentário, um desenvolveu um *Software*, um elaborou um *Podcast*, e um criou uma História em Quadrinhos.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa do Estado do Conhecimento deu visibilidade às produções científicas que trataram da temática da Assistência Estudantil no âmbito do EMI. Como afirma Miranda (2022), existem lacunas nas referências bibliográficas que tratam da Assistência Estudantil na EPT, pois a maioria dos estudos se concentram no bojo das universidades. Ademais, pontuamos a importância da realização de novas pesquisas considerando o recorte temporal que foi realizado neste estudo.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos a metodologia da pesquisa, que teve como objetivo geral analisar o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE em documentos institucionais e nas percepções de jovens estudantes do EMI do *campus* Caruaru.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa. Segundo Minayo (2007), esse tipo de pesquisa se ocupa com a realidade num nível que não pode ser quantificado, trata de questões particulares. A autora complementa que a pesquisa qualitativa

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2007, p. 21).

Para Goldenberg (2011), na pesquisa qualitativa os dados não podem ser resumidos em tabelas como é o caso de dados estatísticos. No entanto, a autora pontua que “[...] um dos problemas da pesquisa qualitativa é que os pesquisadores geralmente não apresentam os processos através dos quais suas conclusões foram alcançadas” (Goldenberg, 2011, p. 42). Dessa forma, esclarece a importância de o pesquisador apresentar esses processos de forma clara para facilitar o entendimento daqueles que não participaram da pesquisa, “através de uma descrição explícita e sistemática de todos os passos do processo, desde a seleção e definição dos problemas até os resultados finais pelos quais as conclusões foram alcançadas e fundamentadas” (Goldenberg, 2011, p. 42).

Para atingir os objetivos (geral e específicos) da pesquisa, realizamos estudos do tipo documental e de campo. A pesquisa foi dividida em duas etapas. Na etapa inicial, cujo objetivo foi compreender o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica na PAE do IFPE a partir de documentos institucionais, realizamos a pesquisa documental. Na segunda etapa, cujo objetivo foi identificar as percepções dos jovens estudantes do EMI sobre a Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE, realizamos a entrevista semiestruturada com estudantes do EMI.

O Quadro 2 apresenta a síntese do desenho da pesquisa, indicando as etapas, objetivos e técnicas de coleta e análise.

Quadro 2 - Síntese da pesquisa.

Etapa da Pesquisa	Objetivo	Tipo de Pesquisa	Técnicas de Coleta de informações	Técnica de Análise de Dados
1 ^a	Compreender o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica na PAE do IFPE a partir de documentos institucionais	Documental	Análise Documental	Análise de Conteúdo Categorical
2 ^a	Identificar as percepções dos jovens estudantes do EMI sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE	De campo	Entrevista Semiestruturada	

Fonte: elaborado pela própria autora.

A pesquisa documental utiliza documentos (escritos ou não) como principal fonte de coleta de dados. É importante que o pesquisador defina bem os objetivos da pesquisa para que a escolha dos documentos atenda a esses objetivos de maneira adequada (Marconi e Lakatos, 2017). Já a pesquisa de campo “[...] consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los” (Marconi; Lakatos, 2017, p. 203).

Em relação à pesquisa de campo, destacamos que, para subsidiar a identificação e caracterização dos(as) participantes do estudo, elaboramos um questionário com questões fechadas (Apêndice A) no *Google Forms*¹⁰. Esse instrumento auxiliar foi concebido, portanto, tanto como mecanismo de delineamento do público-alvo quanto de caracterização dos(as) participantes. Durante o desenvolvimento da pesquisa, passou a ser utilizado especificamente como instrumento de caracterização. O questionário incluía questões sobre a situação socioeconômica, composição familiar, grau de escolaridade dos pais, exercício de atividade remunerada, entre outros aspectos.

¹⁰ Trata-se de uma plataforma do Google que permite criar e gerir formulários online para coletar dados, realizar pesquisas, criar testes, organizar eventos, entre outros.

4.1 1ª ETAPA: PESQUISA DOCUMENTAL

Para atender ao objetivo de **compreender o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica na PAE do IFPE a partir de documentos institucionais**, realizamos, conforme indicamos, uma pesquisa do tipo documental. Esta caracteriza-se pelo uso de fontes primárias que ainda não receberam tratamento analítico sistemático, sendo organizadas e reinterpretadas de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 2008; Lakatos; Marconi, 2017). Nesse sentido, os documentos escritos configuram-se como uma fonte insubstituível para o pesquisador, uma vez que possibilitam compreender processos sociais em sua dimensão histórica (Cellard, 2008).

4.1.1 A Política de Assistência Estudantil do IFPE

Como já mencionado anteriormente, o PNAES foi instituído em 2010 através do Decreto nº 7.234 (Brasil, 2010). Nesse contexto, o IFPE elaborou sua PAE em 2012, em conformidade com o estabelecido pelo PNAES. A Política foi construída por uma comissão composta por profissionais de diversas áreas, incluindo assistentes sociais que são os profissionais que atuam diretamente na execução dessa política. A PAE foi aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP) do IFPE, através da Resolução nº 021/2012 (IFPE, 2012), estabelecendo os princípios, diretrizes e os objetivos da assistência estudantil no âmbito do IFPE (Pereira, 2020).

Dez anos depois, foi aprovada a reformulação da PAE do IFPE através da Resolução nº 133, de 30 de junho de 2022, do CONSUP (IFPE, 2022). Esta teve como característica revisar tudo o que estava normatizado no documento anterior e contemplar as demandas colocadas pela comunidade acadêmica na atualidade em que foi elaborada. Essa reformulação foi um dos encaminhamentos do Fórum de Assistência ao Estudante do IFPE, que aconteceu em maio de 2018. O referido documento contou com a contribuição dos profissionais do setor da Assistência Estudantil (Assistentes Sociais, Pedagogos, Psicólogos, Técnicos em Assuntos Educacionais, Nutricionistas, Professores de Educação Física e Assistentes de Alunos), além da participação de toda a comunidade acadêmica que colaborou com sugestões e críticas através de consulta pública (IFPE, 2022).

A Resolução nº 133/2022 (IFPE, 2022), que reformulou a PAE do IFPE, trata dos princípios, das diretrizes, dos objetivos, da abrangência, da gestão e planejamento dos programas, da equipe multiprofissional, dos eixos de ação, da operacionalização dos programas e, por fim, do monitoramento e avaliação dos programas (IFPE, 2022).

De acordo com a Resolução nº 133/2022 (IFPE, 2022), é a Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE), localizada na Reitoria do IFPE, junto às Coordenações de Assistência Estudantil dos *campi* do IFPE, que devem conduzir o processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação da PAE. As ações desenvolvidas no âmbito da DAE têm como base as diretrizes estabelecidas na PNAES e na PAE do IFPE. Cada *campi* possui uma Coordenação de Assistência ao Estudante, que conta com uma equipe multiprofissional que atua na execução dos programas da Política. Esta equipe é constituída por assistente social, pedagogo(a), psicólogo(a), técnico(a) em assuntos educacionais, intérprete em libras, assistente de alunos, professor(a) de Educação Física, nutricionista e demais profissionais de saúde (IFPE, 2022).

A PAE do IFPE, conforme a Resolução nº 133/2022 (IFPE, 2022), envolve a implementação de programas que contemplam questões de vulnerabilidade social, desenvolvimento de habilidades nas áreas de esporte, cultura, lazer, arte, prevenção e promoção da saúde, além das áreas estratégicas de ensino, extensão e pesquisa, visando contribuir para a permanência e o êxito do corpo discente. Conforme indicamos, a PAE se estrutura em dois eixos de ação: Eixo de Ação 1 e Eixo de Ação 2.

O Eixo de Ação 1 contempla: o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, o Programa de Apoio Financeiro Eventual, o Programa de Aquisição de Material de Apoio, o Programa de Apoio à Inclusão Digital, o Programa de Assistência Estudantil do Proeja, o Programa de Moradia Estudantil e o Programa de Alimentação Escolar (IFPE, 2022).

O Eixo de Ação 2 compreende: o Programa de Acompanhamento Biopsicossocial e Pedagógico, o Programa de Incentivo às Políticas Inclusivas, o Programa de Tutoria de Pares, o Programa de Incentivo à Arte e à Cultura, o Programa de Incentivo ao Esporte e ao Lazer, o Programa de Apoio à Participação em Eventos, o Programa de Apoio a Visitas Técnicas, o Programa de Monitoria, o Programa Institucional para Concessão de Bolsas para a Inovação Educativa (PIE), os Programas de Iniciação Científica, de Incentivo Acadêmico e de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação (PIBIC, BIA, PIBITI) e o Programa Institucional para Concessão de Bolsas de Extensão (PIBEX) (IFPE, 2022).

Conforme a Resolução nº 133/2022 (IFPE, 2022), o monitoramento dos programas da PAE será conduzido pelo Fórum da Assistência Estudantil do IFPE, órgão colegiado de caráter contínuo. O referido Fórum “conduzirá o monitoramento e a avaliação desta Política no sentido de regular e aprimorar a execução dos programas de assistência estudantil do IFPE” (IFPE, 2022, p.35).

4.1.2 Os documentos, os critérios de seleção e o processo de coleta

Conforme já indicamos, a partir de Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa documental utiliza documentos (escritos ou não) como principal fonte de coleta de dados, sendo necessário que a escolha dos documentos atenda aos objetivos estabelecidos de maneira adequada. Para a seleção dos documentos, consideramos o processo de delineamento da PAE na instituição. Conforme indicamos, o Decreto nº 7234/2010 (Brasil, 2010) incluiu os Institutos Federais no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Essa inclusão fez aumentar os recursos destinados a área da Assistência Estudantil, o que incentivou a elaboração e aprovação da PAE nestas instituições (Taufick, 2014).

Sendo assim, buscando atingir ao objetivo estabelecido nesta etapa da pesquisa, selecionamos sete documentos. Destacamos que realizamos a coleta dos documentos no site institucional do IFPE. O **Quadro 3** mostra os documentos selecionados, coletados no período de março até maio de 2025.

Quadro 3 - Documentos referentes à Política de Assistência Estudantil do IFPE

Documento	Objetivo
1) Resolução CONSUP/IFPE Nº 021, de 26 de março de 2012	Aprovar a Proposta da Política de Assistência Estudantil do IFPE.
2) Resolução CONSUP/IFPE Nº 07 <i>Ad Referendum</i> , de 07 de março de 2014	Aprovar <i>Ad Referendum</i> a reformulação no documento do Programa Bolsa Permanência.
3) Resolução CONSUP/IFPE Nº 133, de 30 de junho de 2022	Aprovar a Reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPE.
4) Instrução Normativa REIFPE/IFPE Nº 8, de 26 de agosto de 2022	Regulamentação do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica.
5) Edital REI/IFPE Nº 09, de 26 de fevereiro de 2025	Edital de seleção para o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica de 2025.
6) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPE de 2022	É um instrumento de gestão que apresenta a missão, a visão, os objetivos estratégicos e os valores institucionais, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e as

	que pretende desenvolver durante um ciclo de gestão de cinco anos (O PDI analisado diz respeito ao período de 2022 – 2026).
7) Relatório de Gestão do IFPE de 2023	Trata-se de um relatório de prestação de contas anual, que apresenta e divulga informações e análises quantitativas e qualitativas, dos resultados referentes à gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial da instituição. Este Relatório apresentou dados relativos às ações da Política de Assistência Estudantil do IFPE referentes ao ano de 2022.

Fonte: elaborado pela própria autora.

Sobre o primeiro documento selecionado, reiteramos que, em conformidade com o PNAES (Brasil, 2010), o IFPE aprovou a Proposta da PAE através da Resolução nº 021/2012 do Conselho Superior (CONSUP), em 26 de março de 2012 (IFPE, 2012). Com a implementação dessa Política, houve a efetivação de ações e programas visando a ampliação da permanência escolar dos estudantes na instituição. Dentre os programas desenvolvidos, ressaltamos o Programa de Manutenção Acadêmica que se caracterizava pela oferta de benefícios para atender as demandas de alimentação, moradia e transporte dos estudantes em situação de vulnerabilidade social ou com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Ressaltamos que, dois anos após a aprovação da PAE, o Programa de Manutenção Acadêmica deixou “de ser executado no formato proposto no documento, sendo substituído pelo Programa Bolsa Permanência (PBP), aprovado em 07 de março de 2014 a partir da Resolução nº 07 - *Ad Referendum* do Conselho Superior do IFPE” (Pereira, 2020, p.95). Conforme Pereira (2020), o PBP era executado através de edital lançado semestralmente e era o programa que mais destinava benefício financeiro aos estudantes do IFPE.

Em 2022, foi aprovada a reformulação da PAE do IFPE através da Resolução nº 133, de 30 de junho de 2022, do CONSUP (IFPE, 2022a). Nesta reformulação, conforme já indicamos, o Programa Bolsa Permanência foi substituído pelo Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, que foi regulamentado através da Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 8/ 2022 (IFPE, 2022b). Esse Programa, nosso objeto de estudo, objetiva ampliar as condições de permanência e êxito dos estudantes na instituição e se efetiva através de repasse de recurso financeiro para ajudar a custear despesas com transporte, moradia, alimentação, entre outras necessidades relacionadas à manutenção acadêmica.

Entre os documentos selecionados está o edital para acesso ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, Edital REI/IFPE nº 09, de 26 de fevereiro de 2025 (IFPE, 2025), por trazer atualizações no critério de renda em concordância com a PNAES/2024.

Por fim, foram selecionados o PDI do IFPE/2022 (IFPE, 2022) e o Relatório de Gestão do IFPE de 2023 (IFPE, 2023) por apresentarem, respectivamente, dados sobre a PAE do IFPE e do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, no ano de 2022, ano em que houve a reformulação da PAE do IFPE.

4.2 2ª ETAPA DO ESTUDO: PESQUISA DE CAMPO

Para atender ao objetivo de **identificar as percepções dos jovens estudantes do EMI sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE**, realizamos uma pesquisa de campo. Conforme Gil (2017, p. 57), na pesquisa de campo “[...] procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado”.

4.2.1 Campo empírico e critérios de participação

O campo empírico desta etapa da pesquisa foi o IFPE - *Campus Caruaru*. Este *campus* foi inaugurado em 27 de agosto de 2010, fazendo parte da segunda expansão do IFPE. Inicialmente foram ofertados os cursos técnicos em Edificações, Segurança do Trabalho e Mecatrônica na modalidade subsequente. Em 2012, teve início a oferta dos cursos de Ensino Médio Integrado. A escolha dos cursos foi feita através de consulta pública à sociedade civil de Caruaru, além de considerar as necessidades para o desenvolvimento local e regional.

Além dos cursos já mencionados, o IFPE - *campus Caruaru* também oferta o curso superior de Engenharia Mecânica e dois cursos de pós-graduação *lato sensu*: Engenharia de Segurança do Trabalho e Interdisciplinaridade em Educação e Ciências Humanas. O referido *campus* conta atualmente com 119 servidores efetivos (66 docentes e 53 técnicos administrativos) e 605 alunos regularmente matriculados (semestre 2024.1)¹¹.

O IFPE - *campus Caruaru* está localizado na Estrada do Alto do Moura, em um Distrito Industrial, distante aproximadamente 7 km do centro da cidade. Dessa forma, o *campus* está em uma região cercado por indústrias, com poucos bairros residenciais por perto. Para chegar até ele a partir de outros bairros, por meio de transporte público, na maioria das vezes, é necessário pegar um ônibus até o centro e depois outro do centro até o bairro do Alto do Moura.

De acordo com o site do IFPE, o *campus Caruaru* conta com 16 salas de aula, 20 laboratórios, biblioteca, sala de dança, Centro de Libras e Línguas Estrangeiras, sala dos

¹¹ Dados disponíveis do site do IFPE. Ainda não foram atualizados com os dados referentes ao ano de 2025.

professores, copa, auditório, área de convivência, quadra de areia, instalações sanitárias e setores administrativos. O *campus* não possui Restaurante Universitário, mas é fornecido um lanche aos (às) estudantes, no horário entre as aulas, na área de convivência.

Em relação aos/às participantes da pesquisa de campo, destacamos que estabelecemos como critério de participação ser estudante dos cursos Integrados de Edificações, Segurança do Trabalho e Mecatrônica que estão no último ano do curso (7º e 8º período) e ser beneficiário do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE - *campus* Caruaru. A escolha pelo (a) discente que está no último ano do curso se justifica pelo objetivo da pesquisa de identificar as percepções dos (as) estudantes sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica. Dessa forma, os (as) discentes dos últimos períodos têm como falar sobre o Programa mediante suas vivências e experiências no decorrer do curso.

4.2.2 Técnica de coleta de informações

Nesta etapa da pesquisa, utilizamos a entrevista como técnica de coleta de dados. A entrevista é uma técnica que envolve duas pessoas, frente a frente, onde uma pessoa faz as perguntas e a outra responde (Gil, 2017). Conforme Minayo (2007, p. 64) a entrevista “[...] tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa”. Nesse sentido, para investigar as percepções dos estudantes sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, escolhemos a entrevista como instrumento para coleta de dados.

As entrevistas podem ser classificadas em: focalizada, projetiva, aberta ou em profundidade, sondagem de opinião ou semiestruturada (Minayo, 2007). Dentre estas, utilizamos a semiestruturada por possibilitar ao entrevistado “[...] discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (Minayo, 2007, p. 64).

A entrevista semiestruturada constitui uma técnica de coleta de dados muito utilizada em pesquisas qualitativas, pois possibilita ao pesquisador combinar a sistematização de um roteiro com a flexibilidade necessária para aprofundar aspectos relevantes emergentes durante o diálogo. Para Triviños (1987, p. 146), ela “[...] parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes”.

Quando a entrevista semiestruturada é utilizada como técnica para coleta de dados, o entrevistador precisa elaborar um roteiro para servir como guia do que se quer investigar (Gil, 2017). Nesse sentido, organizamos um roteiro (Apêndice B) com onze perguntas relacionadas

ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, nosso objeto de estudo.

4.2.3 Trabalho de campo

Destacamos que iniciamos o trabalho de campo apenas após a aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética (Anexo A) e após a conclusão da 1ª etapa da pesquisa, que foi a realização da Análise Documental.

No dia 30 de setembro de 2024 foi realizada uma visita ao IFPE - *campus* Caruaru, no horário da manhã, com o intuito de convidar os(as) estudantes dos cursos do EMI, que estavam cursando o último ano, a participarem da segunda etapa desta pesquisa. Inicialmente, nos dirigimos à turma do curso de EMI em Edificações. Com a autorização da professora responsável pela aula, explicamos sobre a pesquisa e seu objetivo aos (às) discentes que estavam presentes.

Em seguida, convidamos os(as) que eram beneficiários do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica a participarem da pesquisa. Para tanto, explicamos que deveriam ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, na sequência, responder ao questionário para caracterização do grupo participante da pesquisa. Deixamos na sala de aula o QR Code¹² que dava acesso ao TCLE e ao questionário. Destacamos que o TCLE estava anexo ao questionário, sendo a primeira etapa do preenchimento. Assim, o (a) estudante só conseguia passar adiante após dar o consentimento para participação na pesquisa.

Ressaltamos que, no dia 30 de setembro de 2024, não conseguimos conversar com os(as) estudantes dos cursos integrados em Segurança do Trabalho e em Mecatrônica, matriculados no último ano do curso, porque eles(as) só estariam no *campus* no turno da tarde. No entanto, um professor da instituição se ofereceu para passar nas referidas turmas no horário da tarde e colar nas salas o cartaz que disponibilizamos explicando sobre a pesquisa com o QR Code que dava acesso ao preenchimento do questionário.

Além disso, solicitamos ao setor de Assistência Estudantil a lista com os nomes e e-mails dos(as) estudantes beneficiários(as) do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica que estavam cursando o último ano dos cursos do EMI. De posse da lista, enviamos e-mail para quarenta e dois estudantes com o convite para participar da pesquisa e com o link de acesso ao questionário.

No total, onze estudantes responderam ao questionário, mas resolvemos considerar

¹² QR Code (código de resposta rápida): é um tipo de código de barras bidimensional que armazena informações e pode ser lido por câmeras de smartphones.

apenas dez respostas, porque um(a) deles(a) não era beneficiário(a) do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, que é critério de participação na pesquisa. Dos(as) dez discentes que responderam o questionário, enviamos e-mail e mensagem via aplicativo *WhatsApp* convidando para participar da entrevista. No entanto, apenas dois estudantes responderam e aceitaram participar desta etapa da pesquisa em dezembro de 2024. As duas entrevistas aconteceram via *Google Meet* por escolha dos(as) estudantes que já estavam em férias a partir do roteiro elaborado, que continha 11 perguntas e teve duração de aproximadamente dez minutos.

Ressaltamos que, por estar no final do ano letivo, os(as) demais estudantes convidados(as) para participar da entrevista colaram grau e não retornaram o nosso contato. Dessa forma, considerando que o questionário tinha como objetivo o delineamento do perfil dos(as) participantes da pesquisa e apenas dois estudantes que haviam respondido ao questionário realizaram a entrevista, só consideramos as respostas dos questionários dos(as) discentes que participaram da entrevista.

Dessa forma, tivemos que esperar iniciar o ano letivo de 2025 para dar continuidade a esta etapa da pesquisa. Assim, apenas em março¹³ conseguimos retomar as entrevistas. Dessa forma, de posse da lista que havia sido disponibilizada pelo setor de Assistência Estudantil, conforme dito anteriormente, nós atualizamos a relação dos (as) estudantes bolsistas do Programa, conforme o período que estavam cursando, para atender ao critério estabelecido na pesquisa de estar cursando o último ano do curso na instituição. Essa lista atualizada tinha 18 estudantes.

Assim, nos dias 28 e 29 de março de 2025, fomos até o IFPE - *campus* Caruaru para convidar os (as) estudantes bolsistas para participarem da pesquisa. Ao chegar na instituição, com a autorização da Diretora de Ensino, chamamos os (as) estudantes, um de cada vez. Destacamos que, nesse momento de retorno da coleta de dados, com cada participante, optamos por entregar o TCLE para leitura e assinatura; na sequência, realizar a entrevista e, após esse momento, solicitar o preenchimento do questionário para entrega posterior. Optamos por realizar as atividades de pesquisa nessa sequência, pois tínhamos pouco tempo para finalizar o trabalho de campo e entendemos que, dessa forma, conseguiríamos concluir esta etapa de forma mais objetiva.

A direção nos disponibilizou uma sala para que pudéssemos realizar as atividades de pesquisa. As entrevistas foram gravadas em um aplicativo de gravação do celular, com a prévia autorização dos(as) discentes. Em seguida, conforme o planejado, após a finalização da

¹³ As aulas no IFPE/ *Campus* Caruaru, referentes ao semestre 2025.1, iniciaram em fevereiro de 2025.

entrevista, entregamos o questionário de caracterização dos(as) participantes, pedimos que fossem preenchidos e entregues até o dia seguinte da entrevista. Aos (às) estudantes que informaram ser menor de idade, informamos que só poderiam participar da entrevista após a autorização do (a) responsável. Dessa forma, levaram o TCLE para casa e entregaram assinado no dia seguinte, dia 29 de março, quando foram realizadas as entrevistas. Ressaltamos que a duração das entrevistas variou em uma média de 5 a 10 minutos. Após a realização das entrevistas, fizemos a transcrição dos áudios.

Conseguimos a participação de 14 estudantes, dos 18 que estavam na nossa lista preliminar. Os demais não estavam no *campus* nos dias que fomos realizar as entrevistas. Enviamos e-mail, mas não obtivemos retorno, não conseguimos estabelecer contato com eles. Sendo assim, somando aos 2 discentes que participaram da entrevista em dezembro de 2024, participaram desta etapa 16 estudantes.

4.2.4 Caracterização dos(as) participantes

Conforme já indicamos, participaram da segunda etapa da pesquisa 16 estudantes dos cursos do EMI beneficiários do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica. Por questões éticas, para preservar a identidade dos(as) participantes, utilizaremos nomes fictícios para identificar os(as) estudantes: João, Renata, Mirela, Patrícia, Jaime, Mateus, Bruno, Camila, Diana, Theo, Bia, Luana, Amanda, Gustavo, Ana e Rose.

O Quadro 4 apresenta as principais características dos(as) participantes.

Quadro 4 - Caracterização dos(as) participantes

Participante	Idade	Identidade étnico-racial	Curso	Programa Social	Exerce Atividade Remunerada	Escolaridade da mãe	Escolaridade do pai
João	19	Parda	Integrado em Seg. do Trabalho	Bolsa Família	Sim (estágio)	Ens. Médio Incompleto	Ens. Médio Incompleto
Renata	18	Branca	Integrado em Edificações	Nenhum	Não	Não Alfabetizada	Ens. Médio Incompleto
Mirela	18	Parda	Integrado em Seg. do	Bolsa Família	Não	Ensino Médio	Ens. Fund. Incompleto

			Trabalho				
Patrícia	17	Branca	Integrado em Seg. do Trabalho	Nenhum	Não	Pós-graduação	Ens. Médio Incompleto
Jaime	18	Branca	Integrado em Seg. do Trabalho	Bolsa Família	Não	Ens. Fundamental	Ens. Médio
Mateus	18	Branca	Integrado em Seg. do Trabalho	Bolsa Família	Não	Ens. Médio Incompleto	Ens. Médio
Bruno	18	Branca	Integrado em Seg. do Trabalho	Nenhum	Não	Ensino Médio	Ensino Médio
Camila	17	Parda	Integrado em Seg. do Trabalho	Nenhum	Não	Pós-graduação	Ens. Fund. Incompleto
Diana	18	Parda	Integrado em Seg. do Trabalho	Pé de Meia	Não	Ens. Fund. Incompleto	Ensino Médio
Theo	18	Parda	Integrado em Mecatrônica	Bolsa Família	Não	Ensino Médio	Ensino Médio
Bia	17	Branca	Integrado em Mecatrônica	Bolsa Família	Não	Ensino Superior	Ensino Superior
Luana	18	Parda	Integrado em Mecatrônica	Bolsa Família	Não	Ensino Médio	Não sabe informar
Amanda	18	Branca	Integrado em Mecatrônica	Nenhum	Não	Ensino Superior	Ensino Médio
Gustavo	18	Branca	Integrado em Edificações	Nenhum	Não	Ensino Médio	Ensino Médio
Ana	18	Parda	Integrado em Edificações	Nenhum	Não	Ensino Superior	Ensino Médio
Rose	18	Parda	Integrado em Edificações	Bolsa Família	Não	Ensino Médio	Ensino Médio

Fonte: elaborado pela própria autora.

Como podemos visualizar no Quadro 4, dentre os(as) estudantes participantes da pesquisa, dez são do sexo feminino e seis são do sexo masculino. A maioria dos estudantes(as) têm 18 anos, apenas um tem 19 anos e três estão com 17 anos. Metade dos(as) discentes se

consideram pardos(as) e a outra metade se consideram brancos(as).

O Quadro 4 mostra também que participaram deste estudo quatro estudantes do curso Médio Integrado em Edificações, oito do curso Médio Integrado em Segurança do Trabalho e quatro estudantes do curso Médio Integrado em Mecatrônica. Desses(as), dez moram com os pais, cinco residem só com a mãe e apenas um mora só com o pai.

Oito estudantes afirmaram que a família recebe o benefício do Programa Bolsa Família e um discente informou que participa do Programa Pé de Meia. Sobre a renda familiar, onze estudantes declararam que a família possui renda mensal de até um salário mínimo, dois discentes informaram que a renda mensal familiar é de um salário mínimo e meio e três participantes relataram que a família possui renda mensal de dois salários mínimos ou mais. A maioria dos(as) estudantes não exerce atividade remunerada, apenas um informou que realizava estágio.

Em relação a escolaridade da mãe dos(as) estudantes, duas possuem Pós-graduação, três concluíram o Ensino Superior, seis conseguiram finalizar o Ensino Médio, uma possui o Ensino Fundamental Completo, uma não foi alfabetizada, duas tinham o Ensino Médio incompleto e uma o Ensino Fundamental incompleto. Quanto à escolaridade do pai, apenas um possui o Ensino Superior, nove concluíram o Ensino Médio, três tinham o Ensino Médio incompleto, dois o Ensino Fundamental incompleto e uma estudante não soube informar a escolaridade do pai.

4.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Para realizar a análise das informações obtidas nas duas etapas da pesquisa, utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo, que compõe “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2016, p. 44). É uma técnica que auxilia na reinterpretação das mensagens e na “compreensão de seus significados num nível que vai além da leitura comum” (Moraes, 1999, p. 2). A Análise de Conteúdo é constituída por três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 2016).

A primeira etapa, a pré-análise, é responsável pela organização do material a ser analisado. Nesta fase, é feita a escolha dos documentos que serão analisados, as hipóteses e os objetivos são formulados e são elaborados os indicadores que respaldam a interpretação final (Bardin, 2016). Sendo assim, nesta etapa inicial, realizamos a organização e leitura exaustiva dos documentos selecionados na pesquisa documental (primeira etapa da pesquisa) e do

material coletado nas entrevistas (segunda etapa da pesquisa).

Na segunda etapa da Análise de Conteúdo, as decisões tomadas na fase da pré-análise são colocadas em prática. Segundo Bardin (2016), a exploração do material tem como objetivo transformar os dados brutos em categorias significativas e organizadas, permitindo a análise adequada do conteúdo. Esta é a etapa mais demorada, que consiste no processo de codificação dos dados coletados. Conforme a autora, codificar significa tratar os dados, configura na transformação dos dados brutos do texto em uma representação de seu conteúdo.

Nesta etapa, realizamos a identificação das unidades de análise, que se dividem em unidades de registro e unidades de contexto, além da definição das categorias. Unidade de registro significa “a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (Bardin, 2016, p.135). Já a unidade de contexto diz respeito “[...] a unidade de compreensão, que serve de unidade de base para a interpretação da unidade de registro” (Bardin, 2016, p.136). Ressaltamos que esse trabalho de identificação das unidades de análise e de definição das categorias foi realizado nas duas etapas desse estudo: na pesquisa documental e na pesquisa de campo. Na pesquisa documental, após a leitura dos documentos e a identificação das unidades de análise, selecionamos os temas que tinham características comuns e organizamos em duas categorias temáticas. Na pesquisa de campo, segunda etapa do estudo, após a exploração do material coletado nas entrevistas, delimitamos as unidades de registro e contexto e construímos as categorias temáticas (Apêndice E).

No tratamento dos resultados, última etapa da análise, os dados brutos são tratados de maneira que obtenham sentido e validade. Dessa forma, com os resultados validados, o analista pode “propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (Bardin, 2016, p. 131). Nessa perspectiva, nesta etapa final, realizamos a análise dos resultados a partir do referencial teórico adotado na nossa pesquisa.

4.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Seguindo os preceitos éticos de pesquisas com seres humanos, conforme determinado pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, neste estudo, conforme já indicamos, iniciamos a fase de coleta de dados após aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Esta pesquisa seguiu as determinações da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que estabelece as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Para a realização da pesquisa no IFPE - *campus* Caruaru foram solicitadas a anuência do Diretor-geral do *campus* Caruaru e do Reitor do IFPE. Ambas foram concedidas, conforme os Anexos B e C. Somente após as anuências iniciamos o trabalho de campo da pesquisa.

Aos(às) participantes da pesquisa, em atendimento às normas do CEP, foram disponibilizados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice D) aos(às) participantes menores de 18 anos. Os referidos documentos foram elaborados em linguagem clara e objetiva, esclarecendo sobre o objetivo e etapas da pesquisa, o sigilo das informações, os potenciais riscos, além de solicitar o consentimento para participação na pesquisa (Brasil, 2012).

Após a leitura do TCLE e TALE, os (as) participantes assinaram e nos devolveram os termos dando anuência de sua participação na pesquisa. Já os menores de 18 anos, levaram o termo para solicitar a assinatura do responsável e nos devolveram no dia seguinte. Reiteramos que utilizamos nomes fictícios para manter o sigilo sobre a identidade dos(as) participantes da pesquisa.

5 O PROGRAMA DE APOIO E MANUTENÇÃO ACADÊMICA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPE: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

A partir da análise dos documentos selecionados, emergiram duas categorias: 1) Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica: finalidade, objetivo e beneficiários; 2) Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica: critérios para a análise social e condicionalidades para a participação e para a permanência no Programa.

5.1 PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA: FINALIDADE, OBJETIVO E BENEFICIÁRIOS

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPE/2022, a PAE é composta por programas e ações que “contemplam questões de vulnerabilidade social, desenvolvimento de habilidades nas áreas de esporte, lazer, arte e cultura, prevenção e promoção da saúde, bem como as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão” (IFPE, 2022, p.77).

A primeira PAE do IFPE, instituída através da Resolução nº 021/2012 do CONSUP (IFPE, 2012), era dividida em Programas Técnicos-Científicos, Programas Específicos e Programas Universais. Os Programas Específicos eram destinados prioritariamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (IFPE, 2012). O principal Programa executado pela PAE do IFPE era o Programa de Manutenção Acadêmica, que em 2014 foi substituído pelo Programa Bolsa Permanência (PBP) (Pereira, 2020). Conforme Pereira (2020), o PBP era o Programa com o maior número de estudantes inscritos e contemplados, e isto se dava pela finalidade dele de contribuir para a permanência através de apoio financeiro para despesas de manutenção acadêmica dos (as) estudantes.

No documento que regulamenta o PBP, aprovado pela Resolução nº 07/2014 do CONSUP (IFPE, 2014), o referido Programa tinha como finalidade prestar assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, matriculados em cursos presenciais do IFPE, visando contribuir para a permanência escolar através da concessão de auxílio financeiro aos estudantes para arcar com despesas de transporte, alimentação, moradia e creche (IFPE, 2014).

Com a reformulação da PAE do IFPE, através da Resolução nº 133/2022 do CONSUP (IFPE, 2022), as ações da Assistência Estudantil foram divididas em Programas do Eixo de

Ação 1 e Programas do Eixo de Ação 2. Os programas do Eixo de Ação 1 tem como objetivo assegurar a permanência e o êxito escolar através da concessão de auxílios financeiros à estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Já os programas do Eixo de Ação 2 visam atender os estudantes em suas necessidades biopsicossociais e pedagógicas, contribuindo para sua formação acadêmica, intelectual, artístico-cultural, esportiva e profissional (IFPE, 2022).

Nessa reformulação da PAE, o PBP é substituído pelo Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica que foi regulamentado pela Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 8/2022 (IFPE, 2022). O Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica faz parte do Eixo de Ação 1 que compreende os Programas que se caracterizam por “prover condições mínimas sociais a membros da comunidade estudantil oriundos de escola pública ou com renda familiar *per capita* de até 1 (um) salário mínimo e meio, através de serviços e/ou repasse financeiro, respeitando a inclusão de grupos específicos” (IFPE, 2022). Reiteramos que o critério de renda foi alterado no edital (Edital nº 09/2025) de acesso ao Programa conforme a Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024).

De acordo com a Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 8/2022 (IFPE, 2022), a finalidade do Programa é contribuir, através de repasses financeiros, para a permanência dos discentes do IFPE na instituição. O repasse financeiro será concedido diretamente ao(à) estudante para auxiliá-lo(a) no custeio de despesas com moradia, transporte, alimentação, creche, entre outras relacionadas à manutenção acadêmica (IFPE, 2022). Em seu artigo 2, o documento pontua que o Programa é destinado ao atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade social e/ou com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (IFPE, 2022).

Cumprе destacar que a reformulação da PAE do IFPE de 2022, conforme indicamos, foi um dos encaminhamentos do Fórum de Assistência ao Estudante da instituição que aconteceu em maio de 2018. O referido documento contou com a contribuição dos profissionais do setor da Assistência Estudantil (Assistentes Sociais, Pedagogos, Psicólogos, Técnicos em Assuntos Educacionais, Nutricionistas, Professores de Educação Física e Assistentes de Alunos), além da participação de toda a comunidade acadêmica que colaborou com sugestões e críticas através de consulta pública (IFPE, 2022).

Nessa perspectiva, a reformulação da PAE atende a uma demanda que surge a partir do debate e diálogo entre as pessoas que compõem a comunidade acadêmica. Como pontua Bering (2029), as Políticas Sociais se desenvolvem em um contexto marcado por disputas e conflitos

de interesses entre diferentes classes, expressando-se como conquistas ou concessões que variam em alcance e amplitude, de acordo com a correlação de forças estabelecida na arena política entre os segmentos sociais envolvidos.

É interessante destacar que Pereira (2020) pontuou a necessidade de adequação da PAE do IFPE, a Resolução nº 021/2012 do CONSUP (IFPE, 2012), para atender às reais demandas postas pelos estudantes. A pesquisadora afirmou que a “[...] reformulação da PAE perpassa o contexto sociopolítico e cultural atual no qual a sociedade se encontra e, sobretudo, a realidade socioeconômica dos/as estudantes que cada vez mais estão tendo acesso à educação” (Pereira, 2020, p. 109).

O Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, conforme a Resolução nº 133/2022, apresenta como objetivo ampliar as condições de permanência escolar dos discentes do IFPE, favorecendo a igualdade de oportunidades no desenvolvimento das atividades acadêmicas, diminuindo os efeitos das desigualdades sociais e culturais, no intuito de viabilizar a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade social (IFPE, 2022).

De acordo com a Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 8/2022 (IFPE, 2022), os beneficiários do Programa de Apoio À Manutenção Acadêmica serão estudantes matriculados em cursos presenciais do IFPE, prioritariamente que estudaram em escolas públicas ou com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio e/ou em situação de vulnerabilidade social, além de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação (IFPE, 2022).

O critério de renda estabelecido para ser beneficiário do Programa está em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 133/2022 do CONSUP (IFPE, 2022), que reformulou a PAE do IFPE, e o Decreto nº 7234/2010 (Brasil, 2010), que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil. No entanto, com a aprovação da Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024), que estabeleceu a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o critério de renda foi alterado e ficou determinado que serão atendidos no âmbito da PAE estudantes com renda bruta familiar mensal *per capita* de até um salário mínimo (Brasil, 2024). Após essa mudança na legislação, o Edital REI/IFPE nº 09/2025 (IFPE, 2025), que trata da inscrição para o Programa de Apoio À Manutenção Acadêmica de 2025, foi publicado estabelecendo o critério de renda em conformidade com a PNAES (IFPE, 2025).

Conforme Góis (2020), os recursos destinados a execução da PAE são insuficientes para atender a demanda de estudantes que necessitam dos auxílios, o que faz com que os programas e as ações da Assistência Estudantil assumam cada vez mais um caráter seletivo e focalizado. Dessa forma, entendemos que a redução de critério de renda para um salário mínimo *per*

capita excluirá uma grande parcela de estudantes que necessita do auxílio do Programa para arcar com as suas despesas de manutenção na instituição. Conforme Rocha e Castro (2024, p. 7), a PAE não superou o seu caráter de ser uma ação focalizada e fragmentada, “isto faz com que o atendimento não chegue a todos aqueles que dela precisam e provoca um jogo de disputa entre aqueles que já se sentem excluídos e marginalizados”.

Além da renda, existem outros requisitos para ser beneficiário do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, conforme o Edital REI/IFPE nº 09/2025 (IFPE, 2025). Dentre eles, estão: ser egresso(a) da rede pública de educação básica; ser egresso(a) da rede privada como bolsista integral na educação básica; estar matriculado(a) nas vagas reservadas pela Lei de Cotas; ser estudante com deficiência que necessite de acompanhamento pedagógico necessário à sua permanência escolar; ser oriundo(a) de entidade ou abrigo de acolhimento institucional; ser estudante indígena, quilombola ou de comunidades tradicionais e ser estudante estrangeiro(a) em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou refugiado(a) (IFPE, 2025).

Observamos que o Edital REI/IFPE nº 09/2025 (IFPE, 2025), que trata do acesso ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, já foi publicado em conformidade com a Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024), que instituiu a PNAES. Apesar da redução no critério de renda, o público-alvo do Programa foi ampliado contemplando outros grupos e minorias.

Nessa perspectiva, entendemos que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, na medida em que inclui esses grupos como público prioritário, contribui na efetivação do direito à educação a minorias historicamente marginalizadas pela sociedade.

5.2 PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA: CRITÉRIOS PARA A ANÁLISE SOCIAL E CONDICIONALIDADES PARA A PARTICIPAÇÃO E PARA A PERMANÊNCIA NO PROGRAMA

Por fazer parte do Eixo de Ação 1, que envolve repasse de auxílio financeiro, o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica possui critérios para análise socioeconômica dos estudantes. Esses critérios foram estabelecidos no documento da Instrução Normativa REIFPE/IFPE Nº 8/2022 (IFPE, 2022), e aparecem também no Edital REI/IFPE Nº 09/2025 (IFPE, 2025) com algumas atualizações.

De acordo com esses documentos, a condição de vulnerabilidade social dos estudantes será analisada pelo Serviço Social da instituição considerando critérios dispostos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no que se refere à proteção social especial e ao conceito de risco social, na PNAES e na PAE do IFPE (IFPE, 2022; IFPE, 2025).

São critérios de análise social para participação no Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica: etnia/raça; gênero; orientação sexual; beneficiário(a) de programa social do governo; estudante oriundo(a) de escola pública; estudante integrante de grupo familiar em situação de vulnerabilidade socioeconômica com renda bruta familiar mensal per capita de até um salário mínimo; estudante com deficiência ou necessidades educacionais específicas; estudante indígena, quilombola ou de comunidades tradicionais; estudante com idade igual ou superior a 60 anos; estudante oriundo(a) de entidade ou de abrigo de acolhimento institucional não adotado(a) em idade de saída; estrangeiro(a) em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou refugiado(a); estudante oriundo(a) de povos do campo; doenças crônicas no núcleo familiar; condições de trabalho do(a) estudante e de seus familiares; escolaridade dos membros familiares e despesas de manutenção no curso na instituição (IFPE, 2025).

É importante ressaltar que esses critérios foram definidos no âmbito institucional, pois a PNAES prevê em seu artigo 7º que as instituições federais de ensino superior e as instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica têm autonomia para definir “os critérios e a metodologia para a seleção dos beneficiários da PAE” (Brasil, 2024). De acordo com o PDI do IFPE/2022, para o repasse de recurso financeiro ao estudante, este precisa atender aos critérios do PNAES e ser oriundo de escola pública, “outros critérios poderão ser acrescidos em regulamentos próprios de cada programa aprovados pelo Conselho Superior (Consup) do IFPE ou em instruções normativas da DAE/Reitoria” (IFPE, 2022).

As instituições também dispõem de autonomia para definir os valores dos auxílios dos Programas executados no âmbito da Assistência Estudantil. Sobre esse assunto, Rocha e Castro (2024, p. 7) pontuam que, geralmente, os valores dos auxílios destinados aos alunos são definidos por cada *campus* e que o valor estabelecido normalmente depende “da realidade apresentada e da situação de vulnerabilidade social demandada pelos alunos, não deixando de considerar é claro o recurso disponibilizado para esse fim”.

No caso do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, o valor do auxílio será definido anualmente pelo setor de Serviço Social do IFPE, sendo fixado pela Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) nos editais de seleção (IFPE, 2022). No último edital divulgado, 2025, o valor fixado foi de R\$200,00 (duzentos reais). Esse valor, muitas vezes, é insuficiente para arcar com as despesas de manutenção dos(as) estudantes na instituição. Essa questão, do valor concedido pelo Programa ser insuficiente para suprir as necessidades de manutenção do estudante no IFPE, é levantada no estudo de Pereira (2020).

Rocha e Castro (2024) pontuam que a escassez de recursos é um grande desafio para a execução dos Programas de Assistência Estudantil. Afirmam:

(...) é importante ressaltar que no interior dessas Instituições de Ensino, o/a profissional de Serviço Social trava uma luta constante para melhor atender aos alunos que demandam ações da Assistência Social e isso se dá, primeiramente, pela escassez de recursos, que faz com que os/as profissionais se vejam entre ter que escolher acerca das mais variadas situações de Vulnerabilidade Social. Outro fator complicador é a pouca estrutura oferecida e, principalmente, pela limitada equipe destinada a este fim, o que dificulta consideravelmente os processos de seleção e acompanhamento desses alunos (Rocha; Castro, 2024, p. 7).

No que concerne a participação no Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, os documentos apontam condicionalidades para a participação e para a permanência dos estudantes no Programa. De acordo com a Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 8/2022 (IFPE, 2022), são critérios mínimos de participação no Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica: realizar a inscrição apresentando toda documentação solicitada e cumprir todas as etapas estabelecidas no edital; estar regularmente matriculado(a) em pelo menos 3 componentes curriculares no *campus*; não ter ultrapassado 2 semestres além do estabelecido como tempo mínimo para a integralização do curso em que está matriculado; ser de escola pública ou atender ao critério de renda *per capita* estabelecido no edital (IFPE, 2022).

Uma vez que o estudante atendeu aos critérios de participação no Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, ele precisa cumprir as condicionalidades para a permanência. Dentre os critérios estabelecidos estão: manter frequência média de no mínimo 75% nos componentes curriculares do semestre ou do ano anterior; estar matriculado(a) em pelo menos 3 componentes curriculares em curso presencial do IFPE; e não ultrapassar 2 semestres do tempo de integralização mínima, de acordo com a Organização Acadêmica Institucional do IFPE, para se diplomar no curso em que esteja matriculado(a) (IFPE, 2022).

Observamos que no artigo 9º do documento de regulamentação do PBP (IFPE, 2014), antecessor do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, os critérios para permanência no Programa incluíam: avaliação do desempenho acadêmico do estudante, frequência mínima de 75% nas aulas do curso, disponibilidade orçamentária e “avaliação das informações da ficha disciplinar”. Em seguida, no artigo 11º, o documento aponta que a Bolsa Permanência será suspensa em caso de “registros negativos sobre a conduta do estudante na ficha disciplinar, desde que avaliados pela equipe multiprofissional” (IFPE, 2014). Dessa forma, fica entendido que a conduta e/ou o comportamento do estudante era critério de avaliação para a permanência do estudante no PBP.

Entendemos que houve um avanço quando o Programa de Apoio à Manutenção

Acadêmica, que substituiu o PBP, retira das condicionalidades para a permanência no Programa o critério de “conduta”. Acreditamos que a assistência estudantil é um direito do estudante e que não pode lhe ser negado por questões relacionadas ao seu comportamento.

O(a) estudante só será suspenso do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica se descumprir o critério de frequência mensal de 75% nos componentes curriculares do semestre. Além disso, poderá ser desligado(a) do Programa em caso de: não realizar a renovação do auxílio que ocorre semestralmente; realizar transferência, cancelamento ou trancamento do curso; realizar matrícula em menos de 3 componentes curriculares; prestar informações divergentes ou for encontrada alguma irregularidade na documentação apresentada pelo(a) estudante; for beneficiário(a) do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica em mais de um *campus* que tenha vínculo.

Nessa perspectiva, para se manter como beneficiário(a) do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, o(a) discente precisa manter a frequência nas aulas, apresentar bom desempenho acadêmico para não reprovar nas disciplinas e nem ultrapassar o tempo de integralização do curso. Dessa forma, as condicionalidades para se manter no Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica funcionam como um incentivo para evitar a retenção e a evasão nos cursos. E em caso do descumprimento das condicionalidades, o(a) estudante poderá recorrer e terá a sua justificativa analisada pelo setor do Serviço Social do *campus*.

No entanto, existem críticas a questão das condicionalidades para se manter nos programas de Assistência Estudantil. Sobre este assunto, Silva (2016) faz uma crítica e denomina de “punições” implicadas aos estudantes, uma vez que essas ações refletem uma lógica meritocrática e excludente, pois condicionam o acesso e a permanência ao cumprimento de exigências que ultrapassam a dimensão socioeconômica. Ela defende que a assistência estudantil deve ter caráter universalizante e de direito, e não ser tratada como concessão sujeita a regras disciplinares ou de desempenho (Silva, 2016).

Entendemos que a Assistência Estudantil é um direito do estudante e deveria atender a todos de maneira universal. Entretanto, vivemos sob a égide do capitalismo e da hegemonia neoliberal, em um cenário de restrição e diminuição de direitos, que não permite que esse direito se concretize a todos. É preciso resistir e lutar para que a Assistência Estudantil seja uma realidade cada vez mais presente na vida dos estudantes e, dessa forma, contribua para ampliar as chances de permanência e êxito escolar.

6 O PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPE: PERCEPÇÕES DOS(AS) ESTUDANTES DO EMI DO CAMPUS CARUARU

A partir da análise dos depoimentos coletados nas entrevistas semiestruturadas, emergiram duas categorias temáticas: 1) Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica: contribuições para a trajetória estudantil e 2) Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica: entraves e limitações.

6.1 PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A TRAJETÓRIA ESTUDANTIL

Os depoimentos dos(as) participantes apontaram para a compreensão de que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica tem como objetivo auxiliar os estudantes a permanecer no IFPE através de ajuda financeira para custear despesas de transporte, alimentação e gastos com materiais escolares. Isto demonstra que os(as) discentes compreendem bem o Programa que visa contribuir para a permanência dos estudantes através de apoio financeiro para o custeio de despesas relacionadas à alimentação, transporte, entre outras voltadas para a manutenção acadêmica (IFPE, 2022). O Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica faz parte da PAE do IFPE.

Conforme Baqueiro e Tenório (2015), a Assistência Estudantil é uma Política Social aplicada nas políticas educacionais que visa assegurar um padrão de igualdade entre os estudantes. Nesse sentido, o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica busca

[...] ampliar as condições de permanência dos/as estudantes do IFPE, contribuindo para a igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e culturais, a fim de viabilizar a permanência e o itinerário exitoso dos/as estudantes em situação de vulnerabilidade social (IFPE, Art. 5º, 2022).

Nas entrevistas, foi recorrente, nas falas dos(as) participantes, que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica objetiva ajudar os estudantes, em especial os que moram em outra cidade, a continuar estudando no IFPE. Os(as) participantes afirmaram que o Programa busca: “beneficiar os alunos, justamente aqueles que moram longe e que precisam, né, desse dinheiro pra tá no IF, pra continuar no IF” (Renata); “ajudar nos custos do estudo do IF, porque tem gente que mora longe” (Jaime); “ajudar os alunos que muitas vezes não têm a possibilidade de

se deslocar” (Mateus); “ajudar os estudantes que moram em outra cidade” (Camila); “realmente auxiliar pra os estudantes como eu que é mais de outra cidade, ou também de baixa renda aqui de Caruaru que tem que ter o custo de transporte” (Gustavo); “Auxiliar os estudantes para que eles consigam continuar vindo e manter frequência, né? Permanecer literalmente estudando, porque tem muita gente que é de fora, às vezes não tá com dinheiro para vir, pagar passagem pra vir” (Bia).

Podemos observar, de acordo com as falas dos(as) participantes, que muitos dos(as) estudantes do IFPE/*campus* Caruaru são de outras cidades e dependem do auxílio do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica para pagar o transporte e se manter na instituição. Dessa forma, o auxílio possibilita o deslocamento de estudantes, jovens oriundos de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, e contribui para que eles(as) tenham acesso a uma educação pública de qualidade. João relatou que reside na zona rural de Caruaru e que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica foi “extremamente importante”. Completou:

[...] se não fosse ele, hoje eu não estaria onde eu tô, tipo, me formando. Hoje, graças a ele, eu fiz o meu estágio todo certinho, já estou quase empregado agora. Então, tipo, se não fosse ele, eu acho que muitas das coisas, muitas das oportunidades que eu tenho hoje, elas não seriam possíveis porque eu ficaria, eu não poderia ir ao IF e tudo que ele pode oferecer (João).

João é morador da zona rural de Caruaru, filho de agricultores, ingressou no IFPE através do sistema de cotas e enfrentou desafios para permanecer na instituição devido à dificuldade com transporte. O relato de João ressalta a importância do Programa para sua permanência e o seu êxito na instituição, além de uma provável inserção no mundo do trabalho. Conforme Bernardim e Silva (2017, p. 696), é atribuído à escola “o papel hegemônico na formação e no desenvolvimento das condições indispensáveis à inserção socioeconômica, o que asseguraria uma participação na vida social”. Os autores ressaltam a importância da escola para a formação e reprodução social do indivíduo.

Dessa forma, é fundamental investir em políticas públicas que visem à permanência escolar, pois ampliar o acesso não garante a permanência dos estudantes na escola e nem a conclusão das etapas escolares, isto pode ser observado nos altos índices de analfabetismo e na baixa taxa de conclusão do Ensino Médio, este cenário “guarda grande relação com a situação econômica familiar” (Bernardim; Silva, 2017, p. 696).

De maneira unânime, os(as) participantes afirmaram que o auxílio recebido pelo Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica contribui para a sua permanência no IFPE. Dos(as) 16 estudantes que participaram da entrevista, 15 relataram que utilizam o dinheiro do

auxílio para custear despesas com transporte. Destes(as), 5 informaram que, além do transporte, também usam o dinheiro para os gastos com alimentação e materiais escolares. Apenas um(a) participante informou que utiliza para alimentação e materiais para realizar trabalhos das disciplinas.

A questão do transporte foi constantemente levantada pelos(as) estudantes como um fator essencial para a viabilização da permanência deles(as) no IFPE. Nos depoimentos, relataram que a instituição fica localizada longe do centro da cidade, o que dificulta um pouco a locomoção até ela: “até quem mora em Caruaru pra se deslocar para cá tem que pegar ônibus, né? Porque aqui é um local muito distante do centro de Caruaru” (Mateus); “tem que ter o custo de transporte [...] porque é longe da cidade. Aqui é o Alto do Moura, né, tem gente que mora muito na periferia” (Gustavo). Dessa forma, muitos(as) estudantes, a depender do local de moradia, precisam pegar quatro ônibus por dia para conseguir assistir aula: um do seu bairro até o centro e outro do centro até o IFPE, e fazer o percurso inverso para voltar para casa. Temos como exemplo o relato de Diana: “O meu [gasto] é principalmente com passagem, porque eu moro perto do Xique-Xique¹⁴, só que mais pra baixo. Aí eu tenho que pegar 4 ônibus, 2 pra ir e 2 pra voltar. Aí é quase 400 contos de passagem, muito caro”.

Além da questão do transporte, os(as) participantes também ressaltaram que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica ajuda a arcar com despesas de alimentação na instituição, na compra de materiais escolares e até mesmo com despesas pessoais e familiares. Nesse sentido, o participante João afirmou que o Programa “ajudou bastante, tipo, não somente em minhas coisas pessoais, mas também coisas de casa, como, por exemplo, conta de energia, em alguma coisa ou outra que faltava para comprar, e etc.”. Para João, o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica contribui não apenas “em um transporte ou uma comida, digamos assim, um lanche, ou alguma coisa do tipo, [...] ele abrange muito mais do que isso quando ele ajuda, por exemplo, pessoas que precisam pagar uma conta de luz e a família tá precisando naquele momento.”

Nesse sentido, o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, quando contribui para arcar com despesas pessoais e de subsistência de João e sua família, vai além do proposto de prestar “apoio financeiro para auxiliar no custeio das despesas com transporte, alimentação, moradia, creche e outras necessidades relacionadas à manutenção acadêmica” (IFPE, 2022). O relato de João mostra que a contribuição do Programa ao ajudar a “pagar uma conta de luz”,

¹⁴ Xique-xique é um bairro periférico no município de Caruaru que fica localizado há aproximadamente 6 km do centro da cidade. A distância do Xique-xique para o IFPE - *campus* Caruaru é em torno de 5,5 km. Logo, para realizar este percurso de transporte público, é necessário ir do Xique-xique até o Centro e depois pegar outro ônibus para o bairro do Alto do Moura.

ultrapassa os muros da escola.

Para Theo, aluno do curso Integrado de Mecatrônica, o auxílio recebido é importante porque auxilia nas despesas acadêmicas do curso: “[...] a gente às vezes precisa comprar uma pecinha aqui, outra ali pra fazer algum trabalho prático, que nem sempre tem as coisas aqui, a gente vai desenvolvendo e ajuda com a ajuda do Programa”. Theo complementa que “[...] o laboratório é um pouquinho saturado. Aí a gente precisa comprar alguma coisa lá fora”.

Os participantes Gustavo e Jaime pontuaram os gastos com alimentação: “[...] aqui não tem o almoço, por exemplo, aí pra quem precisa pagar a matéria de manhã, como já aconteceu comigo, de comprar um almoço, às vezes mais de uma vez na semana, acaba pesando um pouquinho” (Gustavo); “[...] aí tem alimentação, que às vezes tem que ficar no contraturno para fazer um trabalho, ou apresentação ou tem alguma aula extra no contraturno, ou um curso de extensão, ou algo assim, aí tem que ficar e tem os gastos com alimento” (Jaime).

Nesse sentido, a necessidade do(a) estudante estar na instituição no contraturno gera despesas com alimentação, uma vez que o IFPE/*campus* Caruaru não fornece almoço. Essa questão é recorrente no relato de Ana que ressalta: “aqui não tem o almoço, por exemplo, aí pra quem precisa pagar a matéria de manhã, como já aconteceu comigo, de comprar um almoço, às vezes mais de uma vez na semana, acaba pesando um pouquinho”. Renata também pontua que

[...] às vezes a gente tem que ficar até tarde por questão de monitoria¹⁵ ou pagar matéria mesmo, e o almoço é muito caro. O IF não dá [almoço], até mesmo lanche... Quando tem lanche, é uma coisa muito fraca por passar o dia todo. Aí sempre vai pra essa parte, de tá no IF, de alimentação mesmo. [...] É muito caro a marmita, 13 reais pra cima, o almoço que a gente tem que comprar.

Observamos também que alguns(mas) participantes enxergam o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica como um incentivo ao êxito escolar. As condicionalidades para permanecer no Programa são citadas como um ponto positivo para que o aluno se esforce e conclua o curso com êxito. As condições para se manter no Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica são:

I - manter frequência média de no mínimo 75% nos componentes curriculares do semestre/ano anterior;

¹⁵ O Programa de Monitoria do IFPE é um incentivo à formação acadêmica que visa à ampliação dos espaços de aprendizagem, à melhoria da qualidade do ensino e ao desenvolvimento da autonomia e formação integral dos estudantes.

- II - estar matriculado/a em pelo menos 3 (três) componentes curriculares dos cursos presenciais do IFPE; e
- III - não ultrapassar 2 (dois) semestres do tempo de integralização mínima, de acordo com a Organização Acadêmica Institucional do IFPE, para se diplomar no curso em que esteja matriculado/a (IFPE, Art. 21, 2022).

Nessa perspectiva, Bia relata que o Programa “[...] incentiva também a estar em todas as aulas, porque tem a questão da frequência também. Então muita gente quer faltar, às vezes não pode, porque pensa no auxílio”. Para Jaime, o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica é uma motivação, porque “[...] pra você ser mantido no Programa tem que ter o negócio de não faltar muito e passar nas matérias. O auxílio dá uma moral [...] para o aluno querer realmente se esforçar bem muito para continuar recebendo auxílio e se formar no futuro”. Por fim, Theo conclui que o Programa “[...] ajuda bem a gente conseguir finalizar, porque sem ele eu acho que seria bem mais complicado se manter aqui dentro”.

Outro aspecto levantado pelos(as) participantes foi a de que o auxílio recebido pelo Programa ajuda nas despesas escolares e familiares, sem que o aluno precise trabalhar para arcar com esses gastos. Para Amanda, “[...] é um conforto de saber que você pode focar mais nos estudos e não precisa, por exemplo, arrumar bicos, porque é um valor que cobriria esse tipo de trabalho”. Mais dois participantes também citaram a contribuição do Programa de maneira positiva como uma forma de evitar a necessidade do estudante conciliar o estudo com o trabalho:

[...] muita gente trabalha, então ao invés de ter que escolher entre trabalho e a escola, acho que ajuda muito nisso também, que é uma ajuda, né? Então, não necessariamente a gente teria que abrir mão do estudo para poder ter uma ajuda não só para a gente, como também para nossa família (Ana).

Eu acho que é para ajudar os alunos que muitas vezes não tem a possibilidade de se deslocar ou muitas vezes acaba não tendo condições suficientes para estudar numa Instituição como essa, que precisa de carga horária extra, precisa não só do tempo de aula em si, sabe? E às vezes perde de trabalhar, por exemplo. Então esse valor ajudaria as pessoas com isso também, nos custos de casa, eu acho (Mateus).

Nesse sentido, considerando que o principal motivo para o abandono escolar é a necessidade de trabalhar (IBGE, 2023), ressaltamos a importância do Programa na contribuição para a manutenção dos(as) estudantes, garantindo a permanência na instituição e evitando a evasão escolar. Conforme pontuam Dayrell e Jesus (2016), a questão da renda continua sendo um determinante significativo da desigualdade social, manifestando-se na exclusão escolar de jovens.

Vale reiterar que o auxílio financeiro disponibilizado pelo Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica é destinado a custear despesas de transporte, moradia, alimentação, creche e outras direcionadas à manutenção acadêmica dos (as) discentes (IFPE, 2022). Através dos relatos, observamos que alguns(mas) estudantes têm utilizado o valor recebido para além de despesas relacionadas à manutenção acadêmica, como o “pagamento da conta de energia” e “nos custos de casa” como foi citado, respectivamente, pelos estudantes João e Mateus.

Outro ponto relevante nas falas dos(as) participantes é o entendimento de que o auxílio do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica é destinado aos(às) estudantes em situação de vulnerabilidade social. Conforme a participante Rose, o Programa visa “[...] assistir as famílias mais necessitadas, que a gente sabe, né, toda a dificuldade, todo o custo de se estudar aqui no IF, principalmente pela distância”. Para Patrícia, o Programa “é uma tentativa de auxiliar os alunos que não têm renda, ou pelo menos que a renda fica um pouco apertada”. Ressaltamos que, para participação no Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, existem vários critérios estabelecidos para comprovação da condição de vulnerabilidade social e a renda *per capita* familiar é apenas um deles. Conforme Trindade (2019, p. 135), no Brasil, uma parcela enorme da população “vivencia diversas formas de segregação e condições de miséria que limitam o seu percurso escolar”. Logo, os padrões de desigualdade não podem ser analisados apenas pela renda, é necessário levar em conta as particularidades das demandas estudantis.

De acordo com alguns depoimentos, percebemos que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica também contribui para o acesso do estudante ao IFPE, na medida em que se consolida como um incentivo para a manutenção do discente na instituição, caso este consiga passar no processo seletivo de ingresso. Isto foi observado nas falas de alguns(mas) participantes que relataram já ter conhecimento do Programa antes de ingressar na instituição e que já tinham como objetivo se inscrever para receber o auxílio e, com ele, se manter no IFPE: “[...] eu já sabia antes, por meio do meu irmão, que também estudou em IFPE, e ele recebia o mesmo auxílio, então ele já me orientou a participar pra também conseguir custear meu transporte, já que eu sou de outra cidade” (Gustavo); “[...] eu já tinha ouvido falar, porque quando eu estudava na escola municipal, [...] um coordenador meu tinha um filho que estudou aqui e ele já tinha falado que tinha uma manutenção para quem estudava e tal, baixa renda” (Amanda); “[...] sabia que existia esse Programa, porque tem uma prima que estudava aqui, [...] ela acabou falando por cima que tinha um Programa que ajudava a gente a ficar no IF com ajuda de custos” (Mirela); “[...] minha irmã estudava aqui, ela fez Edificações, aí ela já tinha me informado os cursos ou desse benefício que a gente recebia. Foi ela até que me ajudou a me inscrever” (Bruno).

Nessa perspectiva, conforme a pesquisa de Rocha (2021, p. 75), muitas famílias, ao terem conhecimento de que a Instituição oferece benefícios de assistência estudantil, “[...] colocam os filhos na instituição com a intenção de receber esse apoio para o custeio das despesas do curso”. O estudo de Ganam e Pinezi (2021, p. 7-8), realizado no âmbito do Ensino Superior, também aponta que a busca pela inserção no Programa de Assistência Estudantil “[...] já aparecia nas narrativas como plano de subsistência inicial antes mesmo de concretizado o ingresso na universidade”.

Diante do exposto, ressaltamos a importância do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica porque além de contribuir para a permanência e êxito dos(as) estudantes, ele também incentiva o acesso deles(as) na instituição. Dessa forma, o Programa extrapola o seu objetivo proposto. Conforme os depoimentos dos(as) participantes, o Programa contribui para o custeio com alimentação na instituição, para a compra de materiais escolares necessários para realizar as atividades das disciplinas, para ajudar em despesas familiares e principalmente para arcar com o custo do transporte até o IFPE. Dessa forma, ampliando a chance de permanência e êxito dos(as) estudantes, o Programa também contribui para a redução da evasão escolar.

6.2 PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA: ENTRAVES E LIMITAÇÕES

Nesta categoria, os depoimentos dos(as) participantes apontam as dificuldades para compreender e se inscrever no edital de acesso ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, a insuficiência orçamentária e os entraves em relação ao cronograma do edital.

A inscrição para acessar o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica é realizada através de processo seletivo de acordo com edital divulgado a cada semestre letivo. É um edital único para todos os *campi* do IFPE. O estudante precisa do seu e-mail institucional para fazer a inscrição, de forma *on-line*, através do Sistema Fluxo¹⁶ IFPE. Nesse sistema, o estudante precisa digitalizar e anexar toda documentação solicitada dele e dos familiares que residem com ele (IFPE, 2022).

Alguns(mas) dos(as) estudantes relataram dificuldade para se inscrever no edital do Programa: “No primeiro período [...] a gente não tinha muita informação e não tinha entendido direito algumas coisas do edital, aí acabou que isso fez eu perder, inclusive, a bolsa no primeiro

¹⁶ Sistema Fluxo é a plataforma digital institucional do IFPE destinada ao gerenciamento de processos acadêmicos e administrativos, incluindo a solicitação de auxílios estudantis e programas de permanência. Por meio dela, estudantes autenticados com seu e-mail institucional podem acessar formulários, acompanhar etapas de análise e receber orientações sobre inscrição e liberação de benefícios.

período. Não passei na bolsa no primeiro período por causa de documentação errada.” (Mirela); “No início deu um trabalhinho com algumas coisas que eu tinha muita dúvida, sabe? Dos documentos assim, para anexar, enfim, mas aí eu consegui.” (Camila); “Na primeira vez que eu fiz, eu tive bastante dificuldade porque eram muitos documentos [...] eu tive que botar recurso em alguma vez. Mas eu achei um pouquinho complicado.” (Amanda). Já o estudante Bruno informou que não teve dificuldade na inscrição porque a irmã já havia estudado no IFPE e o ajudou, ele disse: “[...] ela já conhecia e me ajudou. Mas é bem complicadozinho se eu fosse fazer sozinho. Pede muito tipo documento, muita informação, aí seria bem complicado fazer sozinho”.

Esse impasse de compreensão do edital pode dificultar o acesso dos(as) estudantes ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica. Os relatos dos(as) estudantes se aproximam dos resultados obtidos no estudo realizado por Maia (2023), que analisou o Programa Socioassistencial Estudantil (PSE) da PAE do IFAM e apontou que o Programa possui falhas, dentre estas, os estudantes citaram a dificuldade em entender parte dos editais e que isto dificultava o acesso aos benefícios do PSE.

Sobre o Sistema Fluxo, os(as) participantes falaram: “[...] a primeira principal dificuldade no começo é o Fluxo, que tem que fazer a senha, mas isso você consegue a ajuda [...] de toda a galera da CAEE¹⁷” (Patrícia); “[...] às vezes a plataforma, o site, fica com instabilidade, aí fica muito ruim, porque ele fica voltando, e indo sozinho. E às vezes não salva, dependendo da instabilidade do site” (Diana); “[...] no início, deu um probleminha no sistema, porque quando sobrecarrega, aí ele paralisa tudo” (Theo); “[...] às vezes, como é muita gente, né, para todos os *campus*, aí fica caindo às vezes o site” (Bia); “Muita gente fala que o sistema cai bastante, então sempre tem aquele medo: ‘Ah, se o sistema cair? Se eu não conseguir me inscrever?’ [...] Às vezes, dá uma caída, principalmente quando tem muita gente acessando” (Ana).

Podemos perceber, nos depoimentos dos(as) participantes, que o sistema para realizar a inscrição no Edital do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica é instável, o que gera angústia em alguns(mas) estudantes e pode atrapalhar na conclusão da inscrição com sucesso.

Outra questão que surgiu nos depoimentos dos(as) estudantes foi em relação a organização do cronograma do edital para acesso ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica. Em seguida, temos dois relatos:

¹⁷ Coordenação de Apoio ao Ensino e ao Estudante. Trata-se do órgão responsável pelo desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil no IFPE/Campus Caruaru.

[...] a Manutenção Acadêmica começa em um período muito depois das aulas começarem, isso aí poderia, tipo, ser antes, juntamente quando os alunos se matriculam. [...] já lançava esse edital da Manutenção Acadêmica, que era para ir adiantando, porque, tipo, eles atrasam muito. Por exemplo, esse mês a gente tem 2 meses já estudando e a gente não recebeu e aí só receber mês que vem, eu acho, ou depois, e aí, tipo isso, esse atraso é muito ruim (Luana).

[...] é só a questão do atraso [...] o tempo que leva pra tudo acontecer. [...] os novatos que entraram, tiveram problema com o e-mail institucional, então levou mais tempo para eles receberem o e-mail institucional, tiveram que adiar o período de inscrição, ou seja, levando mais tempo para análise, pra a gente conseguir receber o auxílio. Eu acho que é só isso, que poderia ter uma organizaçõzinha a mais (Bia).

Nesse sentido, as discentes Luana e Bia sugerem uma melhor organização na elaboração do cronograma do edital do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica para que o atendimento aos(as) estudantes ocorra o mais breve possível em suas necessidades de se manter na instituição, pois, ao ingressar no IFPE, o(a) estudante já precisa arcar com despesas de transporte, alimentação, compra de materiais escolares, e demais necessidades ligadas à sua manutenção.

Nos depoimentos dos(as) participantes, a questão da limitação orçamentária aparece como um entrave para a efetivação do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica. Alguns(mas) discentes indicaram que o valor recebido pelo auxílio é pouco e, às vezes, não cobre nem a despesa total com o transporte. De acordo com o depoimento de Diana, o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica “[...] ajuda muito, apesar de não cumprir tudo, [...] por exemplo, pelo menos a passagem, né? Não cobre toda. Aí eu coloco uma parte”. Já Gustavo e Rose pontuaram que o valor recebido pelo Programa é insuficiente e não consegue cobrir todas as despesas acadêmicas: “[...] era pro transporte e alimentação, mas só sobra pro transporte” (Gustavo); “[...] às vezes, é insuficiente para que a gente consiga manter tudo de uma forma ok” (Rose). Também foi citada a insuficiência orçamentária que faz com que parte dos(as) estudantes não consigam ter acesso ao Programa: “[...] poderia ser um pouquinho mais [...] se fosse um pouquinho a mais de dinheiro, conseguiria cobrir, eu acredito que 100% do IF. Tenho amigos que acabam não recebendo o Programa e tem que pagar 300 reais de carro por mês” (Mirela).

A problemática da insuficiência orçamentária é um ponto recorrente em pesquisas relacionadas à Assistência Estudantil. Tanto no estudo de Oliveira (2022), como no de Rocha (2021), a questão da limitação orçamentária é citada como um fator que dificulta o acesso dos(as) estudantes à Assistência Estudantil. Nessa perspectiva, muitos(as) estudantes que necessitam do auxílio não são contemplados e, sem ter como se manter na instituição, acabam

evadindo. Conforme apontou o estudo de Góis (2020), a PAE do Instituto Federal da Bahia - *Campus* Porto Seguro contribui para a redução dos índices de evasão escolar, considerando que a taxa de evasão dos (as) discentes não atendidos pela Política era superior à dos que eram beneficiários da Assistência Estudantil.

O ideal seria que todos(as) os(as) estudantes que estão dentro do perfil socioeconômico estabelecido para acessar o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica fossem contemplados, mas devido a limites no orçamento, muitos(as) ficam de fora. A incerteza do acesso ao Programa se constitui num impasse para o acesso à instituição. Conforme o depoimento da participante Mirela, amigas desistiram de fazer a prova do IFPE porque não tinham como se manter na instituição:

A Manutenção Acadêmica acaba ajudando muitos outros a estar aqui e a se manter de fato. [...] acredito que o Programa é essencial para quem vem e, principalmente, para quem é de outras cidades, porque ajuda muito, ajuda de fato pra gente tá aqui. Eu acredito que o fato de não ter alimentação aqui, e às vezes algumas cidades não disponibilizam o transporte, é o que acaba pesando. Esse ano minha irmã ia entrar, acabou que ela não passou na prova, mas amigas dela desistiram de fazer a prova porque não tinha condições de se manter no IF, sem manutenção, se elas passassem, se não tivesse carro pela prefeitura, não teria como elas virem, muito menos pagar alimentação aqui se fosse precisar ficar à tarde (Mirela).

Como podemos observar, o orçamento destinado ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica é insuficiente para atender a toda demanda dos(as) discentes que precisam do auxílio para se manter nas instituições. No entanto, o acesso ao Programa deveria ser garantido a todos(as) os(as) estudantes que estivessem dentro do perfil socioeconômico estabelecido pela PNAES. Esse contexto de limitação orçamentária pode interferir diretamente na permanência dos(as) estudantes na instituição.

Conforme Pereira (2020), o orçamento designado para a assistência estudantil não acompanhou o aumento do ingresso de estudantes oriundos de família de baixa renda e provenientes de escolas públicas, conforme a Lei de Cotas, nas instituições de ensino federais. Esse cenário se justifica pela aprovação da Emenda Constitucional nº 95 (Brasil, 2016), que estabeleceu um teto para os gastos públicos e congelou o orçamento por 20 anos. Logo, a demanda aumentou e o recurso continuou o mesmo.

De acordo com Silva e Marques (2022, p. 8), o PNAES sofreu “[...] desde a aprovação da Emenda Constitucional 95, relevante restrição orçamentária, impactando na aplicação do recurso e no cumprimento da sua finalidade”. Os autores chamam atenção para

[...] o curioso paradoxo representado pela queda do orçamento do PNAES executado real em 2018 ser acompanhado por uma elevação dos níveis de cobertura do programa. Seguramente as gestões das IFES se viram desafiadas diante da difícil realidade de compatibilizar uma restrição orçamentária e um aumento da demanda por cobertura da política de assistência estudantil. Sendo provável que, visando “equilibrar a situação orçamentária” e garantir alguma condição de permanência, optou por reduzir o valor gasto por cada estudante contemplado pelo PNAES” (Silva; Marques, 2022, p. 12-13).

Nesse sentido, além da limitação orçamentária afetar diretamente no atendimento da demanda de estudantes que necessitam da Assistência Estudantil, ela também interfere no valor destinado a cada estudante contemplado pelas ações e programas Assistência Estudantil.

Por último, os(as) participantes falaram sobre os atrasos e a imprevisão em relação ao pagamento do auxílio do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica. Relataram que isto é um entrave, pois eles(as) precisam pagar o transporte, custear a alimentação no IFPE, e quando o auxílio atrasa, eles(as) precisam “se virar”, arranjar o dinheiro de outra forma, para continuar se mantendo na instituição. Sobre a questão do atraso no pagamento do auxílio, Gustavo afirma que “[...] atrapalha, porque, por exemplo, eu pago mensalmente um transporte locado, então como eu não recebi em dia o auxílio atrapalha no pagamento do transporte”. Nessa perspectiva, o participante Theo aponta que “[...] seria bom quando fosse atrasar, eles avisarem antecipadamente pra dar uma organizada. [...] Porque assim, atrasou, a gente só sabe depois. Aí não tem uma antecipação pra a gente se organizar melhor. Acho que seria um ponto importante”.

Sobre a falta de previsão, de não existir uma data fixa para o pagamento do auxílio, as participantes Camila e Amanda pontuaram: “[...] a única queixa, sugestão que eu daria é essa questão do dia, sabe? Fazer uma coisa mais fixa. Um dia mais certo de cair, uma previsão melhor, do que ficar nesse de demora, junta duas parcelas. A gente nunca sabe o dia exato que cai” (Camila); “[...] não atrasar parcelas e realmente ter um dia que cai, porque a gente nunca sabe o dia que vai cair. [...] a gente não sabe o dia exato e ajudaria muito saber como vai sair esse dinheiro, porque a gente precisa saber para pagar e tal” (Amanda).

Como podemos observar nos depoimentos dos(as) participantes, os atrasos e a incerteza sobre a data de pagamento do auxílio do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica é um ponto negativo, uma dificuldade relatada pelos(as) estudantes bolsistas do Programa. Através dos relatos, percebemos que a maioria utiliza o dinheiro do auxílio para pagar o transporte até o IFPE. Nesse sentido, os atrasos atrapalham e geram angústias nos(as) discentes que dependem desse dinheiro para se manter na instituição.

A participante Aliandra relatou que quando há atraso no pagamento do auxílio, a mãe

precisa cobrir o valor total das passagens de ônibus, que são quatro por dia. Caso a mãe não esteja trabalhando, ela só consegue pagar duas passagens e precisa caminhar metade do caminho para chegar no IFPE:

[...] aí mãinha coloca tudo, ou eu pego 2 ônibus e não pego os outros 2, aí vai de pé. A metade do caminho. [...] Eu acho que 1 hora. Não mais que isso, porque vai cortando o caminho, aí dá para chegar. Porque passa por dentro da Vila do Aeroporto. Aí vai indo, aí dá para chegar mais rápido, mas é longinho. [...] se mãinha não estiver trabalhando, no caso agora ela não está trabalhando, [...] fica só o dinheiro do Bolsa Família, e ela não recebe toda, ela recebe só metade. Aí nesse caso, é o jeito (Aliandra).

Diante do relato de Aliandra, percebemos a importância da precisão e pontualidade do pagamento do auxílio. Enquanto alguns(mas) estudantes conseguem “dar um jeito”, “tirar de outro lugar”, muitos(as) não possuem outra alternativa. Uma estudante que precisa caminhar cerca de uma hora para chegar até a escola, já chega cansada e isto pode afetar o seu rendimento escolar. Quando isso acontece, há uma falha na garantia das “mínimas condições sociais” para que a estudante consiga frequentar a instituição de forma digna. Vale ressaltar que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica faz parte dos Programas do Eixo de Ação 1 da PAE do IFPE que se caracterizam por prover condições mínimas sociais para os(as) estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (IFPE, 2022).

Sobre as dificuldades de entendimento em relação ao edital de acesso ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, deixamos como sugestão a elaboração de um tutorial explicando o “passo a passo” de como realizar a inscrição no edital. Este mecanismo vem sendo utilizado pelo setor de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o qual atuo profissionalmente, e tem auxiliado para que os(as) estudantes consigam compreender melhor o edital e realizar a inscrição de maneira mais assertiva. É importante lembrar que o público da Assistência Estudantil é, em sua maioria, oriundo de escolas públicas, que muitas vezes não têm acesso à internet e isto pode ser uma barreira para o acesso aos Programas da PAE.

Por fim, ressaltamos a importância de ouvir as críticas e sugestões dos(as) estudantes, pois eles(as) que são os(as) beneficiados(as) pelo Programa e podem falar melhor de suas demandas, necessidades e dificuldades. Essa escuta pode servir para melhorar o atendimento do Programa aos(as) estudantes, ampliando as chances de permanência na instituição e reduzindo os índices de evasão, pois “[...] conhecer os aspectos que melhoram ou dificultam a permanência e o êxito escolar dos estudantes é a chave para aperfeiçoá-los” (Martines *et. al.*,

2024, p. 2).

7 PRODUTO EDUCACIONAL

Neste capítulo, apresentamos o Produto Educacional que foi desenvolvido a partir dos resultados dessa pesquisa: História em Quadrinhos (HQ) “Apoio Estudantil! Se liga!” (Apêndice F). O capítulo está dividido em três seções: 1) Produto Educacional “História em Quadrinhos”: justificativa; 2) HQ “Apoio Estudantil! Se liga!”: o processo de desenvolvimento; e 3) A avaliação da aplicação do Produto Educacional.

7.1 PRODUTO EDUCACIONAL “HISTÓRIA EM QUADRINHOS”: JUSTIFICATIVA

Os Produtos Educacionais são uma exigência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para os cursos de Pós-Graduação na modalidade profissional. O Produto Educacional, na Área de Ensino, é “[...] o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa” (Rizatti, 2020, p. 4). A Área de Ensino se constitui em “[...] uma Área essencialmente de pesquisa translacional, que busca construir pontes entre conhecimentos acadêmicos gerados em educação e ensino, para sua aplicação em produtos e processos educativos na sociedade” (Brasil, 2016, p. 3).

No Mestrado Profissional, os discentes precisam elaborar um Produto Educacional que seja executado em um contexto real, podendo ter formatos variados. Nesse sentido, algumas possibilidades de Produto Educacional, de acordo com o delimitado pela Área de Ensino da CAPES, são: Tecnologia Social, Software/Aplicativo, Manual/Protocolo, Processo Educacional e Material Didático (Rizatti, 2020).

O Produto Educacional elaborado neste estudo, material textual em formato de HQ, enquadra-se na tipologia de Material didático/instrucional. Esta tipologia se define como “[...] produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais (impressos, audiovisuais e novas mídias)” (Rizatti, 2020, p. 4). A escolha pela elaboração de uma HQ foi feita por se tratar de um material de leitura prática e objetiva, que combina imagens e pequenos diálogos, no intuito de ser atrativo para o público-alvo: os jovens do EMI.

Desenvolvemos o referido Produto Educacional, intitulado “Apoio Estudantil! Se liga!”, considerando os resultados da nossa pesquisa, que apontaram para a dificuldade dos(as) estudantes em compreender e se inscrever no edital de acesso ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica. A escolha se deu por acreditar que a HQ possui uma linguagem mais dinâmica e acessível para os estudantes do EMI do IFPE, público-alvo deste Produto

Educacional. A HQ tem como objetivo **compartilhar informações sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE, facilitando o acesso dos(as) estudantes ao Programa.**

As Histórias em Quadrinhos constituem uma linguagem própria que combina imagem e texto em um formato narrativo sequencial. Para Ramos (2009, p. 23), as Histórias em Quadrinhos se constituem como um gênero textual “[...] por apresentarem características específicas de composição, combinando elementos verbais e não verbais, organizados de forma sequencial e estável, o que os diferencia de outros gêneros e os legitima como um objeto autônomo de estudo.”

De acordo com McCloud (1995, p. 9), as Histórias em Quadrinhos são definidas como “[...] imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador”. O autor complementa que a essência da narrativa em quadrinhos está na relação sequencial entre as imagens. Para Moya (1977, p. 15), “[...] os quadrinhos são um meio de comunicação de massa que se define pela narrativa gráfica em sequência, na qual a imagem assume papel central no processo comunicativo”.

Nesse sentido, as Histórias em Quadrinhos tornam-se um recurso didático relevante, sobretudo por sua capacidade de unir imagem e texto em uma narrativa sequencial que facilita a compreensão de conceitos e conteúdos. Conforme apontado no nosso Estado do Conhecimento, Rocha (2021) elaborou uma HQ, a partir dos resultados de seu estudo, com o objetivo de divulgar informações sobre as ações e programas desenvolvidos pela PAE do IFPI visando facilitar o acesso dos (as) estudantes aos benefícios.

Nessa perspectiva, na HQ “Apoio Estudantil! Se liga!”, consta informações sobre o processo de inscrição no edital de acesso ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, sobre os critérios de participação e de permanência no Programa, além de informações que constam na Resolução que Regulamenta o Programa.

Apesar deste Produto ser direcionado aos estudantes do EMI do *campus* Caruaru, ele poderá ser utilizado por estudantes de outros campi do IFPE, visto que o edital de acesso ao Programa é único para todos os *campi*. Conforme Rizatti (2020, p. 4), o Produto Educacional deve

[...] apresentar, em sua descrição, as especificações técnicas, ser compartilhável, registrado em plataforma, apresentar aderência às linhas e aos projetos de pesquisa do PPG, apresentar potencial de replicabilidade por terceiros, além de ter sido desenvolvido e aplicado para fins de avaliação, prioritariamente, com o público-alvo a que se destina.

Nessa perspectiva, nosso Produto Educacional atende a estes critérios pontuados. A HQ “Apoio Estudantil! Se liga!” foi produzida em formato de revista digital, o que facilita a sua circulação. Dessa forma, ela é compartilhável e apresenta potencial de replicabilidade por terceiros. A HQ “Apoio Estudantil! Se liga!” apresenta aderência à linha de pesquisa e ao projeto do ProfEPT, pois foi desenvolvida a partir de uma pesquisa de Mestrado do ProfEPT. Por fim, ela foi aplicada e avaliada pelo público-alvo a que ela foi destinada, os (as) estudantes do EMI do IFPE - *campus* Caruaru. Destacamos que a HQ desenvolvida nessa pesquisa pode ser utilizada por estudantes dos outros *campi* do IFPE, uma vez que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica é executado em todos os *campi* da instituição.

Ressaltamos a relevância do Produto Educacional desenvolvido por ser um material que busca facilitar o entendimento dos(as) estudantes sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, contribuindo para o acesso ao Programa e, dessa forma, favorecendo a efetivação de direitos.

7.2 HQ “APOIO ESTUDANTIL! SE LIGA!”: O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Conforme indicamos, a partir dos resultados que emergiram neste estudo, que apontaram as dificuldades dos (as) discentes para compreender e se inscrever no edital de acesso ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, desenvolvemos o Produto Educacional “HQ - Apoio Estudantil! Se liga!”.

A HQ foi elaborada contemplando as principais informações sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica: o processo de inscrição, o público-alvo, os critérios para participação, as condições para permanência no Programa, além dos links de acesso à outras informações sobre o Programa.

O texto dos diálogos da HQ foi escrito em uma linguagem mais jovial, para que fosse de fácil compreensão para os(as) estudantes do EMI. A linguagem das histórias em quadrinhos deve ser adaptada ao público-alvo, uma vez que integra palavra e imagem em uma narrativa sequencial que exige competências interpretativas específicas (Eisner, 1999). De acordo com McCloud (2005), a combinação entre recursos verbais e visuais pode assumir diferentes níveis de complexidade, o que demanda adequação às faixas etárias e aos contextos socioculturais dos leitores.

O cenário escolhido foi o próprio IFPE, no intuito de gerar identificação dos(as) estudantes com a história. Escolhemos para compor os personagens da HQ: Léo - um aluno

veterano, Ana - uma aluna novata, Renata - uma assistente social do setor da Assistência Estudantil e uma mascote - a capivara. A escolha dos personagens que são estudantes, um veterano e uma novata, foi pensada para representar uma conversa informal entre alguém que já conhece o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica e, com isso, tirar as dúvidas de uma novata que desconhece o Programa. A personagem que representa a Assistente Social foi escolhida para dar as informações oficiais sobre o Programa, e o mascote foi pensado para dar um tom de humor e descontração na história. Também definimos que, além dos diálogos próprios da HQ, haveria, no material, textos explicativos sobre o Programa extraídos do documento que o regulamentou, a Instrução Normativa REIFPE/IFPE Nº 8, de 26 de agosto de 2022 (IFPE, 2022).

Sobre o perfil e características dos personagens estudantes, optamos pela escolha de uma estudante parda e um estudante preto. As características de Ana foram pensadas para representar a maioria dos (as)participantes da pesquisa, que se declararam de cor parda. Léo possui características que representam os estudantes da cor preta, representando um grupo que foi historicamente marginalizado e excluído dos espaços educacionais. A personagem Renata, a assistente social, possui as características de uma mulher branca, representando o outro grupo de estudantes participante do nosso estudo, e a Capivara foi escolhida por ser um animal presente nos rios da região local. Nosso intuito, com essas escolhas, foi o de que os estudantes se sentissem representados e se identificassem com os personagens.

Assim, após essas definições, iniciamos a escrita dos diálogos. Nestes, contemplamos as principais informações sobre o processo de inscrição para acesso ao Programa, no intuito de facilitar o entendimento do (a) estudante ingressante. Para organização do roteiro da HQ, fizemos uso da ferramenta de Inteligência Artificial Generativa (ChatGPT). De acordo com Alcoforado (2023, p. 26), o uso de ferramentas de Inteligência Artificial como o ChatGPT “[...] apresenta um grande potencial no âmbito da pesquisa acadêmica, proporcionando eficiência e praticidade em várias etapas do processo de investigação”.

Em seguida, realizamos as devidas adequações no roteiro, fizemos uma revisão final de tudo que estava escrito nos diálogos, ajustando o texto. Na sequência, enviamos o material para um design gráfico desenvolver a diagramação da HQ.

Destacamos que, ao mesmo tempo em que produzíamos os diálogos, organizamos os textos de apoio retirados do documento que regularizou o Programa, a Instrução Normativa REIFPE/IFPE Nº 8/2022 (IFPE, 2022). Estes textos apresentavam o artigo do documento que estava sendo citado no diálogo. Dessa forma, o (a) estudante conseguiria relacionar o que estava sendo dito no diálogo com o que estava posto no documento, facilitando assim a

compreensão.

7.3 A AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A validação de Produtos Educacionais deve ser conduzida com rigor científico, respeitando as especificidades metodológicas da pesquisa e as condições em que esta é realizada (IFAM, 2023).

Um material educativo não é, fundamentalmente, um mero transmissor de informações. Conforme Kaplún (2003, p. 46), um material educativo deve ser compreendido como "[...] um objeto que facilita a experiência de aprendizado". Conforme o autor, a construção de materiais educativos deve considerar três eixos interdependentes: o conceitual, o pedagógico e o comunicacional. Esses eixos orientam a elaboração de mensagens educativas que sejam eficazes e significativas para os destinatários (Kaplún, 2003).

De acordo com Kaplún (2003), o **eixo conceitual** refere-se ao conteúdo do material educativo, ou seja, às ideias centrais e temas principais que serão abordados. Envolve, portanto, a escolha criteriosa dos conhecimentos a serem transmitidos, assegurando que sejam relevantes, atualizados e alinhados aos objetivos educacionais estabelecidos. Kaplún (2003) enfatiza que a seleção e organização desses conteúdos devem ser feitas com rigor, para que o material educativo seja capaz de provocar reflexões e aprendizagens significativas nos destinatários.

Já o **eixo pedagógico**, conforme o autor, diz respeito à forma como o conteúdo é trabalhado com vistas à aprendizagem, bem como à estratégia de ensino e aprendizagem adotada no material educativo. Ele envolve a análise do público-alvo, considerando seus conhecimentos prévios, necessidades e contextos, para planejar atividades que promovam o desenvolvimento cognitivo e crítico dos destinatários. Kaplún (2003) destaca que esse eixo é o articulador dos outros dois, pois é por meio dele que se estabelece a relação entre o conteúdo (eixo conceitual) e a forma de transmissão (eixo comunicacional), garantindo que o material seja efetivamente utilizado no processo educativo.

E por último, o **eixo comunicacional**, segundo Kaplún (2003), refere-se à forma como a mensagem educativa é transmitida aos destinatários. Isso inclui a escolha da linguagem, dos recursos visuais, dos meios de comunicação e das estratégias retóricas utilizadas para captar a atenção e facilitar a compreensão do conteúdo. O autor ressalta que a eficácia de um material educativo depende não apenas da qualidade do conteúdo e da estratégia pedagógica, mas também da adequação da forma de comunicação ao público-alvo e ao contexto de uso.

Para a avaliação do Produto Educacional, construímos um questionário (Apêndice G),

com perguntas em escala e, em seguida, solicitamos que as respostas fossem justificadas. Conforme Gil (2017, p. 145), “os questionários em escala consistem em instrumentos que permitem mensurar a intensidade das opiniões e atitudes dos respondentes por meio de alternativas graduadas, oferecendo maior precisão na análise dos dados”. O questionário foi elaborado com base nos eixos temáticos de Kaplún (2003): o eixo conceitual, o eixo pedagógico e o eixo comunicacional.

De acordo com o Regimento Geral do ProfEPT, estabelecido pela Resolução do Conselho Superior nº 22/2018 (Brasil, 2018), o Produto Educacional deve ser aplicado em espaços reais do contexto do estudo e deve ser avaliado pelos(as) participantes da pesquisa.

Assim, destacamos que convidamos para participarem da avaliação do Produto os(as) estudantes que participaram da pesquisa. Através do e-mail institucional, no dia 11 de agosto de 2025, enviamos o arquivo da HQ em PDF, explicando que se tratava de um Produto Educacional elaborado a partir dos resultados da pesquisa. Convidamos para que eles(as) realizassem a leitura e, em seguida, respondessem ao questionário avaliativo sobre o Produto. No texto do e-mail, inserimos o *link* de acesso ao questionário de avaliação que foi elaborado no *Google Forms*.

Como não obtivemos retorno através do e-mail, elaboramos um convite impresso explicando de forma sucinta sobre o Produto Educacional, com os *QR Codes* de acesso ao PDF da HQ e outro que direcionava ao questionário avaliativo. Os convites foram entregues aos(as) estudantes pessoalmente, durante o horário de aula, por um servidor do IFPE que se disponibilizou para realizar a entrega, nos dias 13 e 15 de agosto de 2025. Através desta dinâmica, nove estudantes participaram da avaliação deste Produto Educacional. Foram eles(as): Jaime, João, Luana, Bia, Mirela, Amanda, Ana, Gustavo e Rose.

Para a análise das respostas dos(as) estudantes às perguntas do questionário, utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016). A partir dessa análise, construímos duas categorias temáticas: 1) HQ “Apoio Estudantil! Se liga!” facilita o entendimento sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica; 2) HQ “Apoio Estudantil! Se liga!” possui linguagem simples e arte atrativa.

Na primeira categoria, as respostas dos(as) estudantes ao questionário pontuaram que a HQ “Apoio Estudantil! Se liga!” apresenta as informações necessárias para a compreensão do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica e a forma como o conteúdo é apresentado facilita o entendimento do público-alvo do Programa.

Nesse sentido, ressaltamos a relação com o eixo conceitual de Kaplun (2003), pois este se refere ao conteúdo da mensagem educativa, ou seja, às ideias, informações e conceitos que

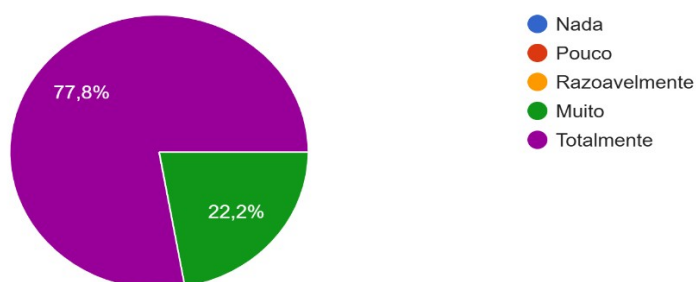
precisam ser transmitidos para que o público compreenda o tema tratado, bem como com o eixo pedagógico, pois este diz respeito a forma que o conteúdo do material educativo é repassado ao público-alvo.

A primeira pergunta do questionário foi relacionada ao conteúdo da HQ, se ela apresentava as principais informações sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica. Sobre esta questão, 77,8% dos (as) discentes responderam “totalmente” e 22,2% responderam “muito”, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - O conteúdo apresentado na HQ sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica

1. A História em Quadrinhos apresenta as principais informações sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica?

9 respostas



Fonte: elaborado pela própria autora.

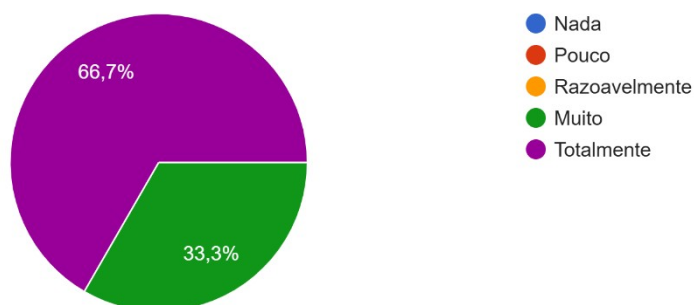
De acordo com os(as) estudantes, a HQ: “Contém todas as informações necessárias para entender mais sobre o programa” (Jaime); “Apresenta tudo que é necessário de maneira que facilita o entendimento” (João); “Mostra detalhadamente o necessário, acaba com as dúvidas frequentes” (Bia); “A HQ apresentou todas as informações necessárias de forma clara e organizada, permitindo compreender bem o programa” (Rose); “Há o panorama geral descrito no quadrinho, e numa linguagem acessível. Tudo que está presente é pertinente na hora de sabermos se somos aptos ou não na hora de nos inscrevermos”. (Amanda).

Sobre o processo de inscrição para o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, 66,7% dos (as) estudantes afirmaram que a HQ facilita “totalmente” o entendimento sobre o processo e 33,3% que facilita “muito”, conforme mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - A HQ esclarece sobre o processo de inscrição

2. A História em Quadrinhos facilita o entendimento do processo de inscrição no Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica?

9 respostas



Fonte: elaborado pela própria autora.

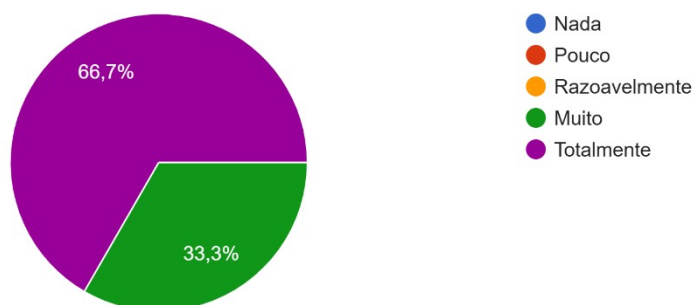
Os (As) discentes afirmaram que o conteúdo da HQ esclarece e tira dúvidas a respeito do processo de inscrição no Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, facilitando o acesso de estudantes ao Programa. Nesse sentido, apontaram que: “[...] elucida para nós estudantes a inscrição e como se dá o processo, as perguntas feitas pela garota protagonista são questionamentos que frequentam a mente dos discentes, calouros ou não.” (Amanda); “Ela acaba tirando muitas das dúvidas que são mostradas durante esse processo, como por exemplo onde obter ajuda, quem procurar e todas essas coisas” (Mirela); “É bem esclarecedor, ajuda a entender melhor, muita gente acaba desistindo por achar difícil esse processo, mostra que pode ser feito de maneira simples, quem pode ajudar, etc.” (Ana); “Facilita o entendimento de como funciona o processo de inscrição, muitos dos que não entendiam e não conseguiam buscar saber lendo todo o edital, conseguem ter essa informação de forma ágil e prática” (Gustavo); “[...] a HQ facilita a compreensão sobre os direitos, critérios de participação e procedimentos de inscrição, o que acaba promovendo maior acesso às informações e incentivando que mais alunos solicitem o benefício” (Mirela); “É uma maneira bem simples e objetiva, além das ilustrações que acabam fazendo com o que a gente processe melhor o que está sendo dito” (Ana).

Nessa questão, referente a contribuição da HQ para o acesso dos estudantes ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, 66,7% dos (as) estudantes afirmaram que a HQ pode contribuir “totalmente” e 33,3% confirmaram que pode contribuir “muito”, conforme está representado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - A contribuição da HQ para o acesso ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica

3. As informações apresentadas na História em Quadrinhos podem contribuir para o acesso dos estudantes ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica?

9 respostas



Fonte: elaborado pela própria autora.

A partir das respostas dos(as) discentes, entendemos que este Produto Educacional cumpre com a expectativa de ser relevante, na medida em que se materializa como um instrumento que facilita o entendimento dos(as) estudantes sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE, contribuindo para o acesso ao Programa e, dessa forma, favorecendo a efetivação de direitos.

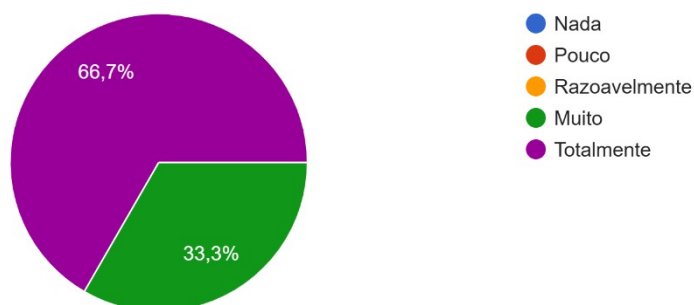
Na segunda categoria, as respostas dos(as) estudantes ao questionário descreveram a linguagem utilizada na HQ como objetiva, de fácil compreensão e acessível ao público jovem. Além disso, evidenciaram que a arte da HQ possui cores vibrantes que chamam a atenção do leitor, tornando a leitura mais atrativa. Nesse sentido, observamos uma ligação com o eixo comunicacional (Kaplún, 2003), pois este diz respeito à forma como a mensagem é transmitida, envolve a linguagem utilizada, os recursos visuais, a estética e todos os elementos que facilitam a recepção e compreensão pelo público.

Quando questionados sobre o estilo da escrita e a linguagem utilizada na HQ, 66,7% dos(as) estudantes afirmaram que elas estão “totalmente” adequadas aos(as) estudantes do IFPE, enquanto 33,3% responderam que estão “muito” adequadas, conforme demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - A escrita e a linguagem utilizadas na HQ

5. O estilo da escrita e a linguagem da História em Quadrinhos estão adequados para os estudantes do IFPE?

9 respostas



Fonte: elaborado pela própria autora.

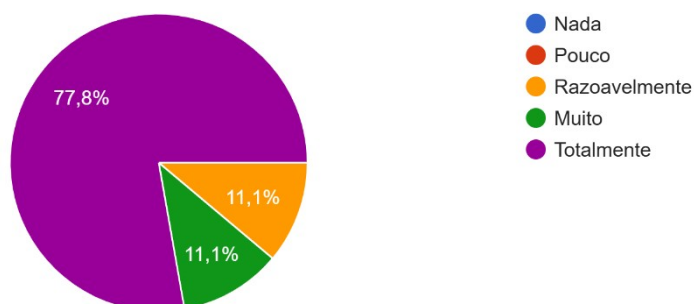
A respeito da linguagem da HQ, os(as) discentes pontuaram que: “É uma linguagem informal, que se adequa a linguagem usada por jovens, facilitando o entendimento” (Bia); “É de fácil entendimento, ao mesmo tempo que não é infantil. Se enquadra de forma correta na categoria para adolescentes” (Amanda); “É uma linguagem simples de entender, pode ajudar até os pais desses estudantes a compreender como as coisas funcionam de forma clara” (Ana); “Está bem compreensível e em uma linguagem mais ‘jovem’” (Luana); “Linguagem acessível e totalmente adequada, tornando a leitura agradável e facilitando a compreensão” (Rose); “É de fácil entendimento, clara e objetiva” (João); “Acredito que a linguagem está como deveria ser, atingindo e criando uma conexão maior com a maioria dos alunos” (Gustavo).

Observamos através das respostas que os(as) estudantes se identificaram com a linguagem utilizada na HQ, por ser simples e de fácil compreensão para jovens como eles(as). Além disso, foi pontuado que a linguagem simples permite que os familiares também compreendam como funciona o Programa. Dessa forma, a linguagem está adequada, é acessível e cria uma conexão com o jovem público-alvo deste Produto Educacional.

Em relação a arte utilizada na HQ torna a leitura mais atrativa, 7 discentes responderam “totalmente”, 1 respondeu “muito” e 1 respondeu “razoavelmente”. As respostas estão representadas no Gráfico 5.

Gráfico 5 - A arte (desenho, cores, composição) utilizada na HQ

6. A arte (desenho, cores, composição) desta História em Quadrinhos torna a leitura mais atrativa?
9 respostas



Fonte: elaborado pela própria autora.

Sobre esse questão, os(as) discentes responderam que: “A arte, com desenhos, cores e composição, torna a leitura muito mais atrativa e prende a atenção para o conteúdo” (Rose); “A escolha das cores e do estilo de arte combinaram bastante, fazendo com que a leitura fosse fluída e leve” (Gustavo); “As imagens têm cores atrativas que chamam bastante atenção” (Mirela); “[...] as cores são vibrantes então passa uma ideia menos formal quando junto ao desenho, realmente o quadrinho tende a ficar mais próximo da atenção dos estudantes” (Ana); “Chamativa e atrativa” (Bia); “É algo que ajuda muito a atrair” (João).

De maneira geral, as respostas dos(as) estudantes demonstraram aprovação pela arte apresentada na HQ. Apontaram que as imagens e as cores são atrativas, prendendo a atenção para o conteúdo exposto nos quadrinhos, tornando a leitura mais leve.

Nesse sentido, concluímos que o objetivo desta HQ de divulgar informações sobre a Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE, facilitando o acesso dos(as) estudantes ao Programa foi cumprido de maneira exitosa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, tivemos, como objetivo geral, analisar o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE em documentos institucionais e nas percepções de jovens estudantes do EMI do *campus* Caruaru. De modo geral, os resultados da pesquisa apontaram que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE se constitui como fundamental para a permanência e êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade social na instituição. No entanto, os resultados da pesquisa documental evidenciaram avanços e retrocessos no Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE, e os da pesquisa com os jovens estudantes evidenciaram que o Programa contribui não apenas para manutenção acadêmica, mas também com despesas familiares e para o próprio acesso à instituição, além de terem apontado entraves e limitações do Programa, como a restrição orçamentária e a dificuldades para compreensão do edital de acesso.

A pesquisa documental evidenciou que a Reformulação na PAE do IFPE em 2022 (IFPE, 2022) ocorreu para atender às demandas que surgiram do diálogo e debates entre a comunidade acadêmica do IFPE. Como vimos, nessa reformulação, o Programa Bolsa Permanência, principal Programa executado pela PAE do IFPE conforme o estudo de Pereira (2020), foi substituído pelo Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica.

Os resultados da pesquisa documental apontaram que, de acordo com a Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 8/2022 (IFPE, 2022), o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica tem como finalidade contribuir para a permanência de estudantes na instituição através do repasse financeiro para custear despesas de transporte, moradia, alimentação, creche, entre outras relacionadas a manutenção acadêmica. Um avanço significativo observado na análise foi que, no Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, o público prioritário de acesso foi ampliado contemplando grupos e minorias historicamente marginalizadas. Essa inclusão pode ser observada tanto no art. 20 da Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 8/2022 (IFPE, 2022), quanto no Edital REI/IFPE nº 09/2025 (IFPE, 2025), sendo requisito para ser beneficiário do Programa: estudante indígena, quilombola ou de comunidades tradicionais, estudante em abrigo ou acolhimento institucional, entre outros.

No entanto, observamos que houve, no Edital REI/IFPE nº 09/2025 (IFPE, 2025), um retrocesso no que diz respeito a alteração do critério de renda estabelecido para acesso ao Programa, restringindo ainda mais o acesso de estudantes à assistência estudantil. Esta mudança ocorreu para se alinhar à Lei 14.914 de julho de 2024 (Brasil, 2024), que instituiu a Política Nacional de Assistência estudantil. Vale ressaltar que esta alteração está presente no último

Edital de seleção para ingresso no Programa, pois a Lei 14.914/2024 (Brasil, 2024) é recente e foi instituída após a Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 8/2022 (IFPE, 2022), que regulamentou o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica.

A redução no critério de renda para acesso aos programas de repasse financeiro da Assistência Estudantil, junto a limitação orçamentária vivenciada pelas instituições federais de ensino tem feito com que os profissionais da Assistência Estudantil tenham que “selecionar” os mais pobres dentre os pobres, os mais vulneráveis dentre os vulneráveis. E neste cenário, um enorme contingente de estudantes que têm perfil para acessar os programas da Assistência Estudantil ficam de fora e têm o seu direito negado.

Outra questão observada na análise documental foi referente as condicionalidades previstas nas normativas para a permanência no Programa. No antigo Programa Bolsa Permanência, a conduta do estudante era avaliada como critério para permanecer no Programa. Já na normativa do atual Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, esta questão da conduta não aparece nas condicionalidades, constam apenas critérios relacionados a frequência e êxito acadêmico dos (as) discentes. Dessa forma, entendemos que houve um avanço quando o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica retira das condicionalidades para a permanência no Programa o critério de “conduta”, pois a assistência estudantil é um direito do estudante e não pode ser negado por questões relacionadas a comportamento ou conduta.

Nesse sentido, a análise apontou que permanecem desafios estruturais que comprometem a efetividade do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, como a limitação orçamentária, a insuficiência do valor dos auxílios e a redução do critério de renda, que tende a excluir parcela expressiva dos estudantes que ainda necessitam de apoio. Do mesmo modo, as condicionalidades impostas à permanência no Programa, embora visem estimular a frequência e o êxito acadêmico, são alvo de críticas por carregarem traços meritocráticos e seletivos que contrastam com a concepção da Assistência Estudantil enquanto direito universal.

Sobre a pesquisa de campo, os resultados mostraram que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica contribui para arcar com as despesas de alimentação dos(as) discentes na instituição, para a compra de materiais necessários na realização das atividades escolares, para auxiliar em despesas familiares e principalmente para arcar com o pagamento do transporte até o IFPE. Nesse sentido, através do auxílio fornecido, o Programa contribui para a permanência dos(as) estudantes na instituição e cumpre com o seu objetivo. No entanto, os resultados apontaram que o Programa vai além do que propõe, na medida em que contribui também para ajudar com despesas familiares, como por exemplo o pagamento da conta de energia.

Os resultados também apontaram que os(as) estudantes enxergam o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica como um incentivo ao êxito escolar devido às condicionalidades colocadas para a permanência no Programa. Para os(as) estudantes, essas condicionalidades são consideradas como um ponto positivo, por se configurarem como um motivo para o aluno se esforçar e obter êxito.

Outro ponto que surge nos resultados foi o de que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica contribui para o acesso do(a) estudante na instituição. Nos relatos, discentes informaram que já tinham conhecimento do auxílio fornecido pelo Programa antes de entrar no IFPE, então se conseguissem passar na prova e ingressar na instituição, tinham a intenção de se inscrever no Programa para poder custear as despesas de manutenção no curso.

Nessa perspectiva, o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, além de contribuir para a permanência e êxito dos(as) estudantes, também incentiva o acesso deles(as) na instituição. Dessa forma, o Programa extrapola o seu objetivo proposto, pois também contribui para o acesso de estudantes no IFPE. Ele aparece nos relatos como um amparo, uma alternativa, aos que desejam ingressar na instituição, mas não teriam condições de se manter estudando sem o auxílio. Entendemos que na medida em que o Programa colabora para o acesso, a permanência e o êxito de estudantes, ele contribui para a concretização do direito à educação pública, gratuita e de qualidade à jovens das classes populares.

As percepções dos (das) discentes apontaram para a compreensão de que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica visa auxiliar o(a) estudante a permanecer na instituição através de apoio financeiro para custear as despesas escolares. A maioria dos(das) estudantes entrevistados(das) disseram que utilizam o valor recebido pelo auxílio para arcar com as despesas do transporte, que se não fosse beneficiário do Programa, não teria condições de frequentar as aulas no IFPE. De maneira unânime, os (as) estudantes afirmaram que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica contribui para a sua permanência na instituição.

No entanto, os (as) estudantes relataram que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica possui entraves e limitações. Apontaram dificuldades em compreender e se inscrever no edital de acesso ao Programa, pontuaram alguns entraves com o cronograma do edital e mencionaram que o valor recebido pelo Programa é pouco e insuficiente para arcar com as despesas escolares. Esta questão do valor do auxílio esbarra mais uma vez na questão da limitação orçamentária.

Sobre os entraves com o cronograma do edital, os (as) discentes sugeriram ajustes no calendário do processo seletivo, para que o resultado final seja compatível com o início do semestre, pois relataram dificuldade em ter que “se virar” e “dar um jeito” de arcar com as

despesas, principalmente a de transporte, até a divulgação do resultado e do início do pagamento do auxílio. Por fim, falaram da dificuldade em compreender e se inscrever no edital para acesso ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica. Este impasse pode dificultar o acesso de estudantes ao Programa, na medida em que eles(as) não conseguem concluir a sua inscrição.

Nesse sentido, a partir dos resultados da pesquisa, desenvolvemos um Produto Educacional que pudesse auxiliar os(as) estudantes a compreender melhor o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE. Elaboramos uma HQ, “Apoio Estudantil! Se liga!”, com as principais informações sobre o Programa: a finalidade, o público-alvo, os critérios para participação, as condicionalidades para permanência, o setor para buscar mais informações.

Avaliamos que a História em Quadrinhos (HQ) alcançou o seu objetivo de divulgar informações sobre a Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE, facilitando o acesso dos(as) estudantes ao Programa. De maneira geral, os(as) estudantes apontaram que a HQ possui uma linguagem acessível e de fácil compreensão para o público jovem do EMI. Também avaliaram positivamente o trabalho de arte da HQ, pontuaram que é atrativa e chama atenção do leitor para as informações repassadas.

Destacamos que, conforme a pesquisa que realizamos do tipo “Estado do Conhecimento”, os estudos que versam sobre a Assistência Estudantil na EPT ainda são escassos, pois a grande maioria se concentra no bojo da Educação Superior. Dessa forma, ressaltamos a importância de ampliar as pesquisas sobre a Assistência Estudantil no âmbito do EMI. Sugerimos que sejam realizados novos estudos contemplando outros programas da PAE do IFPE, de preferência focando nas percepções dos(as) estudantes que são os beneficiários das ações e programas da Política. Sugerimos também estudos que analisem as mudanças ocorridas na PAE após a instituição da PNAES que ocorreu recentemente em 2024.

Um desafio enfrentado nessa pesquisa foi a fase de coleta de dados para a segunda etapa do estudo, pois os (as) estudantes convidados (as) para participar da entrevista não responderam a tentativa de contato por telefone e nem por e-mail. Como estava finalizando o ano letivo (2024), houve a colação de grau e perdemos o contato com eles (as). Dessa forma, tivemos que aguardar o início do ano letivo de 2025 para realizar essa etapa com outros (as) discentes, respeitando o critério estabelecido de ser estudante cursando o último ano do curso.

Por fim, esperamos que os resultados desta pesquisa possam contribuir para dar visibilidade a importância da Assistência Estudantil na permanência e êxito dos(as) estudantes do EMI, e que o Produto Educacional desenvolvido possa auxiliar os(as) discentes no acesso ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica, principal Programa desenvolvido no âmbito da PAE do IFPE, contribuindo para a garantia de direitos.

Concluimos que o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica constitui um avanço no processo de democratização do acesso, permanência e êxito na educação pública, gratuita e de qualidade. No entanto, a sua consolidação requer não apenas recursos financeiros suficientes, mas também uma perspectiva política comprometida com a garantia do direito à educação como princípio constitucional, sem que isso se traduza em concessões restritivas ou focalizadas. O fortalecimento da PAE no IFPE, portanto, deve caminhar no sentido de assegurar equidade, inclusão e justiça social, reafirmando o papel da educação enquanto instrumento de transformação da realidade dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- ALCOFORADO, José Gabriel Duarte. **Uso do ChatGPT na pesquisa acadêmica**. 2023. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sistemas de Informação) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Instituto Ciberespacial, Belém, 2023.
- AMBONI, Vanderlei. Trabalho e educação na reprodução social do homem. **Germinal Marxismo e Educação em Debate**, 2019. V.1, nº 1, p. 245 - 253, 2019.
- ARAUJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. DOI: 10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- BAQUEIRO, Dícíola Figueirêdo de Andrade. **Equidade e eficácia na educação: contribuições da política de assistência estudantil para a permanência e desempenho discente**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Salvador, 2015.
- BAQUEIRO, Dícíola Figueirêdo de Andrade; TENÓRIO, Robinson Moreira. **Política de Assistência Estudantil: contribuições na promoção da equidade e eficácia no ensino**. Salvador: FAGED/Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: http://www.equidade.faced.ufba.br/sites/equidade.oe.faced.ufba.br/files/politica_de_assistencia_estudatil_e_equidade_-_diciola_figueiredo_e_robinson_tenorio.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERNARDIM, Márcio Luiz; SILVA, Monica Ribeiro da. JUVENTUDE(S) E ENSINO MÉDIO: DA INCLUSÃO ESCOLAR EXCLUDENTE AOS JOVENS CONSIDERADOS NEM-NEM. **Contrapontos**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 688-7704, dez.2017. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/10265>. Acesso em 25 fev. 2024.
- BORGES, Dalmo Vinícius Coalho. **O PROEJA na história da educação de jovens e adultos no BRASIL: mudanças e perspectivas**. Diálogos Educ. R., Campo Grande, MS, v.8, n.1, p.56-70, Ago. 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: DF: Presidência da República, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 9, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 07 dez. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 01 de março de 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 01 de março de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 01 de março de 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 01 de março de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: DF, Presidência da República, 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 07 dez. 2023.

BRASIL. Instituto Federal do Espírito Santo. Conselho Superior. **Resolução CS nº 22, de 2018**. Dispõe sobre o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). Vitória: IFES, 2018. Disponível em: https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Res_CS_22_2018_-_Regulamento.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.: *Diário Oficial da União*, 2013.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Ensino Médio, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e revoga dispositivos da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 1 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento de Área: Ensino**. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Plataforma Nilo Peçanha 2023**: estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2023. Disponível em: <https://plataformanilopecanha.mec.gov.br>. Acesso em: 9 set. 2025.

BRITTO, Tatiana Feitosa de. **Assistência Estudantil**: O direito à educação para além da

dimensão do acesso. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/ Senado, Dezembro 2023 (Texto para Discussão nº 324). Disponível em: <http://www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em: 18 mar. 2024.

CARMO, Gerson Tavares do; SILVA, Cristiana Barcelos. “Da evasão/fracasso escolar como objeto sociomediático à permanência escolar como objeto de pesquisa: o anúncio de uma construção coletiva”. In: CARMO, Gerson Tavares do (org.). **Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CELLARD, André. “A análise documental”. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral: por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado. In: CALDART, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CORREIA, Jociane Marta da Silva. **Os sentidos da política de assistência estudantil para estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal da Bahia** (*Campus Jacobina*, 2014 – 2017). Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. 2018.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C.L. (org.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p.101-133.

DAYRELL, Juarez, JESUS, Rodrigo Ednilson de (2016). Juventude, Ensino Médio e os processos de exclusão escolar. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 135, p.407-423, abr.-jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vDyJXnzDWz5VsFKFzVytPmp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2024.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dic. 2003. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?>

script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 13 de janeiro de 2024.

DA SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: Pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 19–31, 2017. DOI: 10.22420/rde.v11i20.769. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/769>. Acesso em: 19 set. 2025.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. V. 2, nº 2. Vitória: IFES, 2018, p. 6 – 19. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383>. Acesso em: 13 de janeiro de 2024.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis.; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares**: a disputa de concepções. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2023.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERREIRA, D. F.; PEREIRA, V. A. A Relação Trabalho e Educação e suas Implicações na Educação de Jovens e Adultos. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 4, 2018. DOI: 10.23899/relacult. v4i0.819. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/819>. Acesso em: 22 fev. 2024.

FERRETTI, C. J.. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 25–42, maio 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

FLICK, Uwe. **Pesquisa qualitativa e quantitativa**. In: FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONAPRACE. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Revista Comemorativa: 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Minas Gerais: UFU – PROEX, 2012.

FONAPRACE. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS ESTUDANTIS. **V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação 2018**. Brasília: FONAPRACE, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Clique-aqui-para-acessar-o-arquivo-completo.-1.pdf>. Acesso em: 23 mar 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: CALDART, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. N. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GANAM, E. A. S.; PINEZI, A. K. M.. DESAFIOS DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE ESTUDANTES ATENDIDOS POR PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. **Educação em Revista**, v. 37, p. e228757, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LXtF95VpbYyzkJTJtkxLrsw/>. Acesso em 17 jul 2025.

GARBIN, Elisabete Maria. Cenas Juvenis em Porto Alegre: “lugarizações”, nomadismos e estilos como marcas identitárias. In: **Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens**. Organização: Luis Henrique Sommer e Maria Isabel Edelweiss Bujes. Canoas: Editora da ULBRA, 2006. p. 199 – 215.

GIL, Antônio Carlos. **COMO ELABORAR PROJETO DE PESQUISA**. São Paulo. Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
GOLDBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GROSBAUM, Marta Wolak; FALSARELLA, Ana Maria. Condição jovem: juventude e ensino médio no Brasil. **Cadernos Cenpec | Nova série**, [S.l.], v. 6, n. 2, june 2017. ISSN 2237-9983. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/368>. Acesso em: 23 fev. 2024.

HÖFLING, E. D. M.. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, v. 21, n. 55, p. 30–41, nov. 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD): educação - 2022**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102002>. Acesso em: 22 fev. 2024.

IMPERATORI, T. K.. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285–303, maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **RESOLUÇÃO CONSUP/IFPE Nº 133, DE 30 DE JUNHO DE 2022 - Aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPE**. Instituto Federal de Pernambuco, 2022. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/noticias/ifpe-lanca-nova-politica-de-assistencia-estudantil/resoluo1332022aprovaareformulaodapolitcadeassistnciaestudantildoifpe.pdf>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS (IFAM). **Orientação para validação do produto educacional**. Manaus: IFAM, 2023. Disponível em: <https://ppget.ifam.edu.br/wp-content/uploads/2023/05/2-Orientacao-Validacao-do-Produto.pdf>. Acesso em: 08 set. 2025.

KAPLÚN, Gabriel. **Material educativo:** a experiência do aprendizado. Comunicação & Educação, São Paulo, p. 46-60, maio/ago. 2003.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul/ Faculdade de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MACEDO, Juliana Cavalcanti. **Política educacional e o enfrentamento das desigualdades socioeducacionais:** a assistência estudantil na UFPE e na UFRPE / Juliana Cavalcanti Macedo. – 2024. 225 f. (TESE DE DOUTORADO).

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de. Estado, sociedade e política educacional brasileira: uma possível análise. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2009. DOI: 10.15687/rec.v4i1.10545. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/10545>. Acesso em: 16 jan. 2025.

MAIA, Francisco Ripardo. **O programa socioassistencial estudantil no Instituto Federal do Amazonas/Campus Tefé:** percepção dos discentes. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Amazonas. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARTINS, João Paulo Lira. **Política de assistência estudantil no ensino médio integrado:** análise sob a ótica dos alunos dos cursos de agropecuária do IFPI – *Campus Oeiras*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do sertão pernambucano, *Campus Salgueiro*, Salgueiro - PE, 167f., 2020.

MARTINS, M. F.. Gramsci, educação e escola unitária. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/X3MD3XtH4YVQfXndFDBDtwS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de jun. de 2025.

MARX, K. **O capital.** 10.ed. São Paulo: Difel, 1985. Livro 1. v.I, II.

McCLOUD, Scott. **Understanding Comics:** The Invisible Art. HarperPerennial, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. “Capítulo 1: O desafio da pesquisa social”. In: DESLANDES, Suely Ferreira, GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 26. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MIRANDA, Jakelinne Lopes de Sousa. **Assistência estudantil e seu papel na permanência e êxito escolar:** percepções dos estudantes do ensino médio integrado. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2022.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 154–164, 2014. DOI: 10.15448/2179-8435.2014.2.18875. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MOURA, Dante Henrique. EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DUALIDADE HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO. **HOLOS**, [S. l.], v. 2, p. 4–30, 2007. DOI: 10.15628/holos.2007.11. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 21 fev. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Trabalho e formação docente na educação profissional. 1ª ed. **Coleção Formação Pedagógica**. Volume III. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/trabalho-e-formacao-d-ocente-na-educacao-profissional-dante-moura>. Acesso em 13 de janeiro de 2024.

MOYA, Álvaro de. *Shazam!* São Paulo: Perspectiva, 1977.

NASCIMENTO, Ana Paula leite; CRUZ, Maria Helena Santana; SANTOS, Josiane Soares.

Assistência estudantil no contexto da EPT: as necessidades de acesso e permanência e de enfrentamentos às práticas LGBTfóbicas no cotidiano escolar. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 24, p. 618-645, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/55388>. Acesso em: 09 abr. 2024.

NOVELLO, Sueli Aparecida; CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro. “Política nacional brasileira: desafios na construção do ensino médio integrado à educação profissional”. In: **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. Volume 1. 2010. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_fafipa_ped_artigo_sueli_aparecida_novello.pdf. Acesso em: 07 jan. 2024.

OLIVEIRA, Alessandro Zardini de. **Política de assistência estudantil do Ifes: ações inclusivas para o acesso, permanência e êxito dos(as) estudantes do Proeja** / Alessandro Zardini de Oliveira. Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Vitória, 2022.

OLIVEIRA, Jaqueline Dutra de. **CAE NA REDE: CONSTRUINDO UM APLICATIVO PARA OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal Farroupilha – Jaguarí. 2020.

OLIVEIRA, R.; Ensino Médio Integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-17, e14688, jun. 2023. Acesso em 13 de ago. de 2025.

PACHECO, E. DESVENDANDO OS INSTITUTOS FEDERAIS: IDENTIDADE E OBJETIVOS. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. DOI: 10.36524/profept.v4i1.575. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575>. Acesso em: 6 mar. 2024.

PAIS, José. Machado. (1990). **Lazeres e sociabilidades juvenis** - um ensaio de análise etnográfica. *Análise Social*, 25(108/109), 591–644. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41010834>. Acesso em: 24 jul. 2024.

PAIVA, Jane. “Direito à educação: permanecer na escola é um problema público?” In: CARMO, Gerson Tavares do (org.). **Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016.

PEREIRA, Cíntia Valéria Batista. **A política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e suas contribuições para a permanência dos/as estudantes: um estudo de caso do campus Recife**. Universidade Federal Rural de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2020. Disponível em: <http://www.tede2.ufpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/9012/2/Cintia%20Valeria%20Batista%20Pereira.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. "Estado, sociedade e esfera pública". In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009.

PIZZA, S. N.; SIQUELLI, S. A. A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o debate sobre sua consolidação jurídica. **Revista Ensaaios Pioneiros**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2024. DOI: 10.24933/rep.v8i1.442. Disponível em: <https://revistaensaaiospioneiros.usf.edu.br/ensaaios/article/view/442>. Acesso em: 16 jun. 2025.

RAMOS, Marise. “CAPÍTULO 3: ENSINO MÉDIO INTEGRADO E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA”. In: CAETANO, Maria Raquel; PORTO JÚNIOR, Manoel José; SOBRINHO, Sidinei. (org.). **Educação profissional e os desafios da formação humana integral: concepções, políticas e contradições**. Curitiba: CRV, 2021.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.

RIZZATTI, Ivanise Maria Rizzatti; MENDONÇA, Andrea Pereira; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; SILVA, Marcos André B Vaz da; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de S.; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: Docência em Ciências**, Curitiba, PR, v.5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. <http://doi.org/10.3895/actio.v5n2.12657>. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

ROCHA, Virginia do Nascimento Barbosa da. **Os desafios e as possibilidades da Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Teresina Central**: relatos de vivência/ Virginia do Nascimento Barbosa da Rocha. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-graduação em

Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, *Campus São Luís/Monte de Castelo*, 2021.

ROCHA, V. N. B.; CASTRO, R. S.; O papel da assistência estudantil frente à necessidade da garantia do direito à educação. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 24, p. 1-20, e12512, abr. 2024. ISSN 2447- 1801.

SANTOS, Juliane dos. **Por que ficam os que ficam?** Permanência e desistência de estudantes do PROEJA do Instituto Federal de Sergipe Campus Aracaju / Santos, Juliane dos. Aracaju: IFS, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Daniele Soares da; CAÚ, José Nildo Alves. **A LEI Nº 14.945/2024 E OS RUMOS DA POLÍTICA DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL: LIMITES, AVANÇOS E O DESAFIO DA FORMAÇÃO INTEGRAL**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO, 3, 2025, Brasília, DF.

SILVA, Emmanuelle Moreira Santos. **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE, CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO**: da Política à sua implementação na percepção dos estudantes. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, 2021.

SILVA, Juliana Barreto. **A Política de Assistência Estudantil**: estudo sobre condicionalidades. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS, 2016.

SILVA, Leonardo Barbosa e; MARQUES, Felipe Jabali. A assistência estudantil na educação federal brasileira e a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 38, n. 00, 2022. DOI: 10.21573/vol38n002022.112696. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/112696>. Acesso em: 8 set. 2025.

SILVA, Márcio Josué da. **Política de assistência estudantil no Instituto Federal Farroupilha**: percepções dos estudantes do Proeja *campus* Santa Rosa / Márcio Josué da Silva – Jaguari: Iffar, 2022.

SILVA, R. R. DA .; RAZUCK, R. C. DE S. R.; TUNES, E.. Desafios da escola atual: a educação pelo trabalho. **Química Nova**, v. 31, n. 2, p. 452–461, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/bdyX5qVhYrRGGBqVJjcnNch/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 de ago. de 2025.

SOBRINHO, Sidinei Cruz; ARAÚJO, Adilson César; SILVA, Mônica Ribeiro da. “CAPÍTULO 11: REFORMA DO ENSINO MÉDIO: tensões e proposições no âmbito do Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais”. In: CAETANO, Maria Raquel; PORTO JÚNIOR, Manoel José; SOBRINHO, Sidinei. (org.). **Educação profissional e os desafios da formação humana integral**: concepções, políticas e contradições. Curitiba: CRV, 2021.

SOUZA, Everton de; BENITES, Larissa Cerignoni. Ensino médio integrado: em busca da utopia da formação integrada. **Revista Labor**, [S. l.], v. 1, n. 25, p. 105–120, 2021. DOI: 10.29148/labor.v1i25.62773. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/62773>. Acesso em: 29 jan. 2024.

TAUFICK, A. L. de O. L. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 30, n. 1, 2014. DOI: 10.21573/vol30n12014.50020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/50020>. Acesso em: 05 dez. 2023.

TRAD, Leny Alves Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 777–796, 2009.

TRINDADE, Arlene Vieira. **A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**: Uma análise da primeira turma de ensino médio integrado e a política de assistência estudantil no Cefet/RJ- *campus* Maria da Graça. Niterói-RJ, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO

Prezado (a) discente:

Este questionário faz parte da pesquisa de mestrado “O PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO: ANÁLISE DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E ESTUDO COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS CARUARU”, sob responsabilidade da pesquisadora Lydjane Lopes de Souza Pessoa e da orientação da Prof.^a Dra. Andreza Maria de Lima.

Agradecemos, desde já, a sua participação e contribuição nesta pesquisa.

Lembramos que todas as respostas deste questionário serão mantidas em sigilo.

1- Perfil socioeconômico dos discentes participantes da pesquisa:

- a) Nome: _____
- b) Idade: _____
- c) Cidade que reside: _____
- d) Sexo:

☐ Feminino ☐ Masculino
- e) Identidade étnico-racial:

☐ Preto ☐ Pardo ☐ Branco ☐ Indígena ☐ Amarelo ☐ Outro
- f) Mora com:

☐ Com os pais ☐ Só com a mãe ☐ Só com o pai ☐ Com os avós

☐ sozinho ☐ Com amigos ☐ Outros
- g) Tem filhos?

☐ Sim ☐ Não

h) Se sim, quantos?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ou mais

i) Você reside em casa:

☐ Própria ☐ Alugada ☐ Financiada por Construtora ☐ Financiada por Programa de Moradia Popular ☐ Ocupada/Área de invasão

j) Escolaridade da mãe:

☐ Não Alfabetizada
☐ Ens. Fundamental Incompleto
☐ Ens. Fundamental Completo
☐ Ens. Médio Incompleto
☐ Ens. Médio Completo
☐ Ens. Superior Incompleto
☐ Ens. Superior Completo
☐ Pós-Graduação
☐ Não sei informar

k) Escolaridade do pai:

☐ Não Alfabetizado
☐ Ens. Fundamental Incompleto
☐ Ens. Fundamental Completo
☐ Ens. Médio Incompleto
☐ Ens. Médio Completo
☐ Ens. Superior Incompleto
☐ Ens. Superior Completo
☐ Pós-Graduação
☐ Não sei informar

l) Curso que está cursando no IFPE:

☐ Edificações ☐ Segurança do Trabalho ☐ Mecatrônica

m) O seu ingresso no IFPE/*campus* Caruaru foi por meio do sistema de cotas:

☐ Sim ☐ Não

n) Você ou algum membro familiar (que reside no mesmo domicílio que você) é beneficiário de algum programa de transferência de renda do Governo Federal?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, qual?

☐ Bolsa Família

☐ Benefício de Prestação Continuada

☐ Outro. Especifique: _____

o) Qual a renda mensal familiar?

☐ De 0 a R\$500,00

☐ De R\$501,00 a R\$1410

☐ Um salário mínimo (R\$1412)

☐ Um salário mínimo e meio (R\$2118)

☐ Dois salários mínimos ou mais

p) De que maneira você se desloca até o IFPE/*campus* Caruaru?

☐ Transporte escolar fornecido pela prefeitura.

☐ Transporte público, pagando passagem.

☐ Carro próprio ou da família.

☐ Moto própria ou da família.

☐ Bicicleta própria ou da família

☐ Carona de terceiros.

☐ A pé, por motivo de proximidade do IFPE.

☐ A pé, por motivos de falta de recursos financeiros para pagar transporte.

() Outros. Especificar: _____

q) Você exerce atividade remunerada?

() Não

() Sim

Se sim, qual o tipo de atividade remunerada você exerce?

() Atividade informal (sem carteira assinada)

() Trabalho formal (com carteira assinada)

() Realização de bicos

() Outros. Especificar: _____

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1- Você estudou em escola pública ou privada? Ingressou no IFPE através de cota?
- 2- Há quanto tempo você é beneficiário do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica?
- 3- Como ficou sabendo da existência do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica? Foi antes ou após o seu ingresso no IFPE?
- 4- No seu entendimento, qual o objetivo do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica?
- 5- Para você, quais as contribuições do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica para os estudantes? Explique.
- 6- De que forma você utiliza o auxílio recebido pelo Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica?
- 7- Você teve dificuldade para se inscrever no edital para acesso ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica?
- 8- Já houve atraso no pagamento do auxílio do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica? Se sim, isto atrapalhou de alguma forma o seu desempenho acadêmico?
- 9- Quais as limitações e dificuldades você enfrenta ou já enfrentou para a sua permanência e êxito escolar?
- 10- Você já pensou em desistir do curso? Se sim, por qual motivo?
- 11- Você gostaria de acrescentar alguma informação que possa contribuir com esse estudo?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Participantes a partir dos 18 anos de idade)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada: **“O PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO: ANÁLISE DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E ESTUDO COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS CARUARU”**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Lydjane Lopes de Souza Pessoa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – *Campus Olinda*, residente no endereço: Rua Maria Tereza, nº 105, Bairro Vassoural, Caruaru – PE, CEP: 55030-140; telefone: (81) 99530-3443, e-mail: lydjane4@gmail.com e está sob orientação da professora Andreza Maria de Lima; email: andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br.

Caso este termo contenha informações que não sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pesquisadora. Caso concorde em participar da pesquisa, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e outra ficará com a pesquisadora. Ressaltamos, ainda, que pode retirar o consentimento a qualquer momento sem nenhuma penalização.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

A pesquisa tem como objetivo geral **analisar o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE em documentos institucionais e nas percepções de jovens estudantes do EMI do *campus* Caruaru.**

A pesquisa é de natureza qualitativa e ocorrerá em duas etapas. Na primeira, será realizada uma pesquisa documental para analisar o Programa de Apoio e Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE. Na segunda etapa, iremos realizar Entrevista Semiestruturada com os estudantes beneficiários do Programa de Apoio e Manutenção Acadêmica, que será conduzida a partir de um roteiro com perguntas relativas ao objeto de pesquisa. Destacamos que faremos uso de gravador durante a realização das entrevistas, as conversas serão gravadas, após o consentimento dos participantes, e transcritas. Para a análise, utilizaremos a Técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016).

Do movimento de pesquisa resultará um Produto Educacional. Nossa proposta será produzir uma História em Quadrinhos com informações referentes ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFPE para contribuir na ampliação do conhecimento acerca do Programa e facilitar o acesso dos estudantes a ele.

Destacamos que a pesquisa não apresenta despesas ou benefícios financeiros aos participantes, bem como não haverá prejuízos para quem se recusar a participar. Quanto aos riscos e desconfortos, consideramos ser mínimos, mas é possível que ocorra algum constrangimento durante o processo de coleta de informações. Caso você venha a sentir constrangimento ou desconforto, pedimos que comunique a pesquisadora. Esperamos que a pesquisa traga contribuições para a melhoria da qualidade da educação. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Os dados construídos nesta pesquisa ficarão armazenados em pastas de arquivo, sob responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de no mínimo 05 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada e nem receberá nenhum pagamento para ele/ela participar desta pesquisa, pois deve ser de forma voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação dele/a na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento com transporte e alimentação).

GARANTIA DE ESCLARECIMENTOS

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi explicado de forma clara e objetiva. A pesquisadora se colocou à disposição para responder às eventuais perguntas sempre que o participante tiver novas dúvidas.

É garantido ao participante o acesso, em qualquer etapa da pesquisa, a qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas e inclusive para tomar conhecimento dos resultados da pesquisa: neste caso, por favor, entre em contato com a pesquisadora através dos dados de contato descritos anteriormente.

Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do UNIFAFIRE que está no endereço: (Avenida Conde da Boa Vista, 921 –

prédio principal 2º Andar, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50060-002, Tel.: (81) 2122.3500/ramal 3504, Whatsapp: 99150-0775 – e-mail: comitedeetica@fafire.br).

CONSENTIMENTO

() CONCORDO, dou meu consentimento para participar desta pesquisa.

() NÃO CONCORDO, não dou meu consentimento para participar desta pesquisa.

Caruaru, ____ de _____ de 20____.

Participante da Pesquisa

Pesquisadora

APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

(PARA MENORES DE 18 ANOS DE IDADE)

Resolução nº 466/2012 e Resolução 510/2016

Prezado(a) Discente,

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada: **“O PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO: ANÁLISE DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E ESTUDO COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS CARUARU”**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Lydjane Lopes de Souza Pessoa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – *Campus Olinda*, residente no endereço: Rua Maria Tereza, nº 105, Bairro Vassoural, Caruaru – PE, CEP: 55030-140; telefone: (81) 99530-3443, e-mail: lydjane4@gmail.com e está sob orientação da professora Andreza Maria de Lima; email: andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br.

Você será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via deste termo lhe será entregue para que seus pais ou responsável possam guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, um responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

A pesquisa tem como objetivo geral **analisar o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE em documentos institucionais e nas percepções de jovens estudantes do EMI do *campus* Caruaru.**

A pesquisa é de natureza qualitativa e ocorrerá em duas etapas. Na primeira, será realizada uma pesquisa documental para analisar o Programa de Apoio e Manutenção Acadêmica da PAE do IFPE. Na segunda etapa, iremos realizar Entrevista Semiestruturada com os estudantes beneficiários do Programa de Apoio e Manutenção Acadêmica, que será conduzida a partir de um roteiro com perguntas relativas ao objeto de pesquisa. Destacamos que faremos uso de gravador durante a realização das entrevistas, as conversas serão gravadas, após o consentimento dos participantes, e transcritas. Para a análise, utilizaremos a Técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016).

O(A) Sr(a). tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, pois sempre será respeitado a dignidade, liberdade e autonomia do participante, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida.

Antes da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), orientamos apresentar e ler juntamente com seu responsável legal, de modo que o (a) mesmo (a) possa autorizar ou não a participação do discente, considerando que todos são menores de idade.

Destacamos que a pesquisa não apresenta despesas ou benefícios financeiros aos participantes, bem como não haverá prejuízos para quem se recusar a participar. Quanto aos riscos e desconfortos, consideramos ser mínimos, mas é possível que ocorra algum constrangimento durante o processo de coleta de informações. Caso você venha a sentir constrangimento ou desconforto, pedimos que comunique a pesquisadora. Esperamos que a pesquisa traga contribuições para a melhoria da qualidade da educação. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Os dados construídos nesta pesquisa ficarão armazenados em pastas de arquivo, sob responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de no mínimo 05 anos.

. A pesquisa, certamente trará potenciais benefícios em nível científico, acadêmico, comunidade e especialmente para os participantes. E, considerando que é dever do pesquisador após a conclusão da pesquisa, dar o retorno, ou seja, após a análise dos dados e resultados da pesquisa, os participantes obterão o retorno, explicitando os resultados e conclusões e posteriormente será produzido um Produto Educacional. Nossa proposta será produzir uma História em Quadrinhos com informações referentes ao Programa de Apoio à Manutenção

Acadêmica da Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFPE para contribuir na ampliação do conhecimento acerca do Programa e facilitar o acesso dos estudantes a ele.

Garantimos ao(à) Sr(a), e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Lydjane Lopes de Souza Pessoa a qualquer tempo para informação adicional no endereço de e-mail: lydjane4@gmail.com e celular: (81) 99530-3443 e da orientadora professora Andreza Maria de Lima; email: andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br.

Este documento (TALE) será elaborado em duas (02) VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um. Ademais, caso seja do seu interesse, será encaminhado uma cópia desta na versão digital para seu e-mail, todavia pedimos que a salve em uma pasta pessoal no computador, não a salve em nuvem eletrônica. As orientações são com base no Ofício Circular Nº2/2021/CONEP/SECNS/MS de 24 de fevereiro, 2021, que trata sobre as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do UNIFAFIRE que está no endereço: (Avenida Conde da Boa Vista, 921 – prédio principal 2º Andar, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50060-002, Tel.: (81) 2122.3500/ramal 3504, Whatsapp: 99150-0775 – e-mail: comitedeetica@fafire.br).

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura (participante)

Assinatura (responsável)

Assinatura (pesquisador) – Lydjane Lopes de Souza Pessoa

Pesquisador responsável

APÊNDICE E – QUADRO PARA CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Categoria 1: Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica: contribuições para a trajetória estudantil.

Categoria 2: Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica: entraves e limitações.

Participante	Unidade de registro	Unidade de Contexto	Categorias
João	Ajudar os estudantes a permanecer no IF	Ele é justamente pra ajudar a gente a ficar no IF , sabe? Porque eu tiro muito por mim. Na época da pandemia, a minha família... ela são de agricultores e de costureiros. E logo quando a pandemia veio, a gente passou com esses 2 meses, tipo, sem costurar... e tipo, isso afetou muito a gente e graças a Deus a gente tinha pra se manter, mas quando eu consegui de fato, o Bolsa Permanência , ajudou bastante.	categoria 1
Renata	Ajudar o estudante a estar no IF, continuar no IF.	Assim, beneficiar os alunos, justamente aqueles que moram longe e que precisa, né, desse dinheiro pra tá no IF, pra continuar no IF . Acho que é um benefício realmente aos estudantes.	categoria 1
Jaime	Ajudar a se manter no IF.	“ajudar nos custos do estudo do IF , porque tem gente que mora longe”	categoria 1
Mirela	Ajudar a se manter no IF.	Eu acho que a intenção é se manter aqui dentro e poder estar aqui sem que pese muito dentro de casa.	categoria 1
Patrícia	Contribui para que o aluno continue estudando.	É uma forma de contribuir para que o aluno continue estudando .	categoria 1
Mateus	Ajuda os alunos a estudar numa instituição que tem carga horária extra, sem a necessidade de ter que conciliar com trabalho.	Eu acho que é para ajudar os alunos que muitas vezes não tem a possibilidade de se deslocar ou muitas vezes acaba não tendo condições suficientes para estudar numa Instituição como essa, que precisa de carga horária extra , precisa não só do tempo de aula em si, sabe? E às vezes perde de trabalhar , por exemplo [por conta da carga horária citada]. Então esse valor ajudaria as pessoas com isso também, nos custos de casa, eu acho.	categoria 1
Diana	Ajudar nos custos para se manter.	É ajudar , né, nos custos da escola , porque apesar de ser pública , tem muito gasto para poder se manter aqui dentro .	categoria 1

Amanda	É um incentivo que ajudou muitos a permanecer estudando.	Eu acho que é manter os alunos na instituição com menor índice de evasão possível . Acho que é isso, basicamente, porque é um incentivo que ajudou muitos e por mais que seja um valor que pode parecer simbólico, porque eu tive uma colega que infelizmente teve que sair porque ela era de Gravata e não conseguia arcar mesmo com a Manutenção, não conseguia arcar com o custo de vir .	categoria 1
Mateus	É um incentivo para o aluno que não tem condição não desista de estudar.	Eu acho que ajuda muito e dá um incentivo mesmo , porque muita gente desiste de tá aqui por não ter condição . Então, de forma geral, eu acho que auxilia nisso.	categoria 1
Amanda	É um auxílio que permite ao estudante focar nos estudos sem ter que conciliar com trabalho.	É um conforto de saber que você pode focar mais nos estudos e não precisa , por exemplo, arrumar bicos , porque é um valor que cobriria esse tipo de trabalho .	categoria 1
Ana	É uma ajuda para que o estudante não precise abrir mão do estudo, não tenha que escolher entre o trabalho e a escola.	Muita gente trabalha, então ao invés de ter que escolher entre trabalho e a escola , acho que ajuda muito nisso também, que é uma ajuda , né? Então, não necessariamente a gente teria que abrir mão do estudo para poder ter uma ajuda não só para a gente, como também para nossa família	categoria 1
Theo	É um auxílio para se manter. Dependência do auxílio para pagar o transporte.	Dá um auxílio pra a gente conseguir se manter de acordo com as nossas necessidades aqui dentro. Por exemplo, eu tenho uma dependência muito grande do auxílio por causa do transporte que é um pouquinho, um valor, um pouquinho alto, aí que já dá uma ajuda .	categoria 1
Bia	Permanecer literalmente estudando.	Auxiliar os estudantes para que eles consigam continuar vindo e manter frequência , né? Permanecer literalmente estudando , porque tem muita gente que é de fora, às vezes não tá com dinheiro para vir, pagar passagem pra vir.	categoria 1
João	O programa abrange muito mais, ele ajuda a pagar uma conta de luz.	Não somente ajudar em um transporte ou uma comida , digamos assim, um lanche, ou alguma coisa do tipo. Mas o programa, ele abrange muito mais do que isso quando ele ajuda , por exemplo, é..., pessoas que precisam pagar uma conta de luz e a família tá precisando naquele momento , entende?	categoria 1
Patrícia	Ajuda na permanência no IF para que não seja um	Eu acho que a permanência deles aqui no IF , ou pelo menos	categoria 1

	sacrifício se manter na instituição.	também... eu não vou dizer a sensação de peso , mas tipo: ah, meus pais não estão gastando tanto porque eu estou conseguindo auxílio, vai contribuir . Então não é algo que vai pesar, não é aquela coisa que vai ser um sacrifício para continuar aqui dentro . Acho que é nesse sentido.	
Jaime	Dar uma motivação para o aluno não faltar e passar nas matérias.	Dar uma motivação porque pra você ser mantido no programa tem que ter o negócio de não faltar muito e passar nas matérias... o auxílio dá uma moral assim, moral entre aspas, para o aluno querer realmente se esforçar bem muito para continuar recebendo auxílio e se formar no futuro .	categoria 1
Camila	O auxílio como uma ajuda financeira que ajuda nos gastos familiares mensais.	Principalmente na questão financeira, né? Essa é a ajuda do financeiro. É... na família... que ajuda muito , né? É a questão da renda mensal, os gastos mensais .	categoria 1
João	Ajudou com despesas pessoais e coisas da casa também, como a conta de energia.	[...] quando eu consegui de fato, o Bolsa Permanência, ajudou bastante . Tipo... não somente em minhas coisas pessoais, mas também coisas de casa , como, por exemplo, conta de energia, em alguma coisa ou outra que faltava para comprar , e etc	categoria 1
Theo	O Programa contribui na manutenção do estudante no curso, no êxito escolar.	[...] ajuda bem a gente conseguir finalizar , porque sem ele eu acho que seria bem mais complicado se manter aqui dentro . [...] a gente às vezes precisa comprar uma pecinha aqui, outra ali pra fazer algum trabalho prático que nem sempre tem as coisas aqui , a gente vai desenvolvendo e ajuda com a ajuda do programa .	categoria 1
Jaime	O Programa contribui na manutenção do estudante no curso e no êxito escolar.	O Programa é uma oportunidade boa da manutenção, de realmente a pessoa se manter no IF e dar esse impulso pra o aluno se esforçar .	categoria 1
João	Utiliza o valor do auxílio para pagar o transporte.	Eu utilizo pagando o transporte . É desde o começo, como eu disse, pra ir pra lá, o meu principal gasto com o IF é transporte , então, tipo assim, pelo menos pra mim, é transporte.	categoria 1
Renata	Utiliza o valor do auxílio para arcar com as despesas da alimentação na instituição.	Às vezes a gente tem que ficar até tarde por questão de monitoria ou pagar matéria mesmo, e o almoço é muito caro. O IF não dá [almoço], até mesmo lanche... Quando tem lanche, é uma coisa muito fraca por passar o dia todo. Aí sempre vai pra essa parte, de tá no IF, de alimentação mesmo... da minha	categoria 1

		parte é com alimentação.	
Jaime	Utiliza o auxílio para despesas com transporte, alimentação e compra de materiais escolares.	É pra passagem de ônibus e alimentação e às vezes falta caneta, aí compra caneta.	categoria 1
Mirela	Dificuldade para entender o edital do Programa.	No primeiro período , principalmente, porque como a gente tinha acabado de chegar, a gente não tinha muita informação e não tinha entendido direito algumas coisas do edital , mas falta de entendimento mesmo [...] Aí acabou que isso fez eu perder, inclusive, a bolsa no primeiro período. Não passei na bolsa no primeiro período por causa de documentação errada. Eu acho que a maior questão que faz as pessoas não passarem, é a questão da documentação mesmo, que acaba não entendendo onde tem que achar essa informação.	categoria 2
Bruno	Dificuldade em se inscrever no edital sozinho.	[...] justamente por causa da minha irmã , que ela já conhecia e me ajudou. Mas é bem complicadozinho se eu fosse fazer sozinho. Pede muito tipo documento, muita informação, aí seria bem complicado fazer sozinho.	categoria 2
Camila	Dúvidas em relação ao edital.	No início deu um trabalhinho com algumas coisas que eu tinha muita dúvida , sabe? Do dos documentos assim, para anexar, enfim, mas aí eu consegui.	categoria 2
Luana	Achou difícil se inscrever no edital, solicitou ajuda.	Um pouquinho porque eu achei meio difícil , mas aí eu vim aqui no IF e as meninas lá da CAE , da CRADT, elas ajudaram bastante e aí eu consegui fazer.	categoria 2
Amanda	Teve dificuldade para se inscrever no edital. Achou complicado.	Na primeira vez que eu fiz, eu tive bastante dificuldade porque eram muitos documentos que, eu não tinha, não tinha como saber antes, de como fazer direito. Eu não cheguei a vim aqui pedir ajuda , eu com minha mãe, com meu pai, a gente deu um jeito, leu bem direitinho para não ter... Acho que até eu tive que botar recurso em alguma vez. Mas eu achei um pouquinho complicado , mas foi ok	categoria 2
Mateus	Rever o cronograma do edital para melhor atender aos alunos.	[...] essa questão do cronograma , sabe? Eu acho que deveria ser pensado com mais carinho porque essas questões de transporte, de datas específicas... Então o cronograma começou muito tarde e ainda está num período que nem	categoria 2

		saiu a lista preliminar e o ano já começou. Então se fosse o cronograma que tivesse mais adaptado ao ano, ao período e desde o dia que começou as aulas, seria muito melhor para os alunos.	
Camila	Previsão e pontualidade em relação ao pagamento do auxílio.	[...] a única queixa, sugestão que eu daria é justamente essa questão do dia, sabe? Fazer uma coisa mais fixa. Um dia mais certo de cair, uma previsão melhor, do que ficar nesse de demora, junta duas parcelas. A gente nunca sabe o dia exato que cai.	categoria 2
Theo	Previsão em relação ao pagamento do auxílio para melhor organização.	Eu acho que seria bom quando fosse atrasar, eles avisarem antecipadamente pra dar uma organizada. Eu acho que só isso. Porque assim... atrasou, a gente só sabe depois. Aí não tem uma antecipação pra a gente se organizar melhor. Acho que seria um ponto importante.	categoria 2
Bia	Atraso no cronograma do edital. Melhorar a organização em relação ao cronograma.	Eu acho que é só a questão do atraso entre aspas, né, o tempo que leva pra tudo acontecer. [...] os novatos que entraram, tiveram problema com o e-mail institucional, então levou mais tempo para eles receberem o e-mail institucional, tiveram que adiar o período de inscrição, ou seja, levando mais tempo para análise, pra a gente conseguir receber o auxílio. Eu acho que é só isso, que poderia ter uma organizaçãozinha a mais.	categoria 2
Luana	Atraso no cronograma do edital. Melhorar a organização em relação ao cronograma.	A Manutenção Acadêmica, ela começa em um período muito depois das aulas começarem, isso aí poderia tipo ser antes, juntamente quando os alunos se matriculam, os novos, já ter tipo, já lançava esse edital da Manutenção Acadêmica, que era para ir adiantando porque tipo, eles atrasam muito. Por exemplo, esse mês a gente tem 2 meses já estudando e a gente não recebeu e aí só receber mês que vem, eu acho, ou depois, e aí, tipo isso, esse atraso é muito ruim.	categoria 2
Amanda	Atraso e imprevisão do pagamento do auxílio.	Sobre o Programa da Manutenção Acadêmica, eu acho que é um bom valor. Para melhorar, talvez não atrasar parcelas e realmente ter um dia que cai porque a gente nunca sabe o dia que vai cair. Tipo, às vezes é “ai, é no começo do mês,	categoria 2

		ou final do mês”, mas a gente não sabe o dia exato e ajudaria muito saber como vai sair esse dinheiro, porque a gente precisa saber para pagar e tal.	
Rose	Valor do auxílio insuficiente.	É porque a gente sabe, né, também a questão de custos , que é um valor... realmente, né, assim, um auxílio mesmo, uma ajuda que às vezes é insuficiente para que a gente consiga manter tudo de uma forma OK, mas que já auxilia bastante e acredito que atenda, assim, às necessidades, né?	categoria 2
Diana	Valor do auxílio insuficiente.	O programa também muito bom, ajuda muito, apesar de não cumprir tudo , mas ajuda bastante. De, por exemplo, pelo menos a passagem, né? Não cobre toda. Aí eu coloco uma parte , mas é de uma ajuda muito grande.	categoria 2
Mirela	Valor do auxílio insuficiente e não atende a todos que necessitam.	O Programa em si é uma ajuda muito boa. A única coisa que eu acho é porque poderia ser um pouquinho mais . [...] se fosse um pouquinho a mais de dinheiro, conseguiria cobrir, eu acredito que 100% do IF . Tenho amigos que acabam não recebendo o Programa e tem que pagar 300 reais de carro por mês, tirando os sábados. E eu acho que fica pesado pra eles pagar tudo isso para estar aqui.	categoria 2
Gustavo	Atraso no pagamento do auxílio atrapalha porque o estudante precisa pagar o transporte na data.	Quando houve a questão do atraso, eles pagam junto, né? Uma parcela junto a referente do pagamento atrasado e o pagamento atual quando vem. [...] Mas atrapalha porque , por exemplo, eu pago mensalmente um transporte locado , então como eu não recebi em dia o auxílio atrapalha no pagamento do transporte.	categoria 2
Gustavo	Valor do auxílio insuficiente para as despesas escolares.	Era pro transporte e alimentação, mas só sobra pro transporte.	categoria 2

Fonte: elaborado pela própria autora.

APÊNDICE F – PRODUTO EDUCACIONAL



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS OLINDA

REITOR:
JOSÉ CARLOS DE SÁ JUNIOR

PRÓ-REITORA DE PESQUISA:
GABRIELA LINS FALCÃO

DIRETORA DO CAMPUS OLINDA:
LUCIANA DOS SANTOS TAVARES

COORDENADORA DO PROFEPT:
ROSANGELA MARIA DE MELO

VICE-COORDENADOR DO PROFEPT:
IVANILDO JOSÉ DE MELO FILHO



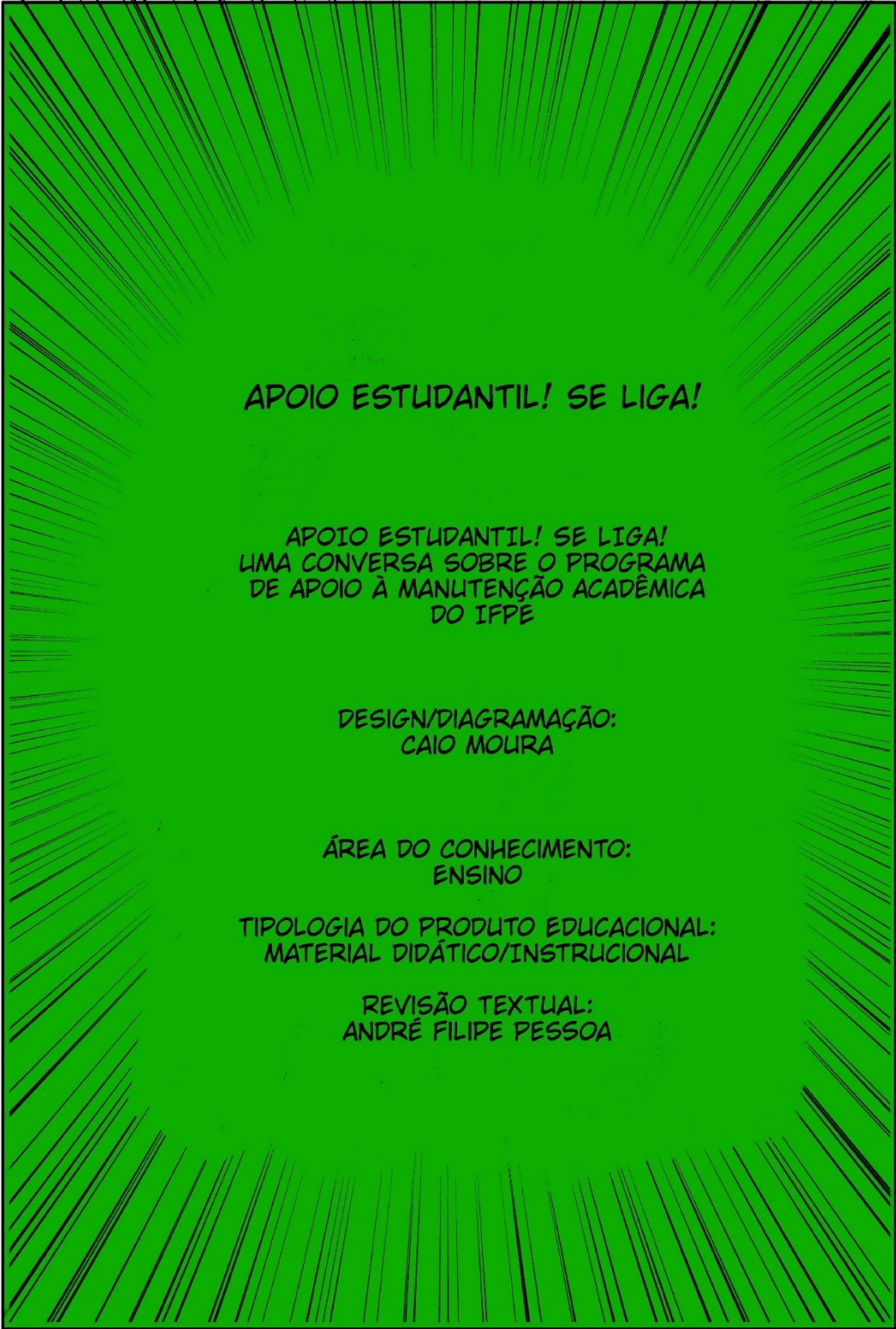
PRODUTO EDUCACIONAL
HISTÓRIA EM QUADRINHOS - HQ

ORIENTAÇÃO:
ANDREZA MARIA DE LIMA

ELABORAÇÃO:
LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA
ANDREZA MARIA DE LIMA

AValiação:

OLINDA:
2025



APOIO ESTUDANTIL! SE LIGA!

**APOIO ESTUDANTIL! SE LIGA!
UMA CONVERSA SOBRE O PROGRAMA
DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA
DO IFPE**

**DESIGN/DIAGRAMAÇÃO:
CAIO MOURA**

**ÁREA DO CONHECIMENTO:
ENSINO**

**TIPOLOGIA DO PRODUTO EDUCACIONAL:
MATERIAL DIDÁTICO/INSTRUCIONAL**

**REVISÃO TEXTUAL:
ANDRÉ FILIPE PESSOA**

APRESENTAÇÃO

ESTE PRODUTO EDUCACIONAL (PE) É FRUTO DE UMA PESQUISA DE MESTRADO, VINCULADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE) - CAMPUS OLINDA, QUE TEVE COMO TEMA "O PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR: ANÁLISE DOCUMENTAL E ESTUDO COM JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS CARUARU".

O DESENVOLVIMENTO DE UM PE É UMA EXIGÊNCIA DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) PARA OS PROGRAMAS PROFISSIONAIS DE PÓS-GRADUAÇÃO. ESTE PE, CONFORME O DOCUMENTO DA ÁREA DE ENSINO DA CAPES, ENQUADRA-SE TIPOLOGIA DE MATERIAL DIDÁTICO/ INSTRUCIONAL, POIS É UM MATERIAL TEXTUAL EM FORMATO DE HISTÓRIA EM QUADRINHOS (RIZZATTI, 2020). ESTE PE TEM COMO PÚBLICO-ALVO OS ESTUDANTES DO IFPE E TEM COMO OBJETIVO DIVULGAR INFORMAÇÕES, DE MANEIRA PRÁTICA, SOBRE A PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA, QUE FAZ PARTE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPE.

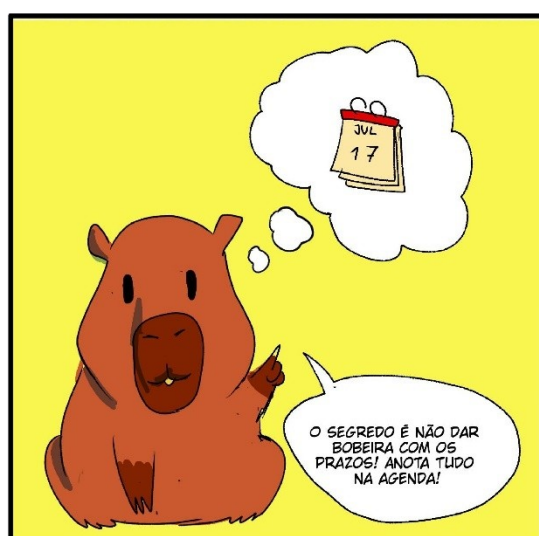
ESPERA-SE QUE ESTA HQ SEJA UM INSTRUMENTO QUE FACILITE O ENTENDIMENTO DO ESTUDANTE SOBRE O PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA, CONTRIBUINDO PARA O ACESSO AO PROGRAMA E, DESSA FORMA, FAVOREÇA PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS.

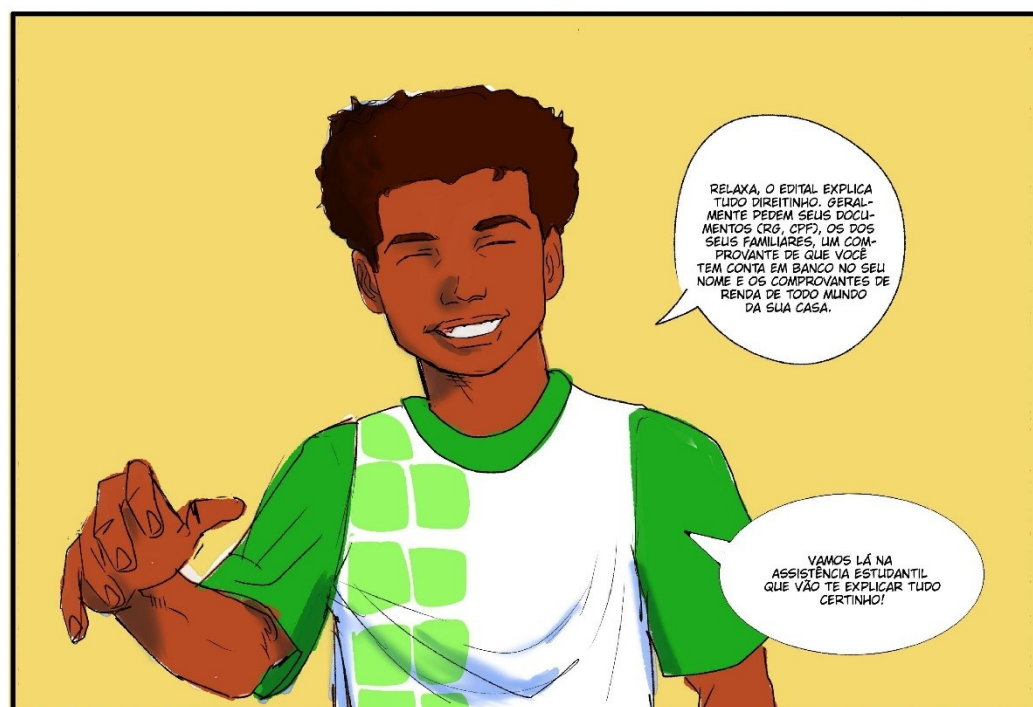


ART. 3º

O PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA DO IFPE É UM PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AOS/AS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL REGULARMENTE MATRICULADOS/AS NOS CURSOS PRESENCIAIS OFERECIDOS PELO IFPE QUE VISA CONTRIBUIR PARA A PERMANÊNCIA DELES/AS NA INSTITUIÇÃO, POR MEIO DE APOIO FINANCEIRO PARA AUXILIAR NO CUSTEIO DAS DESPESAS COM TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, MORADIA, CRECHE E OUTRAS NECESSIDADES RELACIONADAS À MANUTENÇÃO ACADÊMICA (IFPE, 2022B).

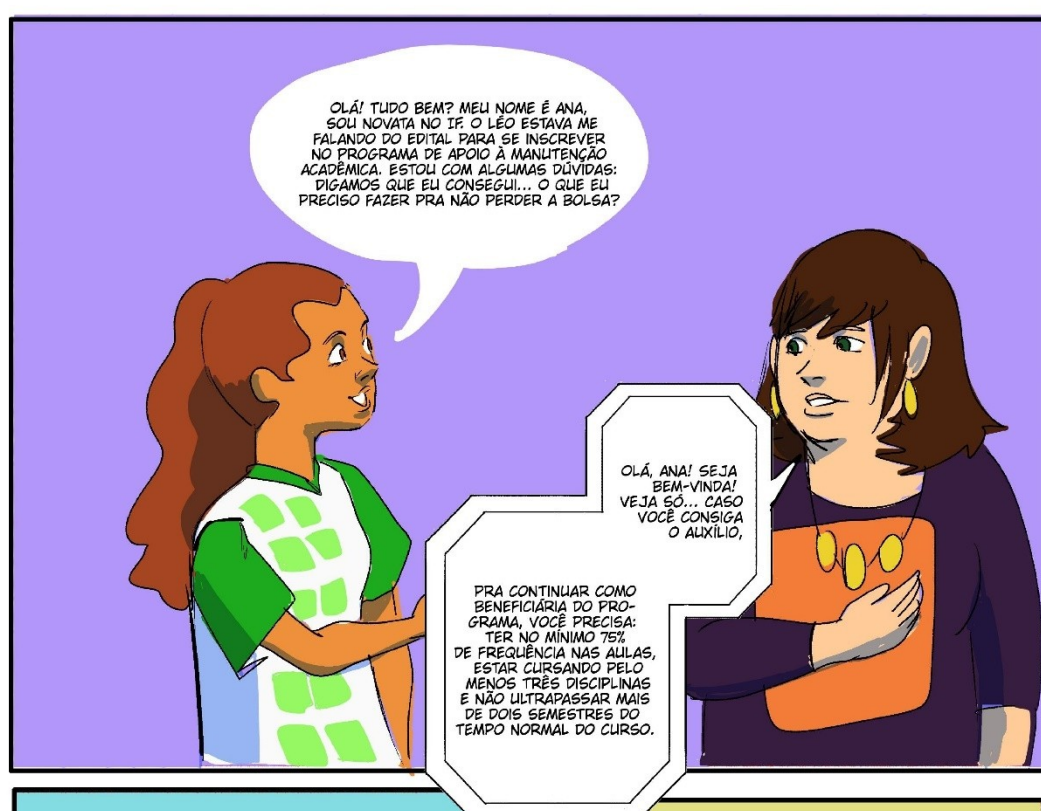






ART. 11.

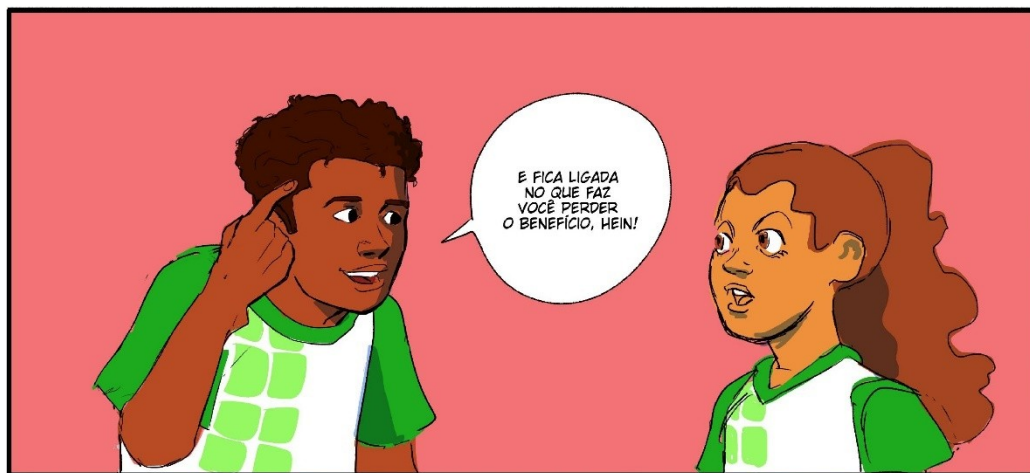
OS/AS ESTUDANTES DEVERÃO APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA DE ACORDO COM O SEU PERFIL DE INSCRIÇÃO, A QUAL ESTARÁ ESPECIFICADA NOS EDITAIS DO SEMESTRE EM CURSO (CIPFE, ZOEZE).



ART. 21

SÃO CONDIÇÕES PARA A PERMANÊNCIA NO PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA:

- I - MANTER FREQUÊNCIA MÉDIA DE NO MÍNIMO 75% NOS COMPONENTES CURRICULARES DO SEMESTRE/ANO ANTERIOR;
- II - ESTAR MATRICULADO/A EM PELO MENOS 3 (TRÊS) COMPONENTES CURRICULARES DOS CURSOS PRESENCIAIS DO IFPE;
- III - NÃO ULTRAPASSAR 2 (DOIS) SEMESTRES DO TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO MÍNIMA, DE ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA INSTITUCIONAL DO IFPE, PARA SE DIPLOMAR NO CURSO EM QUE ESTEJA MATRICULADO/A (IFPE, 2022B).





FIQUE ESPERTA! O IPFE TÁ DE OLHO!

ART 24

O DESLIGAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA PODERÁ OCORRER CASO:

- I - O/A ESTUDANTE PERCA O PRAZO DE RENOVAÇÃO, QUANDO HOLIVER;
- II - HAJA CANCELAMENTO, TRANSFERÊNCIA OU TRANCAMENTO DE MATRÍCULA;
- III - HAJA DESISTÊNCIA DO CURSO;
- IV - O/A ESTUDANTE ESTEJA MATRICULADO/A EM MENOS DE 3 (TRÊS) COMPONENTES CURRICULARES;
- V - SEJA IDENTIFICADA INEXATIDÃO DAS DECLARAÇÕES OU IRREGULARIDADES DE QUALQUER NATUREZA NOS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO E/OU RENOVAÇÃO DO PROGRAMA;
- VI - SEJA IDENTIFICADO QUE O/A ESTUDANTE É BENEFICIADO/A PELO PROGRAMA DE APOIO À MANUTENÇÃO ACADÊMICA EM MAIS DE UM CAMPUS COM O QUAL TENHA VÍNCULO (IPFE, 2022B).







É ISSO, GALERA! NÃO PIQUEM COM DÚVIDAS. CORRAM ATRÁS DOS SEUS DIREITOS E BONS ESTUDOS!

CONTATOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS CAMPI DO IFPE

Campus	Sector	E-mail
Abreu e Lima	Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE)	daee@abreuilima.ifpe.edu.br
Afogados da Iguaçu	Coordenação de Apoio ao Ensino e ao Estudante (CAEE)	caee@afogados.ifpe.edu.br
Barreiros	Coordenação Geral de Assistência ao Estudante (CGAE)	cgae@barreiros.ifpe.edu.br
Belo Jardim	Coordenação Geral de Assistência ao Estudante/CGAE	cgae@belojardim.ifpe.edu.br
Cabo de Santo Agostinho	Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE)	daee@cabo.ifpe.edu.br
Caruaru	Coordenação de Apoio ao Ensino e ao Estudante (CAEE)	caee@caruaru.ifpe.edu.br
Garanhuns	Coordenação de Apoio ao Ensino e ao Estudante (CAEE)	caee@garanhuns.ifpe.edu.br
Igarassu	Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE)	daee@igarassu.ifpe.edu.br
Ipojuca	Coordenação de Assistência ao Estudante (CAEE)	caee@ipojuca.ifpe.edu.br
Jaboatão dos Guararapes	Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE)	daee@jabotao.ifpe.edu.br
Olinda	Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE)	daee@olinda.ifpe.edu.br
Palmares	Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE)	alecomdaee@palmares.ifpe.edu.br
Paulista	Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE)	daee@paulista.ifpe.edu.br
Pesqueira	Divisão de Assistência ao Estudante (DAE)	dae@pesqueira.ifpe.edu.br
Recife	Direção de Assistência ao Estudante (DAE)	dae@recife.ifpe.edu.br
Vitória de Santo Antão	Coordenação Geral de Atendimento ao Estudante (CGAE)	cgae@vitoria.ifpe.edu.br

REFERÊNCIAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **RESOLUÇÃO CONSUP/IFPE Nº 133, DE 30 DE JUNHO DE 2022** – Aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPE. Instituto Federal de Pernambuco, 2022a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **INSTRUÇÃO NORMATIVA REIFPE/IFPE Nº 8, DE 26 DE AGOSTO DE 2022** – Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica estabelecido pela Resolução nº 133, de 30 de Junho de 2022, do Conselho Superior do IFPE. Instituto Federal de Pernambuco, 2022b.

RIZZATTI, Ivanise Maria et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. <http://doi.org/10.3895/actio.v5n2.12657>. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 10 jul. 2025.

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezado(a) estudante,

Convidamos você a ler a História em Quadrinhos: “*Apoio Estudantil! Se liga!*”, um Produto Educacional elaborado a partir dos resultados da minha pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Após a leitura da História em Quadrinhos, pedimos a gentileza de responder ao questionário avaliativo, estruturado com base nos aspectos pedagógicos, conceituais e comunicacionais indicados por Kaplún (2003).

A sua participação é muito importante para esta pesquisa.

Agradeço desde já a sua participação e colaboração.

Nome: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

1- A História em Quadrinhos apresenta as principais informações sobre o Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica?

() 1 – Nada () 2 – Pouco () 3 – Razoavelmente () 4 – Muito () 5 – Totalmente

Justifique sua resposta.

2- A História em Quadrinhos facilita o entendimento do processo de inscrição no Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica?

() 1 – Nada () 2 – Pouco () 3 – Razoavelmente () 4 – Muito () 5 – Totalmente

Justifique sua resposta.

3- As informações apresentadas na História em Quadrinhos podem contribuir para o acesso dos estudantes ao Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica?

() 1 – Nada () 2 – Pouco () 3 – Razoavelmente () 4 – Muito () 5 – Totalmente

Justifique sua resposta.

4- A História em Quadrinhos “Apoio Estudantil! Se liga!” pode contribuir para a efetivação do direito à Assistência Estudantil?

() 1 – Nada () 2 – Pouco () 3 – Razoavelmente () 4 – Muito () 5 – Totalmente

Justifique sua resposta.

5- O estilo da escrita e a linguagem da História em Quadrinhos estão adequados para os estudantes do IFPE?

() 1 – Nada () 2 – Pouco () 3 – Razoavelmente () 4 – Muito () 5 – Totalmente

Justifique sua resposta.

6- A arte (desenho, cores, composição) desta História em Quadrinhos torna a leitura mais atrativa?

() 1 – Nada () 2 – Pouco () 3 – Razoavelmente () 4 – Muito () 5 – Totalmente

Justifique sua resposta.

7- Você tem alguma sugestão para melhorar a História em Quadrinhos “Apoio Estudantil! Se liga!”. (Considere aspectos como conteúdo, linguagem, arte, formato etc.)

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

FACULDADE FRASSINETTI DO
RECIFE - FAFIRE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO.

Pesquisador: LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 80798224.2.0000.5586

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.921.979

Apresentação do Projeto:

Essa pesquisa se insere no debate sobre a Política de Assistência Estudantil no âmbito da Educação Profissional Científica e Tecnológica. Tem como objetivo geral analisar as percepções dos estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI), atendidos pela Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFPE/Campus Caruaru, quanto a contribuição do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica em sua permanência e êxito escolar. O estudo foi estruturado com base em três categorias teóricas: *Ensino Médio Integrado: projetos de formação humana*, onde utilizamos como referência os autores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), Ramos (2021), Ciavatta (2005), Moura (2007), Frigotto (2012), Araújo e Frigotto (2015), Ciavatta e Ramos (2012); *Juventude e Ensino Médio*, com base nos autores Grosbaum e Falsarella (2016), Dayrell (2003), Dayrell e Carrano (2014), Dayrell e Jesus (2016) e Bernardim e Silva (2017); e *Assistência Estudantil*, a partir dos autores Kowalski (2012), Dutra e Santos (2017), Carmo e Silva (2016), Paiva (2016) e Trindade (2019). Este estudo é de natureza qualitativa e, quanto aos objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória. Quanto aos procedimentos metodológicos faremos uso da análise documental e técnicas de

Endereço: Av. Conde da Boa Vista, 921, bloco A, 2º andar - corredor do auditório São José

Bairro: Boa Vista

CEP: 50.060-002

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2122-3534

Fax: (81)99150-0775

E-mail: comitedeetica@fafire.br

FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE - FAFIRE



Continuação do Parecer: 6.921.979

pesquisa para coleta de dados, utilizaremos o questionário e o grupo focal. Para organização, tratamento e análise dos dados, utilizaremos a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

Por fim, será elaborada uma cartilha informativa como Produto Educacional que terá o intuito de compartilhar informações referentes à Política de Assistência Estudantil do IFPE. Essa pesquisa é relevante devido à escassez de estudos sobre a temática da assistência estudantil no âmbito do Ensino Médio Integrado, pois observamos que a maioria das pesquisas sobre o tema estão direcionadas ao Ensino Superior.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as percepções dos estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI), atendidos pela Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFPE/Campus Caruaru, quanto a contribuição do Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica em sua permanência e êxito escolar.

Objetivo Secundário:

a) investigar o histórico da Política de Assistência Estudantil (PAE) no Brasil e no contexto do IFPE; b) levantar as percepções dos estudantes bolsistas da assistência estudantil sobre a PAE; c) identificar as contribuições da PAE para a permanência e êxito escolar; d) elaborar uma cartilha sobre as ações e os programas ofertados pela assistência estudantil do IFPE e elencar suas contribuições para a permanência e êxito.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Consideramos ser mínimos, mas é possível que ocorra algum constrangimento, desconforto ou cansaço durante o processo de coleta de informações. Caso os/as participantes sintam-se desta maneira, pediremos que comuniquem imediatamente a pesquisadora para que possamos interromper, remarcar ou suspender a participação.

Benefícios:

Esperamos que a pesquisa contribua na ampliação do conhecimento acerca da Política de Assistência Estudantil do IFPE, facilitando o acesso dos estudantes às suas ações e programas. Além de evidenciar a contribuição dessa política para a

Endereço: Av, Conde da Boa Vista, 921 ,bloco A , 2º andar - corredor do auditório São José
Bairro: Boa Vista **CEP:** 50.060-002
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2122-3534 **Fax:** (81)99150-0775 **E-mail:** comitedeetica@fafire.br

FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE - FAFIRE



Continuação do Parecer: 6.921.979

permanência e êxito dos estudantes beneficiários.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Projeto Detalhado/Brochura do investigador: [ζPROJETOLYDJANE1.pdfζ](#)
2. Termo de consentimento livre e esclarecido: [ζTCLE.pdfζ](#)
3. Preenchimento da Plataforma Brasil: [ζPB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2346373.pdfζ](#)
4. Carta de Anuência: [ζanuenciareitor.pdfζ](#)
5. Termo de Compromisso de Confidencialidade. [ζTermoConfidencialidade.pdfζ](#)
6. Folha de Rosto: [ζFolhaDeRosto.pdfζ](#)

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Este protocolo de pesquisa não apresenta óbices éticos para sua execução.

Lembramos que o (a) pesquisador (a) responsável assume o compromisso de encaminhar ao CEP/FAFIRE o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto nas normativas vigentes, Resolução CNS nº 510/16 e 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este protocolo de pesquisa não apresenta óbices éticos para sua execução.

Lembramos que o (a) pesquisador (a) responsável assume o compromisso de encaminhar ao CEP/FAFIRE o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto nas normativas vigentes, Resolução CNS nº 510/16 e 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Endereço: Av, Conde da Boa Vista, 921 ,bloco A , 2º andar - corredor do auditório São José
Bairro: Boa Vista **CEP:** 50.060-002
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2122-3534 **Fax:** (81)99150-0775 **E-mail:** comitedeetica@fafire.br

FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE - FAFIRE



Continuação do Parecer: 6.921.979

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2346373.pdf	13/06/2024 18:08:12		Aceito
Outros	AnuenciaReitor.pdf	13/06/2024 18:07:31	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2346373.pdf	13/06/2024 08:03:05		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOLYDJANE1.pdf	13/06/2024 08:02:06	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOLYDJANE1.pdf	13/06/2024 08:02:06	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	13/06/2024 08:01:31	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	13/06/2024 08:01:31	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEResponsavel.pdf	13/06/2024 08:00:58	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEResponsavel.pdf	13/06/2024 08:00:58	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	13/06/2024 07:59:55	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	13/06/2024 07:59:55	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2346373.pdf	12/06/2024 10:07:59		Aceito
Declaração de concordância	AnuenciaDiretorGeral.pdf	12/06/2024 10:06:34	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
Declaração de concordância	AnuenciaDiretorGeral.pdf	12/06/2024 10:06:34	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
Outros	CurriculoOrientadora.pdf	12/06/2024 10:05:34	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito

Endereço: Av. Conde da Boa Vista, 921 ,bloco A , 2º andar - corredor do auditório São José
Bairro: Boa Vista **CEP:** 50.060-002
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2122-3534 **Fax:** (81)99150-0775 **E-mail:** comitedeetica@fafire.br

FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE - FAFIRE



Continuação do Parecer: 6.921.979

Outros	CurriculoOrientadora.pdf	12/06/2024 10:05:34	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
Outros	CurriculoLydjane.pdf	12/06/2024 10:00:34	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
Outros	CurriculoLydjane.pdf	12/06/2024 10:00:34	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoLydjane.pdf	12/06/2024 09:53:36	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoLydjane.pdf	12/06/2024 09:53:36	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	12/06/2024 09:22:49	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	12/06/2024 09:22:49	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/06/2024 09:07:01	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/06/2024 09:07:01	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
Outros	TermoConfidencialidade.pdf	12/06/2024 08:21:57	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
Outros	TermoConfidencialidade.pdf	12/06/2024 08:21:57	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2346373.pdf	03/06/2024 21:52:32		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoAssentamento.docx	03/06/2024 21:39:33	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoAssentamento.docx	03/06/2024 21:39:33	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	03/06/2024 21:39:23	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE.docx	03/06/2024	LYDJANE LOPES	Postado

Endereço: Av, Conde da Boa Vista, 921 ,bloco A , 2º andar - corredor do auditório São José
Bairro: Boa Vista **CEP:** 50.060-002
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2122-3534 **Fax:** (81)99150-0775 **E-mail:** comitedeetica@fafire.br

FACULDADE FRASSINETTI DO
RECIFE - FAFIRE



Continuação do Parecer: 6.921.979

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	21:39:23	SOUZA PESSOA	Postado
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisaLydjaneSouza.pdf	03/06/2024 20:31:35	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisaLydjaneSouza.pdf	03/06/2024 20:31:35	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
Declaração do Patrocinador	anuenciareitor2.pdf	03/06/2024 20:18:09	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
Declaração do Patrocinador	anuenciareitor2.pdf	03/06/2024 20:18:09	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
Declaração de concordância	anuenciareitor.pdf	03/06/2024 20:17:24	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
Declaração de concordância	anuenciareitor.pdf	03/06/2024 20:17:24	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AnuenciaDiretorGeral.pdf	03/06/2024 14:10:50	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AnuenciaDiretorGeral.pdf	03/06/2024 14:10:50	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	03/06/2024 13:53:13	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	03/06/2024 13:53:13	LYDJANE LOPES DE SOUZA PESSOA	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 01 de Julho de 2024

Assinado por:

Ana Maria Rabelo de Carvalho
(Coordenador(a))

Endereço: Av, Conde da Boa Vista, 921 ,bloco A , 2º andar - corredor do auditório São José

Bairro: Boa Vista

CEP: 50.060-002

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2122-3534

Fax: (81)99150-0775

E-mail: comitedeetica@fafire.br

ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA DA DIREÇÃO DO CAMPUS CARUARU

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO REITORIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Avenida Professor Luiz Freire, n 500 — Cidade Universitária — Recife — CEP:50.540-740
(081)2125-1691 - propesq@reitoria.ifpe.edu.br

**TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DESCRITIVAS
NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE****DADOS DO(A) PESQUISADOR(A)**

Nome: Lydjane Lopes de Souza Pessoa
Cargo/Instituição: Assistente Social/UFPE (CAA)
Telefone(s) com DDD: 81 995303443
E-mail: lydjane4@gmail.com

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Programa de Pós-Graduação: ProfEPT. Curso/Instituição: Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
Título da pesquisa: Assistência Estudantil e sua contribuição para a permanência e êxito escolar: percepções dos estudantes do ensino médio integrado. Orientador(a): Profa. Dra. Andreza Maria de Lima

O Diretor Geral do IFPE *Campus* Caruaru **AUTORIZA** a realização, em suas dependências, de entrevistas e/ou levantamento de dados e informações inerentes à execução do projeto de pesquisa acima especificado, desde que sejam atendidas as seguintes considerações:

- 1) A pesquisa deve atender às determinações éticas das Resoluções nº 510/2016 e nº 466/2012 do CNS/MS, nos casos de pesquisas envolvendo seres humanos, com o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados;
- 2) O(a) responsável pela pesquisa obriga-se a prestar todos os esclarecimentos necessários, quando solicitado por qualquer instância do IFPE;
- 3) O IFPE não arcará com nenhuma despesa decorrente das atividades relacionadas à pesquisa desenvolvida;
- 4) Atendimento aos marcos regulatórios do IFPE.

Caruaru, 9 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
DINIZ RAMOS DE LIMA JUNIOR
Data: 09/05/2024 09:58:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

[NOME E ASSINATURA DO DIRETOR GERAL]

ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA DO REITOR DO IFPE



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Campus Olinda/Divisão de Pesquisa e Extensão/Coordenação do Mestrado PROFEPT

TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DESCRITIVAS EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE

*(Aprovado pela Resolução Consup IFPE nº 29, de 18 de setembro de 2017
Alterado Ad Referendum pela Resolução Consup IFPE nº 100, de 15 de outubro de 2021,
homologada pela Resolução Consup IFPE nº 119, de 24 de fevereiro de 2022)*

DADOS DA PESQUISADORA

Nome: Lydjane Lopes de Souza Pessoa
Cargo/Instituição: Assistente Social/UFPE (CAA)
Telefone(s) com DDD: Assistente Social/UFPE (CAA)
E-mail: lydjane4@gmail.com

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Curso/Instituição: Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica/ IFPE Campus Olinda Título da pesquisa: Assistência Estudantil e sua contribuição para a permanência e êxito escolar: percepções dos estudantes do ensino médio integrado.

Orientador(a): Professora Dra. Andreza Maria de Lima

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco autoriza a realização, em suas dependências, de entrevistas e/ou levantamento de dados e informações inerentes à execução do projeto de pesquisa acima especificado, desde que sejam atendidas as seguintes considerações:

1. A pesquisa deve atender às determinações éticas das Resoluções nº 510/2016 e nº 466/2012 do CNS/MS, nos casos de pesquisas envolvendo seres humanos, com o compromisso do resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados.
2. O(a) responsável pela pesquisa obriga-se a prestar todos os esclarecimentos necessários, quando solicitado por qualquer instância do IFPE.
3. O IFPE não arcará com nenhuma despesa decorrente das atividades relacionadas à pesquisa desenvolvida.
4. Atendimento aos marcos regulatórios do IFPE.

ROSANA MARIA TELES GOMES
Reitora do IFPE em exercício



nuência (01) 27 [LYDJANE] TERMO DE ANUÊNCIA (1237302) SEI 23736.012577/2024-53 / pg. 1

Documento assinado eletronicamente por **Rosana Maria Teles Gomes, Reitor(a) em exercício**, em 29/05/2024, às 13:33, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1237302** e o código CRC **04E62564**. arta de Anuência (01) 27 [LYDJANE] TERMO DE ANUÊNCIA (1237302) SEI 23736.012577/2024-53 / pg. 2